

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO ANO: 2025



São José do Peixe-PI, agosto de 2026

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO-2025

Prestação de Contas da Gestão Municipal
Relatório Técnico Institucional Consolidado



Gestão: Celso Antonio Mendes Coimbra
Exercicio: 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - FOTO DA PREFEITA MUNICIPAL	1
FIGURA 2- LOCALIZAÇÃO NO MAPA	2
FIGURA 3- LOCALIZAÇÃO NO MAPA	2
FIGURA 4- BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2025	18
FIGURA 5- EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	19
FIGURA 6- GRÁFICO DA EXECUÇÃO POR FONTE DE RECURSO 2025	21
FIGURA 7 - GRÁFICO DA EXECUÇÃO POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	22
FIGURA 8- GRÁFICO ENQUADRAMENTO NA LRF	23
FIGURA 9 -GRÁFICO ANÁLISE DE LIQUIDEZ FINANCEIRA (12/2025)	24
FIGURA 10- GRÁFICO DISTRIBUIÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL	31
FIGURA 11- GRÁFICO COM QUANTITATIVO DE SERVIDORES POR VÍNCULO 12/2025	35
FIGURA 12 -GRÁFICO PROCESSOS LICITATÓRIOS POR MODALIDADE 2025.	38
FIGURA 13 - GRÁFICO DISTRIBUIÇÃO DA FROTA MUNICIPAL DE 2025	42
FIGURA 14 - GRÁFICO GASTO COM FROTA POR ENTIDADE	43
FIGURA 15- GRÁFICO DISTRIBUIÇÃO DE CONSUMO DE ALMOXARIFADO 2025	44
FIGURA 16- ESCOVAÇÃO DENTÁRIA SUPERVISIONADA	46
FIGURA 17 - ESCOVAÇÃO DENTÁRIA SUPERVISIONADA	47
FIGURA 18 - VACINAÇÃO CONTRA A INFLUENZA	47
FIGURA 19 - VACINAÇÃO DE CRIANÇAS	48
FIGURA 20- VACINAÇÃO CONTRA INFLUENZA BUSCA ATIVA	48
FIGURA 21- VACINAÇÃO CONTRA INFLUENZA	49
FIGURA 22- VACINAÇÃO CONTRA INFLUENZA NA ZONA RURAL	49
FIGURA 23 - VACINAÇÃO CONTRA INFLUENZA ZONA RURAL	50
FIGURA 24 - PALESTRA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA	51
FIGURA 25 - SAÚDE NA ESCOLA	52
FIGURA 26 - SAÚDE NA ESCOLA	53
FIGURA 27 - SAÚDE DA MULHER	53
FIGURA 28 - SAÚDE DA MULHER	54
FIGURA 29 - TRATAMENTO TABAGISMO	54
FIGURA 30 - APRESENTAÇÃO SOBRE O TABAGISMO	55
FIGURA 31 - COMBATE À DENGUE	56
FIGURA 32 - COMBATE À DENGUE	56
FIGURA 33 - CAMPANHA ANTIRRÁBICA ANIMAL	57
FIGURA 34 - CAMPANHA ANTIRRÁBICA ANIMAL	57
FIGURA 35 - SAÚDE NA ESCOLA	58
FIGURA 36- SAÚDE NA ESCOLA	59

FIGURA 37- SAÚDE NA ESCOLA.....	60
FIGURA 38- SAÚDE DO HOMEM	60
FIGURA 39 - SAÚDE DO HOMEM.....	61
FIGURA 40- CUIDADO DA GESTANTE	62
FIGURA 41 - CUIDADO DA GESTANTE	63
FIGURA 42- CAPACITAÇÃO NOVOS INDICADORES DE SAÚDE.....	64
FIGURA 43- CAPACITAÇÃO NOVOS INDICADORES DE SAÚDE.....	64
FIGURA 44 - CAPACITAÇÃO EM SAÚDE DIGITAL	65
FIGURA 45- SAÚDE DIGITAL.....	66
FIGURA 46- CAPACITAÇÃO CONTROLE DO TABAGISMO.....	67
FIGURA 47- CAPACITAÇÃO CONTROLE DO TABAGISMO	68
FIGURA 48- EXAME DE MAMOGRAFIA.....	68
FIGURA 49- EXAMES DE MAMOGRAFIA.....	69
FIGURA 50- PROJETO DESENVOLVE	69
FIGURA 51 - PROJETO DESENVOLVE	70
FIGURA 52- FORMAÇÃO COM PRESIDENTES DOS CONSELHOS ESCOLARES.....	73
FIGURA 53- VISITA DE NUTRICIONISTAS ÀS ESCOLAS MUNICIPAIS	74
FIGURA 54- FOTO DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NA AVALIAÇÃO CONTINUADA.....	75
FIGURA 55- FORMAÇÃO CONTINUADA	76
FIGURA 56- FORMAÇÃO CONTINUADA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA.....	77
FIGURA 57- FEIRA DO AGRICULTOR.....	78
FIGURA 58- APRESENTAÇÃO CULTURAL.....	79
FIGURA 59- APLICAÇÃO DO AVALIA CAPITÃO. ARQUIVO PESSOAL.2025.	79
FIGURA 60- MARÇO MULHER.....	80
FIGURA 61- MARÇO MULHER.....	81
FIGURA 62- ABRIL AZUL.....	82
FIGURA 63- ABRIL AZUL.....	82
FIGURA 64- MAIO LARANJA	83
FIGURA 65- MAIO LARANJA	83
FIGURA 66- CONFERÊNCIA DIREITO DAS PESSOAS IDOSAS.....	84
FIGURA 67- CONFERÊNCIA DIREITO DAS PESSOAS IDOSAS	84
FIGURA 68- ARRAIÁ DA MELHOR IDADE.....	85
FIGURA 69- ARRAIÁ DA MELHOR IDADE.....	86
FIGURA 70- CAMPANHA COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER	86
FIGURA 71 - CAMPANHA DE COMBATE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	87
FIGURA 72 - FÓRUM COMUNITÁRIO.....	87
FIGURA 73 - FÓRUM COMUNITÁRIO.....	88

FIGURA 74 - ENTREGA DE ENXOVAIS PARA GESTANTES.....	88
FIGURA 75 - ENTREGA DE ENXOVAIS PARA GESTANTES.....	89
FIGURA 76 - RUA LUIS MODESTO	91
FIGURA 77 - RUA LAURO VIEIRA.....	91
FIGURA 78 - RUA FRANCISCO FERNANDES	92
FIGURA 79 - COMUNIDADE SAPUCAIA	92
FIGURA 80 - RUA JOVITA BARROS	94
FIGURA 81 - RUA MUNIZ NETO	94
FIGURA 82 - RUA JOSÉ FERNANDES	95
FIGURA 83 - RUA SÃO FRANCISCO	95
FIGURA 84- PRAÇA SANTANA.....	96
FIGURA 85- CRECHE VALE DOS LIRIOS.....	97
FIGURA 86- ESCOLA RAIMUNDA LILI.....	98
FIGURA 87 - ESCOLA VITÓRIA MARIA.....	98
FIGURA 88- ESCOLA DIRCEU MENDES ARCOVERDE.....	99
FIGURA 89- ESCOLA MARIA DOS REMÉDIOS	99
FIGURA 90- ESCOLA VOVÓ LEÓ	100
FIGURA 91- ESCOLA ANTONIO EZAUTON	100
FIGURA 92 - REUNIÃO SOBRE LINHAS DE TRANSMISSÃO	102
FIGURA 93 - AÇÃO CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL	103
FIGURA 94- AÇÃO DE CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL.....	104
FIGURA 95 - LIMPEZA DE ÁREA	104
FIGURA 96 - LIMPEZA DE ÁREA	105
FIGURA 97 - LIMPEZA DE ÁREA.....	105
FIGURA 98 - LIMPEZA DE ÁREA	106
FIGURA 99 - COMUNIDADE SAPUCAIA.....	106
FIGURA 100 - AÇÃO NA ZONA RURAL.....	107
FIGURA 101 - AÇÃO NA ZONA RURAL	107
FIGURA 102 - AÇÃO NA ZONA RURAL.....	108
FIGURA 103- AÇÃO NA ZONA RURAL.....	108
FIGURA 104 - EVENTO ESTADUAL DIÁLOGOS PELO PIAUÍ	109
FIGURA 105 - DIÁLOGOS PELO PIAUÍ.....	110
FIGURA 106 - OFICINA DE REVISÃO DO PPA.....	110
FIGURA 107 - DOAÇÃO DE MUDAS	111
FIGURA 108 - SEMANA DO MEIO AMBIENTE.....	112
FIGURA 109 - SEMANA DO MEIO AMBIENTE.....	113
FIGURA 110- SEMANA DO MEIO AMBIENTE	114
FIGURA 111 – PLANTIO DE MUDAS NATIVAS	115

FIGURA 112 - PLANTIO DE MUDAS NATIVAS.....	115
FIGURA 113 - OPERAÇÃO CIDADE LIMPA	116
FIGURA 114- OPERAÇÃO CIDADE LIMPA	116
FIGURA 115- OPERAÇÃO CIDADE LIMPA	117
FIGURA 116- PREVENÇÃO ÀS QUEIMADAS	117
FIGURA 117- PREVENÇÃO ÀS QUEIMADAS.....	118
FIGURA 118- CAPACITAÇÃO ICMS ECOLÓGICO	118
FIGURA 119- CAPACITAÇÃO ICMS ECOLÓGICO	119
FIGURA 120 - FORMAÇÃO DE BRIGADISTAS.....	120
FIGURA 121 - FORMAÇÃO DE BRIGADISTAS.....	120
FIGURA 122- FORMAÇÃO DE BRIGADISTAS.....	121
FIGURA 123	121
FIGURA 124	122
FIGURA 125	123
FIGURA 126	123
FIGURA 127- FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR E PECUÁRIA.....	125
FIGURA 128- OUTUBRO ROSA	126
FIGURA 129- OUTUBRO ROSA.....	127
FIGURA 130- OUTUBRO ROSA	128
FIGURA 131 - TERÇO DOS HOMENS.....	129
FIGURA 132- TERÇO DOS HOMENS	129
FIGURA 133- FESTIVAL QUILOMBOLA.....	130
FIGURA 134- FESTIVAL QUILOMBOLA.....	131
FIGURA 135 - FESTIVAL QUILOMBOLA	131
FIGURA 136.....	132
FIGURA 137	132
FIGURA 138.....	133
FIGURA 139	133
FIGURA 140- 1 FÓRUM INTERINSTITUCIONAL SEGURANÇA PÚBLICA	136
FIGURA 141 - MAIO LARANJA	137
FIGURA 142 - CAMPANHA MAIO LARANJA.....	138
FIGURA 143- PALESTRA.....	139
FIGURA 144- PALESTRA.....	140
FIGURA 145 - PALESTRA	140
FIGURA 146 - PALESTRA	141
FIGURA 147 - PALESTRA	142
FIGURA 148- PALESTRA.....	142
FIGURA 149- PALESTRA.....	143



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOSÉ DO PEIXE

ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE – PI

Praça Gov. Helvídio Nunes, Nº 405, Centro, São José do Peixe – Piauí

CNPJ: 06.554.000/0001-10 CEP: 64.555-000 www.saojosedopeixe.pi.gov.br

FIGURA 150 - PALESTRA	144
FIGURA 151- PALESTRA	144
FIGURA 152- PALESTRA	145
FIGURA 153- PANFLETAGEM	146
FIGURA 154 - FISCALIZAÇÃO PREVENTIVA.....	147
FIGURA 155	148
FIGURA 156	148
FIGURA 157 - GRÁFICO METAS PROJETADAS DA OUVIDORIA MUNICIPAL	154

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - SERVIÇOS PÚBLICOS DE INTERESSE LOCAL EM SÃO JOSÉ DO PEIXE.....	5
TABELA 2- INDICADOR ORÇAMENTÁRIO	18
TABELA 3 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS.....	19
TABELA 4- EXECUÇÃO EXAUSTIVA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	21
TABELA 5- PERCENTUAL DA RCL	23
TABELA 6- ESTRUTURA DA CGM	25
TABELA 7- MONITORAMENTO FISCAL E INDICADORES LEGAIS.....	27
TABELA 8- ESTRUTURA DA GESTÃO PATRIMONIAL.....	29
TABELA 9- CONTROLE E MOVIMENTAÇÃO DE BENS.....	30
TABELA 10- DETALHAMENTO DOS BENS MOVEIS	32
TABELA 11- QUANTITATIVO DE SERVIDORES 12/2025.	34
TABELA 12- MODALIDADES DE LICITAÇÃO	37
TABELA 13- LICITAÇÕES REALIZADAS EM 2025.....	38
TABELA 14 - ASPECTOS DA TRANSPARÊNCIA.....	39
TABELA 15- COMPOSIÇÃO DA FROTA MUNICIPAL	41
TABELA 16 - MANUTENÇÃO E CONSUMO DE COMBUSTÍVEL.....	43
TABELA 17 - IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL DA SEMED.....	71
TABELA 18- ESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.....	71
TABELA 19- DIRETRIZES DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL.....	72
TABELA 20 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE SEGURANÇA PÚBLICA PARA 2026	149
TABELA 21- CANAIS OFICIAIS DE TRANSPARÊNCIA.....	151
TABELA 22- CONTEÚDOS DISPONIBILIZADOS NO PORTAL.....	151
TABELA 23 - ITENS DE CONFORMIDADE COM A LAI	152
TABELA 24 - CANAIS DISPONÍVEIS.....	153
TABELA 25 - AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	155
TABELA 26- MEDIDAS RECOMENDADAS.....	156
TABELA 27- PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO DA GESTÃO MUNICIPAL ...	158
TABELA 28- ANÁLISE COMPARATIVA 2024 X 2025.....	159
TABELA 29- PRINCIPAIS DESAFIOS DA GESTÃO MUNICIPAL	160
TABELA 30- RECOMENDAÇÕES DE APERFEIÇOAMENTO	161

1. APRESENTAÇÃO	1
1.1 Mensagem do Chefe do Poder Executivo	1
1.2 Apresentação do município	2
1.3 História do município	3
1.4 Missão, visão e valores	3
1.5 Serviços públicos de interesse local	4
1.6 Organização dos serviços públicos de interesse local	5
1.7 Resumo da Estrutura Administrativa	6
1.8 ORGANOGRAMA DO PODER EXECUTIVO	7
1.8.1 Finalidade do Organograma	7
1.8.2 Estrutura Básica do Poder Executivo	7
1.8.3 Representação do Organograma	8
1.9 Normas de organização dos serviços públicos	12
1.10 Objetivos Estratégicos Municipais	14
1.11 Metas Municipais	15
1.12 Gestão de Riscos	16
2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E CONTÁBIL	17
2.1 Gestão Orçamentária e Equilíbrio das Contas	18
2.2 Análise Comparativa de Desempenho (2024 vs 2025)	19
2.3 Execução Exaustiva por Fonte de Recurso	20
2.4 Execução Exaustiva por Unidade Orçamentária	21
2.5 Despesa com Pessoal	22
2.6 Análise de Liquidez e Solvência Financeira	23
2.7 Investimentos em Educação e Saúde (Limites Constitucionais)	24
2.7.1 Educação (MDE e FUNDEB)	24
2.7.2 Saúde (ASPS)	25
3. CONTROLE INTERNO	25
3.1 Estrutura do Sistema de Controle Interno	25
3.2 Competências e Obrigações do Controle Interno	26

3.3 Atuação e Procedimentos de Controle	26
3.4 Monitoramento Fiscal e Indicadores Legais	27
3.5 Achados Relevantes e Medidas de Aperfeiçoamento	27
3.6 Avaliação do Sistema de Controle Interno	28
3.7 Considerações Finais	29
4. GESTÃO PATRIMONIAL	29
4.1 Estrutura da Gestão Patrimonial	29
4.2 Inventário de Bens	29
4.3 Avaliação, Reavaliação e Depreciação	30
4.4 Controle e Movimentação de Bens	30
4.5 Situação Patrimonial do Município	31
4.5.1 Síntese Geral do Patrimônio	31
4.5.2 Distribuição Patrimonial	31
4.5.3 Detalhamento dos Bens Móveis por Categoria	32
4.6 Conclusão Técnica da Gestão Patrimonial	32
5. GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE PESSOAL	33
5.1 Estrutura Administrativa	33
5.1.1 Características da Estrutura Administrativa	33
5.1.2 Estrutura Base da Administração Municipal	34
5.2 Gestão de Recursos Humanos	34
5.3 Gestão Fiscal de Pessoal	36
5.4 Capacitação e Treinamento	36
5.5 Avaliação da Gestão Administrativa e de Pessoal	36
6. LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS PÚBLICAS	37
6.2 Processos Licitatórios Realizados	38
6.3 Gestão e Fiscalização de Contratos	39
6.3.1 Principais práticas adotadas	39
6.3.2 Aditivos Contratuais	39
6.4 Transparência, Controle e Conformidade	39
6.4.1 Conformidade Legal	40
6.5 Avaliação da Gestão de Compras Públicas	40

6.6 Considerações Finais	40
7. GESTÃO DE ALMOXARIFADO E FROTAS	41
7.1 Controle de Almoхарifado	41
7.2 Gestão de Frotas	41
7.2.1 Composição da Frota Municipal	41
7.2.2 Distribuição da Frota	42
7.3. Manutenção e Consumo de Combustível	43
8. GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	45
8.1 Secretaria Municipal de Saúde – Capitão de Campos/PI	45
8.1.1 Finalidade e Competências da Secretaria	45
8.1.2 Ações Executadas em 2025	45
8.1.3 Escovação Dentária Supervisionada em faixa etária escolar	46
8.1.4 Vacinação contra Influenza	47
8.1.5 Vacinação contra Influenza – Busca Ativa “saúde na Praça”	48
8.1.6 Vacinação contra Influenza – Busca Ativa na Zona Rural	49
8.1.7 Saúde na Escola – PSE (Palestra: Gravidez na Adolescência)	50
8.1.8 Saúde na Escola – PSE (Indicador: Cuidado no Desenvolvimento Infantil)	52
8.1.9 Saúde da Mulher (Indicador: Cuidado da Mulher na Prevenção do Câncer e Ações Interprofissionais da eMulti)	53
8.1.10 Prevenção, Controle e Tratamento do Tabagismo	54
8.1.11 PREVENÇÃO, CONTROLE E COMBATE A DENGUE	55
8.1.12 CAMPANHA ANTIRRÁBICA ANIMAL	57
8.1.13. SAÚDE NA ESCOLA – PSE (ANTROPOMETRIA - Indicador: Cuidado no Desenvolvimento Infantil)	58
8.1.14 SAÚDE NA ESCOLA – PSE (ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL - Indicador: Cuidado no Desenvolvimento Infantil e Ações Interprofissionais Realizadas pela eMulti)	58
8.1.15 SAÚDE DO HOMEM (Indicador: Ações Interprofissionais Realizadas pela eMulti)	60
8.1.15. CUIDADO DA GESTANTE, DO PUERPÉRIO E DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL (Indicador: Cuidado da Gestante e do Puerpério e Cuidado no Desenvolvimento Infantil)	

	6
2	
8.1.16. CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS – NOVOS INDICADORES DE SAÚDE	63
8.1.17 Capacitação em Saúde Digital	65
8.1.18. Capacitação em Prevenção, Controle e Tratamento do Tabagismo	66
8.1.19 Realização de Exames de Mamografia	68
8.1.20 Capacitação dos Profissionais – Projeto Desenvolve	69
8.2 Secretaria Municipal de Educação – Capitão de Campos/PI	70
8.2.1 Identificação do Sistema Municipal de Ensino	71
8.2.2 Planejamento e Políticas Educacionais	72
8.2.3 PROGRAMAS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS	72
8.2.4 Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	73
8.2.5 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	74
8.3 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	80
8.3.1 MARÇO – COMEMORAÇÃO DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER	80
8.3.2 ABRIL – CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (ABRIL AZUL)	81
8.3.3 MAIO – CAMPANHA MAIO LARANJA (COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES)	82
8.3.4 JUNHO – 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	84
8.3.5 JULHO – ARRAIÁ DA MELHOR IDADE	85
8.3.6 AGOSTO – CAMPANHA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	86
8.3.7 NOVEMBRO – FÓRUM COMUNITÁRIO DO SELO UNICEF (EDIÇÃO 2025–2028)	87
8.3.8 BENEFÍCIOS EVENTUAIS – ENTREGA DE ENXOVAIS PARA GESTANTES	88
8.4 INFRAESTRUTURA E OBRAS	89
8.4.1 OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRAS POLIÉDRICAS	90
8.4.2 PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA – CBUQ	93
8.4.3 MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS	96

ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE – PI

Praça Gov. Helvídio Nunes, Nº 405, Centro, São José do Peixe – Piauí

CNPJ: 06.554.000/0001-10 CEP: 64.555-000 www.saojosedopeixe.pi.gov.br

8.4.4	MANUTENÇÃO E MELHORIAS EM UNIDADES ESCOLARES	96	
8.4.5	RESULTADOS DAS AÇÕES EXECUTADAS	101	
8.5	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	102	
8.5.1	Diálogo Ambiental sobre Linhas de Transmissão	102	
8.5.2	Ação de Conscientização Ambiental – Bairro São José	103	
8.5.3	Limpeza e Recuperação de Área no Bairro São José	104	
		106	
8.5.4	AÇÃO DE DESTAQUE - 1º DIA DE CAMPO NA COMUNIDADE SAPUCAIA	106	106
8.5.5	Participação em Evento Estadual – Diálogos pelo Piauí	109	
8.5.6	Programa Municipal de Distribuição de Mudanças	111	
8.5.7	Semana do Meio Ambiente 2025	112	
8.5.8	Reflorestamento e Recuperação de Mata Ciliar	114	
8.5.9	Sustentabilidade em Eventos Tradicionais	116	
		117	
8.5.10	Campanha de Prevenção às Queimadas	117	
		118	
8.5.11	Capacitação em Educação Ambiental e ICMS Ecológico	118	
8.5.12	Formação de Brigadistas Voluntários	120	
8.5.13	AValiação dos Resultados	121	
8.5.14	PARCERIAS INSTITUCIONAIS	122	
8.5.15	DESAFIOS E PERSPECTIVAS	123	
8.6	SECRETARIA MUNICIPAL DA MULHER - SEMMU	123	
8.6.1	OBJETIVOS DA SECRETARIA	124	
8.6.2	Participação na Feira da Agricultura Familiar e Pecuária	124	
8.6.3	Campanha Outubro Rosa – Conscientização sobre o Câncer de Mama	126	
8.6.4	Campanha Novembro Azul – Destaque das Ações de Conscientização	128	
8.6.5	Participação no VI Festival Cultural Quilombola	130	
8.6.6	PROJETOS ESTRATÉGICOS PARA O EXERCÍCIO DE 2026	132	
8.7	Secretaria Municipal de Segurança Pública	135	
8.7.1	Participação no Fórum de Segurança Pública	135	

ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE – PI

Praça Gov. Helvídio Nunes, Nº 405, Centro, São José do Peixe – Piauí

CNPJ: 06.554.000/0001-10 CEP: 64.555-000 www.saojosedopeixe.pi.gov.br

8.7.2 Maio Laranja – Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes

	137
8.7.3 Palestra com o Delegado Matheus Zanatta – DESTAQUE	139
8.7.4 Palestra com o Delegado Charles Pessoa – DESTAQUE	141
8.7.5 Palestras Educativas nas Escolas	143
8.7.6 Palestra Temática – Violência Contra a Mulher	145
8.7.7 Panfletagem e Fiscalização Preventiva	146
8.7.8 PARCERIAS INSTITUCIONAIS	147
8.7.9 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS	147
8.7.10 Planejamento para 2026	149
9. TRANSPARÊNCIA, CONTROLE SOCIAL E TECNOLOGIA	151
9.1 Portal da Transparência	151
9.1.1 Conteúdos Disponibilizados	151
9.1.2 Cumprimento da LAI	152
9.2 Ouvidoria e Canais de Comunicação	152
9.2.1 Canais Disponíveis	153
9.2.2 Desempenho Institucional e Diretrizes Futuras	153
9.3 Modernização Administrativa e Tecnologia	154
9.4 Avaliação da Transparência e Controle Social	155
9.5 Diretrizes de Aperfeiçoamento e Melhoria Contínua	156
10. PRINCIPAIS RESULTADOS E INDICADORES DA GESTÃO	157
10.1 Síntese dos Avanços	157
10.2 Indicadores de Desempenho	158
10.3 Análise Comparativa	159
11. DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES	160
11.1 Pontos Críticos Identificados	160
11.2 Propostas de Melhoria	161
12. CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
APÊNDICES	163
ANEXOS	

1. APRESENTAÇÃO

1.1 Mensagem do Chefe do Poder Executivo

É com sentimento de responsabilidade e compromisso com a população que a Prefeitura Municipal de São José do Peixe–PI apresenta o **Relatório de Gestão referente ao exercício de 2025**, instrumento destinado a demonstrar as principais ações desenvolvidas pela Administração Municipal, os resultados alcançados e os esforços empreendidos para o fortalecimento das políticas públicas municipais.

O exercício de 2025 foi marcado pela continuidade das ações administrativas, pela busca de melhoria dos serviços públicos e pelo fortalecimento do planejamento municipal, tendo como prioridades a saúde, educação, assistência social, infraestrutura, desenvolvimento rural, valorização dos servidores, responsabilidade fiscal e melhoria da qualidade de vida da população.

A Administração Municipal reafirma seu compromisso com os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, buscando assegurar uma gestão responsável, transparente e voltada ao interesse público.

O presente relatório constitui importante instrumento de prestação de contas à sociedade, permitindo o acompanhamento das ações realizadas e dos recursos públicos administrados durante o exercício.

Reconhecemos que ainda existem desafios importantes a serem enfrentados. Entretanto, o trabalho desenvolvido ao longo do exercício demonstra o compromisso da gestão municipal com o desenvolvimento de São José do Peixe e com a construção de uma Administração Pública cada vez mais eficiente, participativa e transparente.

São José do Peixe–PI, 2025.

Celso Antônio Mendes Coimbra
Prefeito Municipal

1.2 Apresentação do município

São José do Peixe é município do Estado do Piauí, identificado pelo código IBGE 2210102.

De acordo com os dados disponibilizados pelo IBGE, o município possui área territorial de aproximadamente 1.287,174 km², população de 3.297 habitantes no Censo 2022 e população estimada de 3.300 habitantes em 2025, com densidade demográfica de aproximadamente 2,56 habitantes por km².

O Município apresenta características predominantemente rurais, com demandas relacionadas à manutenção da infraestrutura urbana e rural, abastecimento de água, estradas vicinais, saúde, educação, assistência social e apoio às atividades produtivas.

A extensa dimensão territorial, associada à baixa densidade populacional, exige planejamento específico para garantir que os serviços públicos alcancem tanto a sede municipal quanto as comunidades e localidades rurais.



figura 3- LOCALIZAÇÃO NO

PA

Coordenadas:	7° 29' 38" S, 42° 33' 50" O
País	Brasil
Unidade federativa	Piauí
Municípios limítrofes	São Francisco do Piauí, Colônia do Piauí, São Miguel do Fidalgo, Socorro do Piauí, Ribeira do Piauí, Flores do Piauí, Itaueira, Floriano e Nazaré do Piauí
Distância até a capital	268 km
Fundação	1956 (70 anos)
Governo	
• Prefeito(a)	Celso Antônio Mendes Coimbra (PT, 2025–2028)
Área	
• Total ^[1]	1 339,496 km²
Altitude	170 m
População	
• Total (estimativa IBGE/2020 ^[2])	3 741 hab.
Densidade	2,8 hab./km²
Clima	Não disponível
Fuso horário	Hora de Brasília (UTC−3)
IDH (PNUD/2000 ^[3])	0,609 — <i>médio</i>
PIB (IBGE/2008 ^[4])	R\$ 12 560,572 mil
• Per capita (IBGE/2008 ^[4])	R\$ 3 273,54

1.3 História do município

Histórico

O Povoamento teve início no final do século XIX, numa fazenda de gado pertencente a Luís Antônio de Carvalho. Em 1907, chegaram Josino Quirino da Silva, capitão Francisco de Carvalho Mendes e o tenente Aprígio Emiliano Batista, estabelecendo-se com atividades agropecuárias. A valorização da borracha de maniçoba atraiu muitas pessoas para a região, dando início às chamadas Feiras da Maniçoba, de vital importância para o desenvolvimento da localidade.

A povoação, conhecida por Peixe, mais tarde mudou-se para uma planície, situada no outro lado do rio Piauí. Em 1909, o tenente Aprígio deu início à construção da capela de São José, em terreno por ele doado ao patrimônio da igreja. Em 1956, a próspera localidade foi elevada à categoria de Município, recebendo a denominação de São José do Peixe, em homenagem ao Santo Padroeiro.

Formação Administrativa Elevado à categoria de município e distrito com a denominação de São José do Peixe, pela lei estadual nº 1440, de 23-11-1956, desmembrado dos municípios de Oeiras e São João do Piauí. Sede no atual distrito de São José do Peixe, ex-localidade de São José do município de Oeiras. Constituído do distrito sede. Instalado em 25-12-1958. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o município é constituído do distrito sede. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005.

População

O município tinha 3700 habitantes no último Censo. Isso coloca o município na posição 195 dentre 224 do mesmo estado. Em comparação com outros municípios do Brasil, fica na posição 4794 dentre 5570. Sua densidade demográfica é de 2.87 habitantes por quilômetro quadrado, colocando-o na posição 201 de 224 do mesmo estado. Quando comparado com outros municípios no Brasil, fica na posição 5198 de 5570.

Localiza-se a uma latitude 07°29'37" sul e a uma longitude 42°33'49" oeste, estando a uma altitude de 170 metros. Possui uma área de 1370,1 km².

Municípios limítrofes são:

São Francisco do Piauí, Colônia do Piauí, São Miguel do Fidalgo, Socorro do Piauí, Ribeira do Piauí, Flores do Piauí, Itaueira, Floriano e Nazaré do Piauí

Fonte: IBGE Cidades

1.4 Missão, visão e valores

A definição da missão, visão e valores institucionais representa um importante instrumento de direcionamento estratégico da Administração Pública Municipal, estabelecendo os princípios norteadores da atuação governamental e orientando a prestação de serviços à população com foco em resultados, eficiência e desenvolvimento sustentável.

Missão

Promover o desenvolvimento sustentável do Município de por meio de uma gestão pública eficiente, transparente e participativa, garantindo a oferta de serviços de qualidade nas áreas essenciais, com responsabilidade fiscal, inclusão social e valorização da população.

Visão

Ser reconhecida como uma gestão municipal de referência pela excelência na administração pública, pela inovação na gestão, pela transparência dos atos administrativos e pela efetiva melhoria da qualidade de vida da população, com crescimento econômico equilibrado e sustentável.

Valores Institucionais

A atuação da Administração Municipal está fundamentada em valores como:

- Transparência;
- Eficiência;
- Responsabilidade Fiscal;
- Ética e Integridade;
- Compromisso Social; Sustentabilidade;
- Inovação;
- Valorização do Servidor Público;
- Participação Popular.

1.5 Serviços públicos de interesse local

Nos termos do art. 30, inciso V, da Constituição Federal de 1988, compete ao Município organizar e prestar, diretamente ou mediante concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local essencial à população.

No Município são ofertados à população serviços essenciais e de utilidade pública, abrangendo áreas como limpeza urbana, infraestrutura, saúde, dentro outros, com o objetivo de garantir o bem-estar coletivo e a melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

A seguir, apresenta-se a **Tabela – Serviços Públicos de Interesse Local**, contendo a relação dos principais serviços disponibilizados pela Administração Municipal.

Tabela 1 - SERVIÇOS PÚBLICOS DE INTERESSE LOCAL EM SÃO JOSÉ DO PEIXE-PI

Categoria do Serviço	Descrição / Detalhamento
Limpeza e Saneamento	Coleta de resíduos sólidos e limpeza de vias urbanas.
Infraestrutura Básica	Serviço de iluminação pública e manutenção de estradas vicinais.
Recursos Hídricos	Abastecimento de água por meio de poços artesianos(zona rural) e concessão Aguas di Piaui(zona urbana)
Saúde e Bem-Estar	Telemedicina voltada para pessoas com mobilidade reduzida.

1.6 Organização dos serviços públicos de interesse local

No município os serviços públicos de interesse local, conforme a Constituição Federal, são prestados por meio da contratações pelo poder público municipal, sendo que para tanto os mesmos são fiscalizados a fim do cumprimento das metas estabelecidas de entrega de serviços a população:

- Coleta de resíduos sólidos e limpeza pública de vias urbanas é realizada por empresa especializada contratada;
- O serviço de iluminação pública é prestado por empresa contratada na qual é feita a manutenção do sistema de iluminação das vias públicas, seja por demanda da população quando ocorre interrupção da mesma e também com a reposição de equipamentos para aperfeiçoar a oferta de iluminação pública;

- O fornecimento de abastecimento por poços artesianos é necessário aos povoados rurais onde o abastecimento da concessionária estadual não ocorre, sendo que a prestação de fornecimento é de responsabilidade direta do poder público municipal e a manutenção dos poços é realizada por meio de contratação de empresa especializada no serviço;
- A manutenção das estradas vicinais é realizada por meio de maquinários próprios para facilitar o traslado da população rural e urbana e facilitar o transporte escolar;
- Telemedicina é ofertada no município por meio de parceria junto ao governo estadual do Piauí com o programa Piauí Saúde Digital. Com isso a população pode agendar e realizar a consulta com diversos especialistas sem a necessidade de deslocamento a um centro de medicina especializada físico.;

1.7 Resumo da Estrutura Administrativa

Com base na Lei municipal nº 21, de 30 de Novembro de 2023, que dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo Municipal de São José do Peixe - PI, o Poder Executivo Municipal é exercido pelo Prefeito do Município, auxiliado pelo Vice-Prefeito, pelos Secretários Municipais e os ocupantes de cargos equivalentes, bem como pelos diretores, chefes, assessores e servidores públicos. A administração Municipal engloba os órgãos da Administração Direta e as entidades da administração indireta. Sendo que integram a Administração Direta:

- Os órgãos de Apoio, Assessoramento e Representação Municipal;
- Os órgãos de Controle da Gestão Pública;
- Os órgãos de Gerenciamento Estratégico e Desenvolvimento Institucional;
- Os órgãos de Formulação, Execução e Avaliação de Políticas Públicas.

Com a finalidade de obter uma melhor visão da estrutura organizacional do Poder Executivo municipal é apresentado a seguir o organograma dos órgãos públicos municipais da Administração Direta.

1.8 ORGANOGRAMA DO PODER EXECUTIVO

O organograma do Poder Executivo apresenta a estrutura hierárquica e funcional da Administração Municipal, demonstrando a organização dos órgãos, as competências administrativas e os níveis de decisão da gestão.

Essa estrutura está fundamentada nos princípios da administração pública previstos no art. 37 da Constituição Federal e na legislação municipal que regula a organização

1.8.1 Finalidade do Organograma

O organograma tem como objetivo:

- Demonstrar a estrutura administrativa do município de forma clara e organizada;
- Evidenciar os níveis de hierarquia e subordinação entre os órgãos;
- Facilitar a compreensão dos fluxos de decisão e execução;
- Apoiar o controle interno e externo;
- Promover transparência na organização administrativa.

1.8.2 Estrutura Básica do Poder Executivo

A estrutura do Poder Executivo Municipal é composta por órgãos de direção superior, assessoramento, controle e execução, conforme descrito a seguir:

I – Órgão de Direção Superior

- Prefeito Municipal

II – Órgãos de Assessoramento Direto

- Gabinete do Prefeito
- Procuradoria Geral do Município
- Controladoria Geral do Município

III – Órgãos de Administração Geral (Atividades Meio)

- Secretaria Municipal de Administração
- Secretaria Municipal de Finanças
- Secretaria Municipal de Governo

IV – Órgãos de Administração Específica (Atividades Finalísticas)

- Secretaria Municipal de Educação
- Secretaria Municipal de Saúde
- Secretaria Municipal de Assistência Social
- Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo e Serviços Públicos
- Secretaria Municipal de Agricultura e Defesa Civil
- Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Juventude e Lazer
- Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

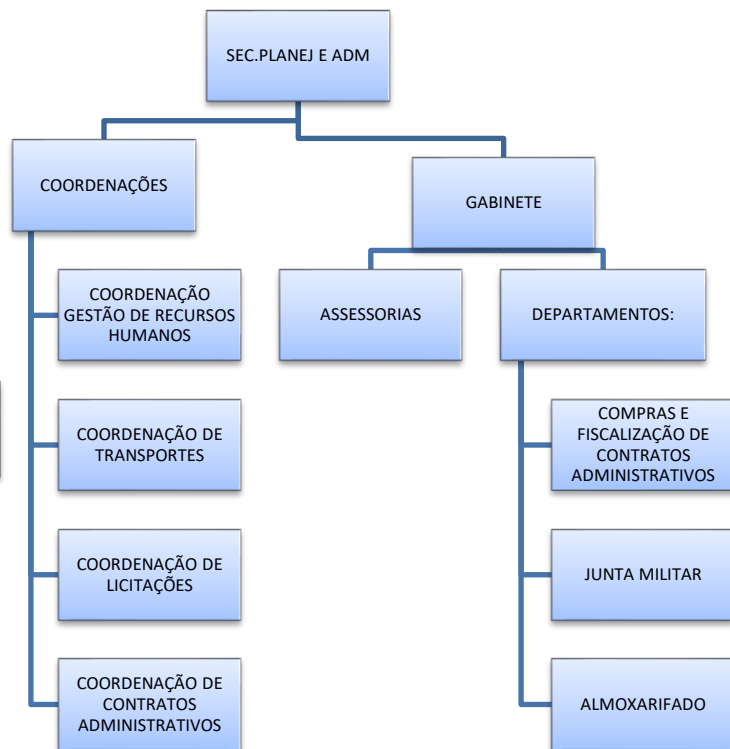
1.8.3 Representação do Organograma

O organograma do Poder Executivo apresenta de forma gráfica, evidenciando a relação de subordinação entre os órgãos, partindo do Chefe do Poder Executivo para as demais unidades administrativas.

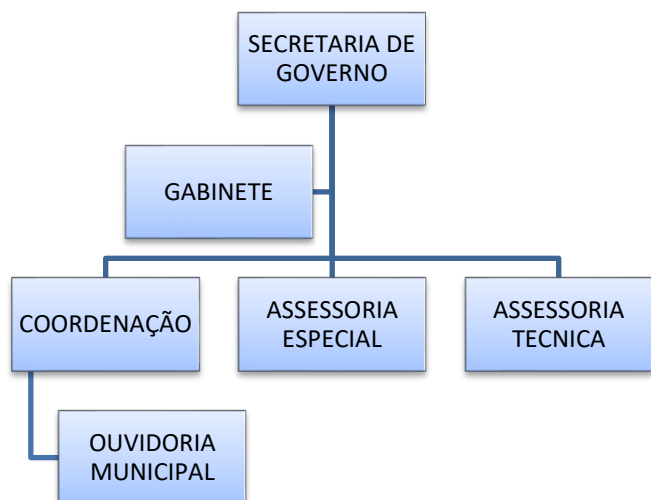
Gabinete do Prefeito:



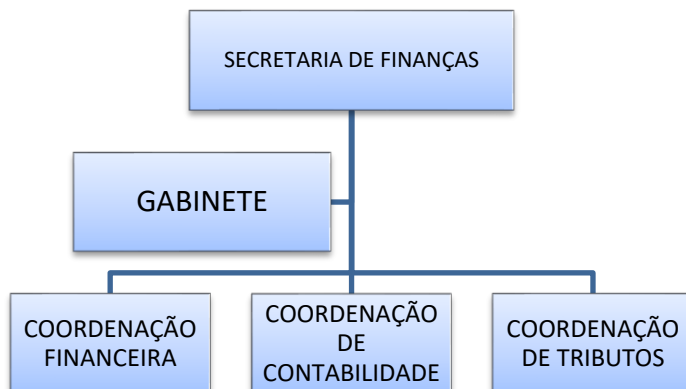
Secretaria de Administração:



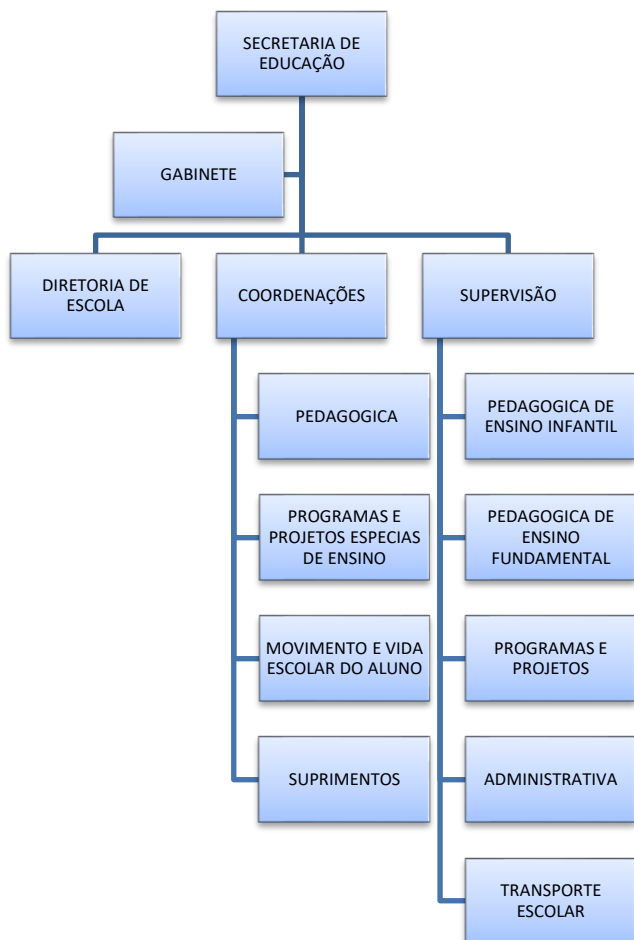
Secretaria de Governo:



Secretaria de Finanças:



Secretaria de Educação:

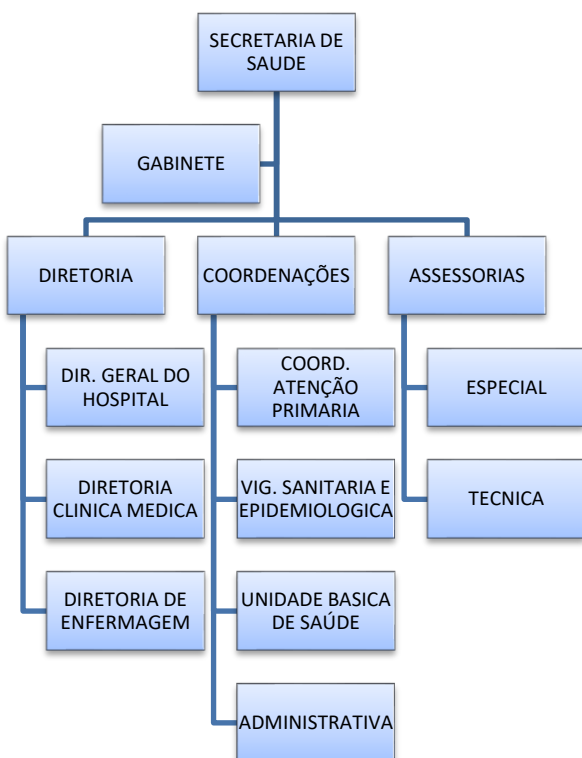


Secretaria

De Assistência

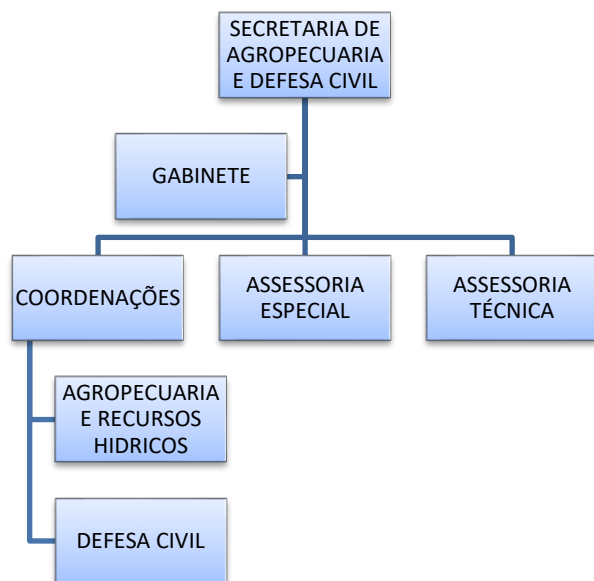
Social:

Secretaria de Saúde:



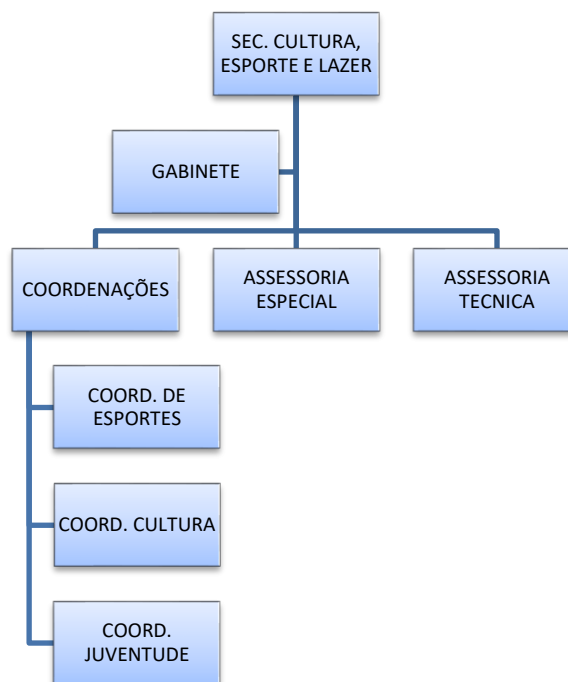
Secretaria de Agropecuária e

Defesa Civil:

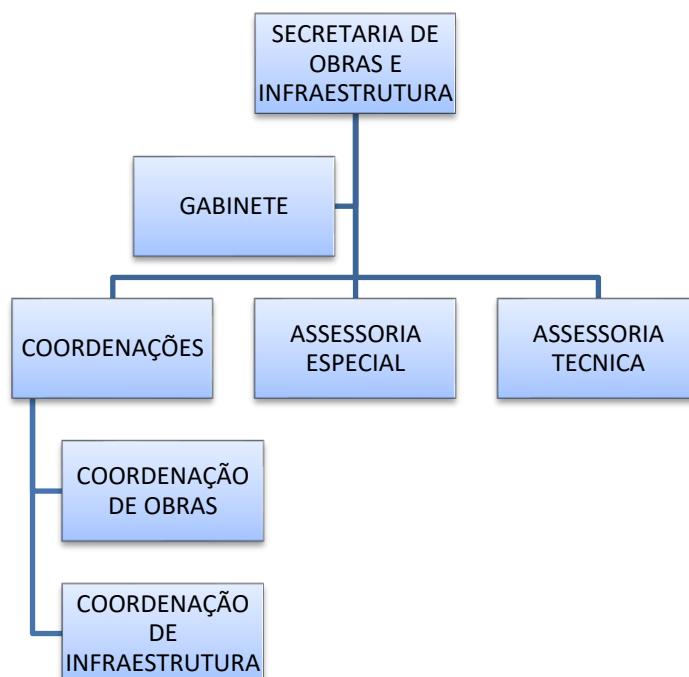
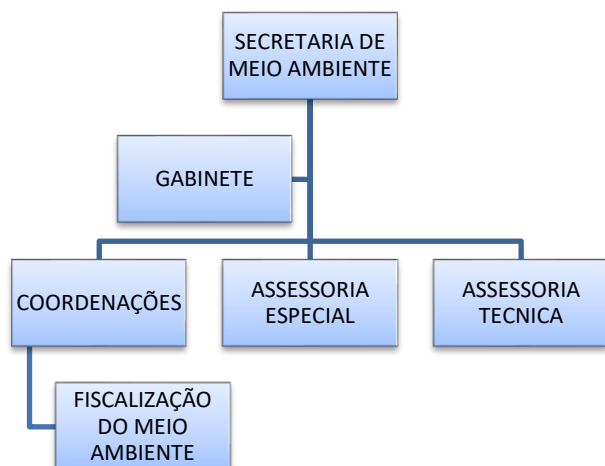


Secretaria de Meio Ambiente

Secretaria de Cultura, Esporte, Juventude e Lazer:



Secretaria de Obras e Infraestrutura:



1.9 Normas de organização dos serviços públicos

Lei Orgânica do Município

A Lei Orgânica do município de São José do Peixe - PI promulgada em 2012.

Estrutura Administrativa Municipal

A Lei municipal nº 21, de 21 de Novembro de 2023.

Controladoria Geral do Município

A Lei municipal nº 01, de 17 de fevereiro de 2003.

Código Tributário Municipal

A lei municipal nº 06, de 12 de Dezembro de 2016.

Plano de Carreira e Cargos e Salários dos Profissionais do Magistério Público

A lei municipal nº 01, de 11 de janeiro de 2010,

Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Profissionais da Saúde

A lei municipal nº 03, de 25 de abril de 2011

Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Civil

A lei municipal nº 01, de 25 de abril de 2011

Objetivos Estratégicos Municipais

O Município de São José do Peixe/PI estabeleceu objetivos estratégicos através de indicadores de desempenho e metas mensuráveis, visando garantir maior efetividade na implementação das políticas públicas, bem como possibilitar o monitoramento contínuo dos resultados alcançados pela gestão.

Essa abordagem está alinhada às diretrizes do planejamento governamental previstas no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), promovendo a integração entre planejamento, execução e controle.

Os objetivos estratégicos, juntamente com seus respectivos indicadores de desempenho e metas estabelecidas para o exercício, encontram-se detalhados na **Tabela 2 – Objetivos Estratégicos, Indicadores e Metas**, apresentada na página seguinte, a qual consolida, de forma sistematizada, os eixos estratégicos da gestão municipal e seus respectivos instrumentos de mensuração.

A aferição dos indicadores será realizada de forma periódica, com base em dados oficiais dos sistemas administrativos municipais, sistemas federais e relatórios setoriais das secretarias responsáveis. O acompanhamento ocorrerá por meio de relatórios gerenciais mensais e avaliações quadrimestrais, em consonância com os instrumentos de transparência e prestação de contas.

Os indicadores foram definidos com base nos seguintes critérios técnicos:

- Relevância para a gestão pública municipal;
- Mensurabilidade e disponibilidade de dados;
- Alinhamento com políticas públicas vigentes;
- Capacidade de demonstrar resultados concretos à sociedade.

Os objetivos estratégicos e seus respectivos indicadores estão diretamente vinculados aos programas e ações constantes no Plano Plurianual (PPA), sendo operacionalizados por meio das metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e executados conforme as dotações previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Essa integração assegura:

- Coerência entre planejamento e execução;
- Racionalidade na aplicação dos recursos públicos;
- Maior controle e transparência na gestão;
- Subsídio técnico para tomada de decisões estratégicas.

1.10 Metas Municipais

As metas municipais representam o desdobramento operacional dos objetivos estratégicos, consistindo em resultados específicos, mensuráveis e temporalmente definidos, que orientam a atuação da Administração Pública no alcance de melhorias concretas para a população.

No âmbito do Municipal as metas foram estabelecidas com foco no médio prazo, priorizando a eficiência administrativa, a ampliação dos serviços públicos e a promoção do desenvolvimento sustentável, em consonância com os instrumentos de planejamento governamental, especialmente o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

As metas municipais, acompanhadas de seus respectivos indicadores de desempenho, unidades de medida e prazos de execução, encontram-se consolidadas

na **Tabela 3 – Metas Municipais, Indicadores e Prazos**, apresentada na página seguinte, a qual sistematiza os principais compromissos assumidos pela gestão no período analisado.

O monitoramento das metas será realizado de forma contínua pela Administração Municipal, com base em dados consolidados pelas secretarias responsáveis e sistemas oficiais de informação. O acompanhamento ocorrerá por meio de:

- Relatórios gerenciais mensais;
- Avaliações quadrimestrais de desempenho;
- Consolidação anual no Relatório de Gestão;
- Publicação em instrumentos de transparência pública.

Os indicadores definidos permitem aferir, de forma objetiva, o grau de cumprimento das metas, possibilitando ajustes tempestivos nas políticas públicas e maior eficiência na gestão dos recursos públicos.

As metas estabelecidas encontram-se alinhadas aos programas e ações previstos no Plano Plurianual (PPA), sendo priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e executadas conforme a disponibilidade orçamentária definida na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Essa integração assegura:

- Compatibilidade entre metas físicas e financeiras;
- Responsabilidade na gestão fiscal;
- Otimização da alocação de recursos públicos;
- Maior efetividade na entrega de resultados à população.

1.11 Gestão de Riscos

A Gestão de Riscos no âmbito do Município constitui instrumento essencial de governança, voltado à identificação, avaliação, monitoramento e mitigação de eventos que possam impactar negativamente o alcance dos objetivos estratégicos e a execução das políticas públicas.

A metodologia adotada considera a classificação dos riscos por áreas temáticas, associando-os às respectivas ações de mitigação, com foco na prevenção de ocorrências, redução de impactos e fortalecimento dos controles internos, em conformidade com as boas práticas de gestão pública e controle interno.

Os principais riscos identificados, bem como suas causas, impactos e respectivas

ações de mitigação, encontram-se consolidados na **Tabela 4 – Matriz de Riscos e Ações de Mitigação**, apresentada na página seguinte, a qual sistematiza as informações de forma estruturada para subsidiar o acompanhamento gerencial e a tomada de decisões.

A gestão dos riscos será realizada de forma contínua, integrada aos sistemas de controle interno do município, contemplando:

- Identificação periódica de novos riscos;
- Avaliação do grau de probabilidade e impacto;
- Definição de responsáveis pela mitigação;
- Monitoramento sistemático por meio de relatórios gerenciais;
- Revisão anual da matriz de riscos.

Cada secretaria municipal será responsável pela gestão dos riscos inerentes à sua área de atuação, sob coordenação do Sistema de Controle Interno, assegurando a integração das ações e o alinhamento com os objetivos estratégicos da gestão.

A gestão de riscos está diretamente vinculada às práticas de governança pública, contribuindo para:

- Melhoria da eficiência administrativa;
- Redução de desperdícios e prejuízos ao erário;
- Prevenção de irregularidades e responsabilizações;
- Apoio à tomada de decisões estratégicas;
- Fortalecimento da transparência e da accountability.

Destaca-se que a adoção de uma matriz estruturada de riscos atende às recomendações dos órgãos de controle externo, especialmente no que se refere à prevenção de falhas na gestão e ao aprimoramento dos mecanismos de controle.

2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E CONTÁBIL

Este relatório apresenta a análise consolidada da gestão orçamentária, financeira, fiscal e contábil do município de São José do Peixe, com base nos dados extraídos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e do Relatório Detalhado da Folha de

Pagamento de 2025, além de realizar um comparativo evolutivo com o exercício de 2024, conforme as diretrizes do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE/PI).

2.1 Gestão Orçamentária e Equilíbrio das Contas

A gestão orçamentária do município demonstrou um desempenho sólido, com a arrecadação superando as expectativas iniciais e mantendo um equilíbrio positivo entre receitas e despesas.

Tabela 2- INDICADOR ORÇAMENTÁRIO

Indicador Orçamentário	Valor (R\$)
Receita Prevista Atualizada	33.125.000,00
Receita Realizada (Jan-Dez)	33.596.415,90
Despesa Liquidada (Jan-Dez)	30.847.697,04
Superávit Orçamentário	2.748.718,86

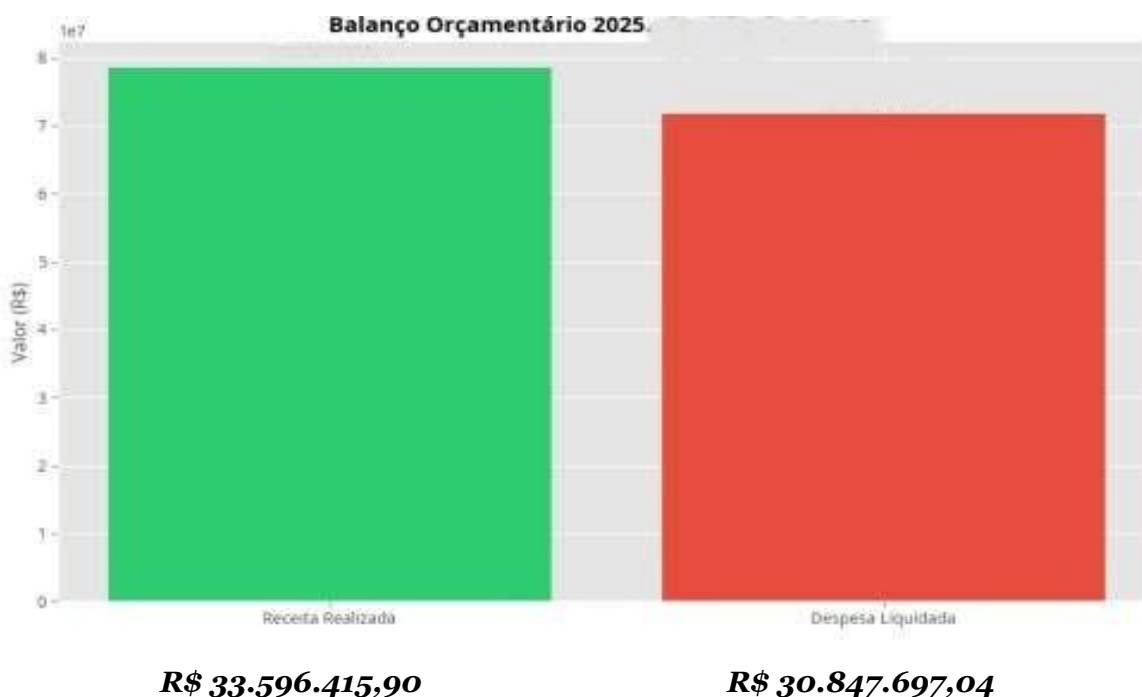


Figura 4- BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 2025

2.2 Análise Comparativa de Desempenho (2024 x 2025)

A comparação entre os exercícios de 2024 e 2025 revela um crescimento sustentável da arrecadação e uma otimização dos gastos públicos.

Tabela 3 - Evolução das Receitas e Despesas

Indicador	Exercício 2024 (R\$)	Exercício 2025 (R\$)	Variação (%)
-----------	-------------------------	-------------------------	--------------

Receita Realizada	28.272.396,34	33.596.415,90	+18,84%
Despesa Liquidada	28.248.141,79	30.847.697,04	+9,20%
Superávit Orçamentário	24.254,44	2.748.718,86	+11.232,84%

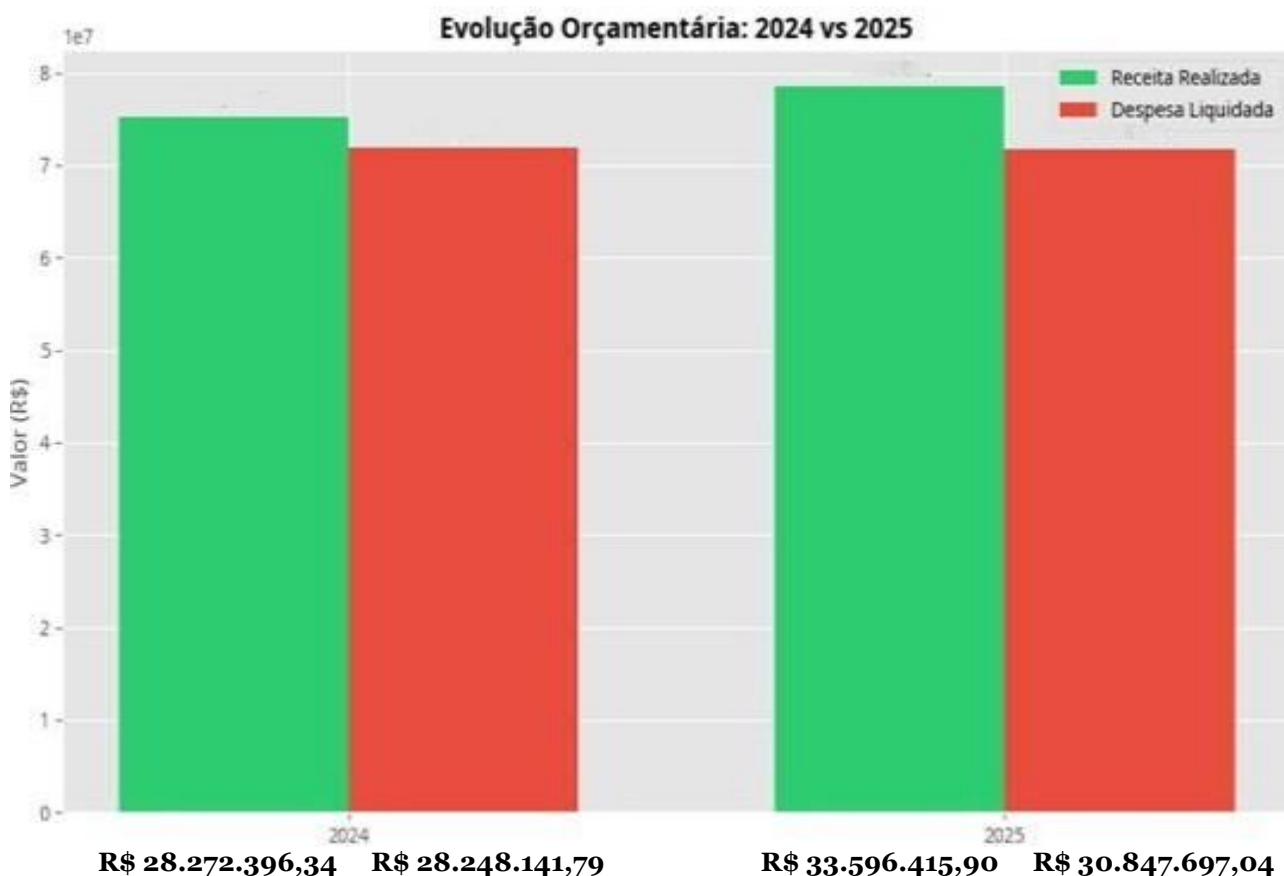


Figura 5- EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.3 Execução Exaustiva por Fonte de Recurso

A transparência na gestão das fontes de recurso é fundamental para o TCE/PI.

Abaixo, detalhamos a arrecadação por cada código de fonte utilizado pelo município.

Código da Fonte	Descrição da Fonte	Valor Arrecadado (R\$)
500-00	Ordinária	17.992.341,59
540-01	Recursos Destinados à Educação	4.007.742,47
600-02	Recursos Destinados à Saúde	3.444.987,36
800-03	Recursos Destinados à Previdência - RPPS	0,00
541-01	Recursos Destinados à Educação	1.423.027,99

542-01	Recursos Destinados à Educação	1.179.449,29
700-05	Outras Destinações de Recursos	494.784,63
604-02	Recursos Destinados à Saúde	440.220,00
Demais Fontes	Outras Fontes Consolidadas	4.613.862,57

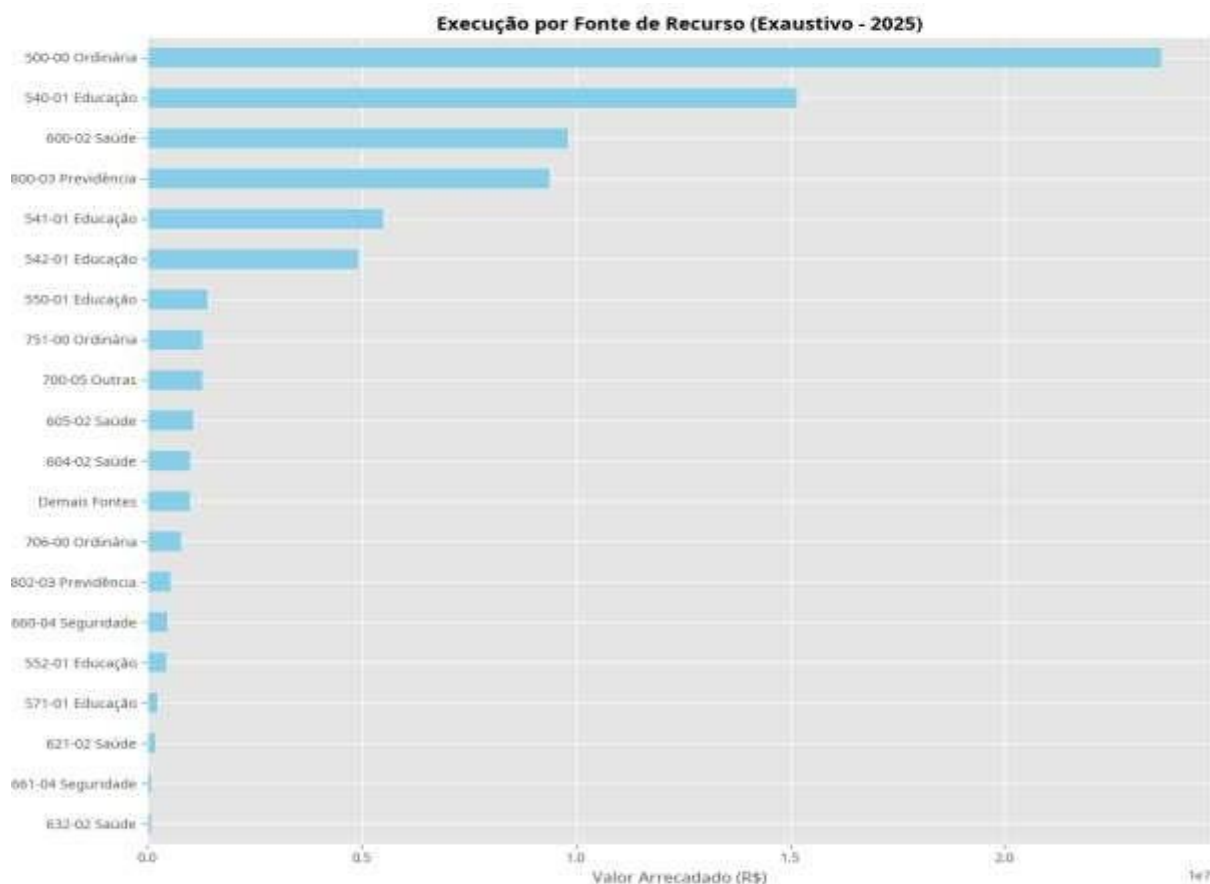


Figura 6- GRÁFICO DA EXECUÇÃO POR FONTE DE RECURSO 2025

2.4 Execução Exaustiva por Unidade Orçamentária

Abaixo, apresentamos a execução orçamentária detalhada por cada unidade administrativa do município, demonstrando a capilaridade dos gastos públicos.

Tabela 4- Execução Exaustiva por Unidade Orçamentária

Unidade Orçamentária	Valor Liquidado (R\$)
Gabinete do Prefeito	228.813,37
Controladoria	36.527,59
Secretaria de Administração	5.604.419,04
Secretaria de Agricultura	407.256,89
Secretaria de Educação	3.822.074,37
FUNDEB	6.969.731,92
Fundo de Saúde	6.497.800,16
Secretaria de Saúde	241.537,88
Unidade Mista de Saúde	1.741.875,41
Secretaria de Obras	1.621.480,81
Fundo de Assistência Social	1.180.132,55
Secretaria de Assistência Social	67.696,84
Secretaria de Finanças	80.162,76
Secretaria da Juventude e Esporte	863.873,05
Secretaria do Meio Ambiente	172.578,80
Secretaria de Governo	77.988,52
Câmara Municipal	1.233.747,08

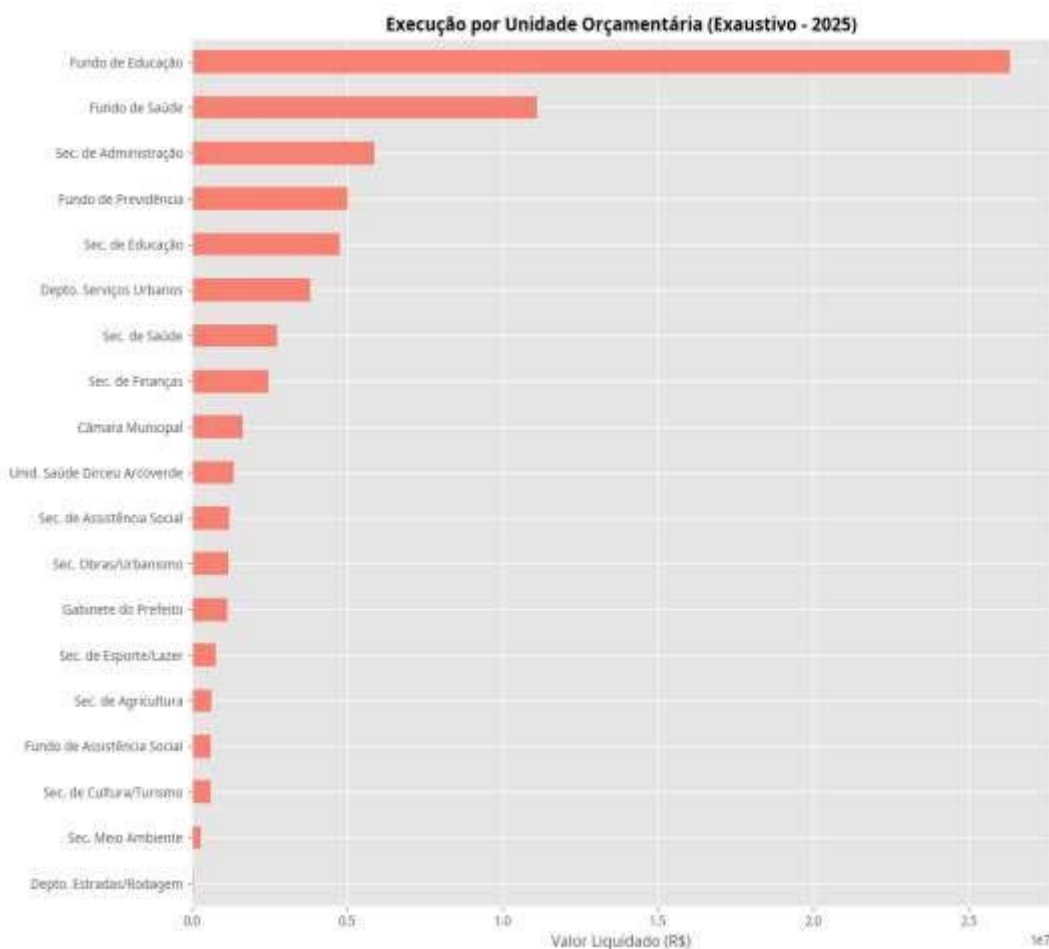


Figura 7 - GRÁFICO DA EXECUÇÃO POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

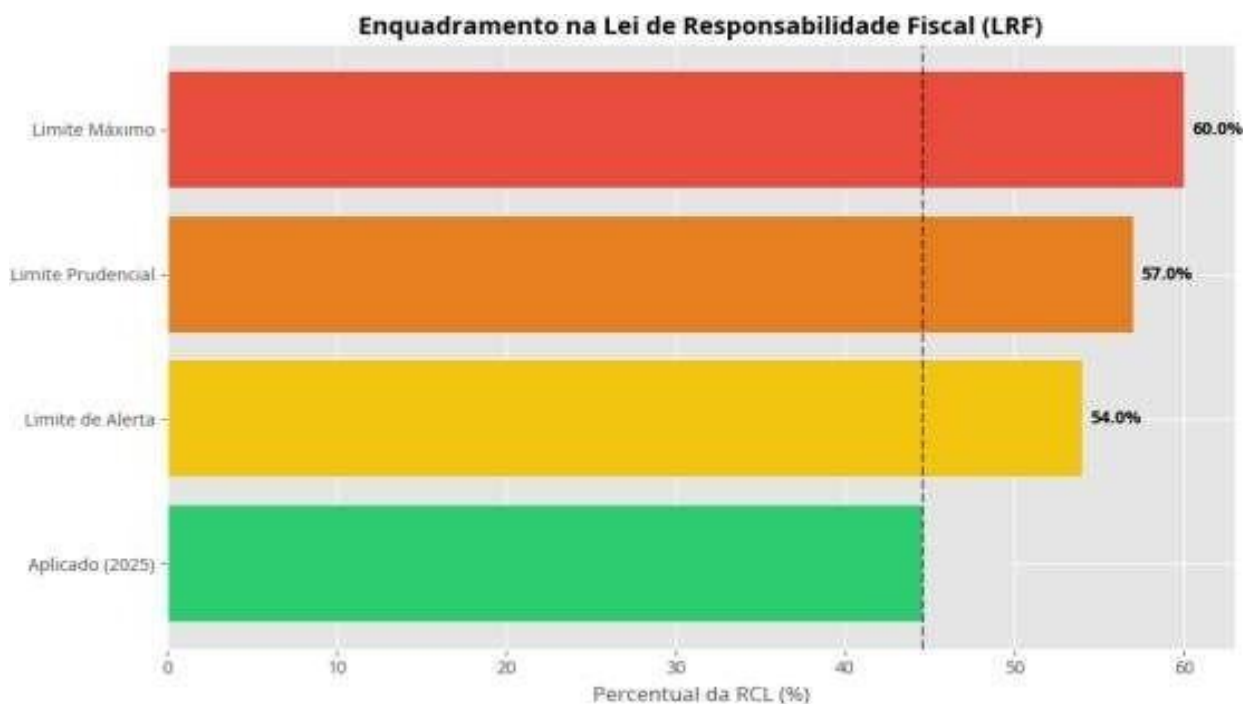
2.5 Despesa com Pessoal

A gestão financeira manteve um controle rigoroso sobre a folha de pagamento, garantindo que o crescimento das despesa com pessoal não compromettesse o equilíbrio fiscal do município.

Percentual da RCL e Enquadramento na LRF: Em 2025, a Despesa Total com Pessoal (DTP) atingiu o percentual de **40,02%** em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), mantendo-se significativamente abaixo de todos os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Tabela 5- PERCENTUAL DA RCL

Indicador Fiscal	Percentual (%)	Limite Legal (%)	Situação
Aplicado (2025)	40,02%	-	Regular
Limite Máximo	60,00%	100%	Abaixo



% 40,02

Figura 8- GRÁFICO ENQUADRAMENTO NA LRF

2.6 Análise de Liquidez e Solvência Financeira

A liquidez financeira demonstra a capacidade do município de honrar suas obrigações de curto prazo com os recursos disponíveis em caixa.

- **Ativo Financeiro (Disponibilidade Bruta):** **R\$ 4.291.846,68**

- **Passivo Financeiro (Obrigações): R\$ 28.000,00**
- **Disponibilidade de Caixa Líquida: R\$ 4.263.846,68**

Análise: O município apresenta um Índice de Liquidez Corrente de 119,38, indicando uma situação de solvência confortável ao final do exercício.

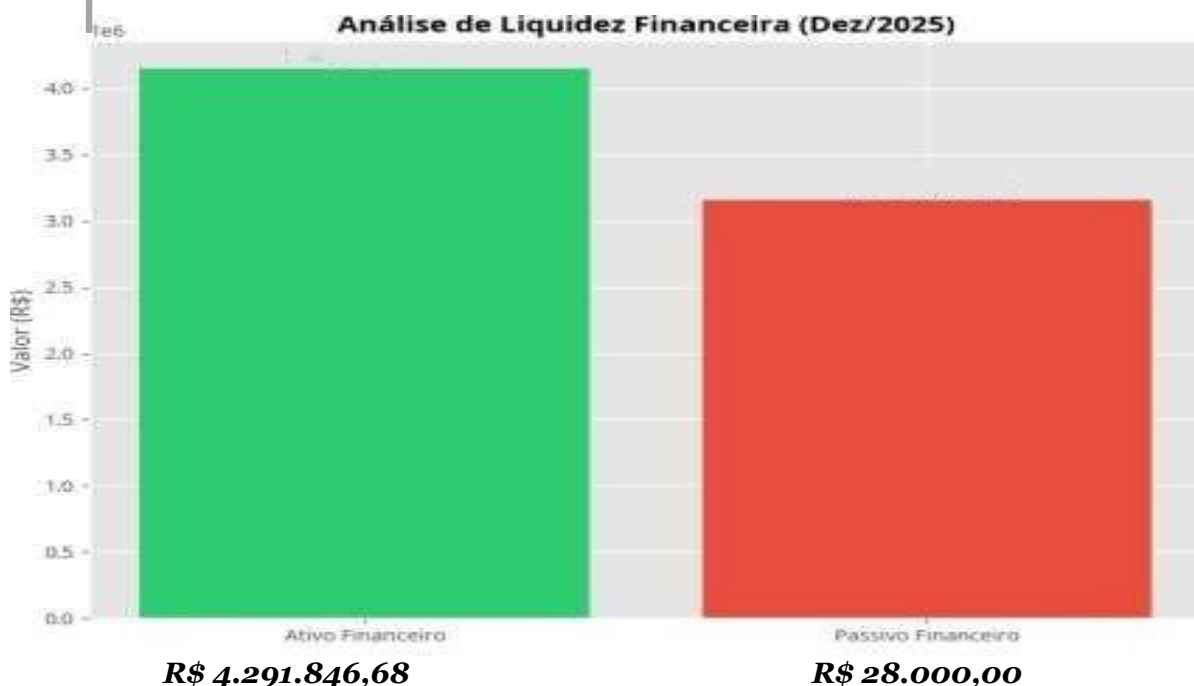


Figura 9 -GRÁFICO ANÁLISE DE LIQUIDEZ FINANCEIRA (12/2025)

2.7 Investimentos em Educação e Saúde (Limites Constitucionais)

O cumprimento dos índices constitucionais em áreas prioritárias é um dos pilares administrativos da gestão municipal.

2.7.1 Educação (MDE e FUNDEB)

- **Aplicação em MDE: 30,41%** (Mínimo exigido: 25%)
- **Remuneração Profissionais Educação (FUNDEB 70%): 78,51%** (Mínimo exigido: 70%)

2.7.2 Saúde (ASPS)

- **Aplicação em Saúde:** 26,54% (Mínimo exigido: 15%)

A análise exaustiva dos dados de 2025 demonstra que o município apresenta uma **gestão transparente e equilibrada**. A correta alocação por fontes de recurso, o controle rigoroso das unidades orçamentárias e a manutenção de uma liquidez positiva consolidam o município como um exemplo de responsabilidade fiscal no estado do Piauí.

3. CONTROLE INTERNO

O Sistema de Controle Interno constitui instrumento essencial de governança pública, voltado à prevenção de irregularidades, à promoção da eficiência administrativa e ao fortalecimento da transparência na gestão dos recursos públicos.

Sua atuação está fundamentada nos princípios constitucionais da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e publicidade, conforme disposto no art. 31 da Constituição Federal, bem como nas diretrizes da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), Lei nº 4.320/64, Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) e orientações do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE/PI).

3.1 Estrutura do Sistema de Controle Interno

O Sistema de Controle Interno é coordenado pela Controladoria Geral do Município (CGM), órgão central responsável pela normatização, supervisão e execução das atividades de controle no âmbito da administração municipal.

Tabela 6- ESTRUTURA DA CGM

	Descrição
Órgão Central	Controladoria Geral do Município (CGM) Órgão
Natureza	de assessoramento técnico e controle Gabinete
Vinculação	do Prefeito / Administração Central Controlador
Estrutura	Geral e equipe técnica de apoio

Elemento	Descrição
Atuação	Preventiva, concomitante e corretiva

A CGM exerce suas competências com autonomia funcional, atuando de forma integrada com os demais setores administrativos, estabelecendo rotinas padronizadas, fluxos processuais e mecanismos de controle que visam mitigar riscos e assegurar a conformidade dos atos administrativos.

3.2 Competências e Obrigações do Controle Interno

Em conformidade com o ordenamento jurídico vigente, competem ao Sistema de Controle Interno, dentre outras atribuições:

- Avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA);
- Comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do município;
- Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;
- Fiscalizar processos administrativos, especialmente licitações, contratos, convênios e atos de gestão de pessoal;
- Orientar os gestores quanto à correta aplicação dos recursos públicos e cumprimento das normas legais;
- Estabelecer mecanismos de controle preventivo, reduzindo riscos de impropriedades e irregularidades.

3.3 Atuação e Procedimentos de Controle

Durante o exercício de 2025, o Sistema de Controle Interno atuou de forma contínua no acompanhamento dos atos de gestão, com foco na melhoria dos processos administrativos e no fortalecimento dos controles institucionais.

As principais frentes de atuação envolveram:

a) Controle Preventivo

- Análise prévia de processos administrativos relevantes;
- Orientação técnica às unidades gestoras;
- Padronização de procedimentos internos.

b) Controle Concomitante

- Acompanhamento da execução orçamentária e financeira;
- Verificação da conformidade de atos administrativos em tempo real;
- Monitoramento de contratos e despesas públicas.

c) Controle Corretivo

- Identificação de inconsistências e recomendações de ajustes;
- Proposição de medidas saneadoras;
- Apoio à regularização de falhas detectadas.

3.4 Monitoramento Fiscal e Indicadores Legais

O Controle Interno exerce papel relevante no acompanhamento dos limites e indicadores estabelecidos pela legislação fiscal, especialmente:

Tabela 7- MONITORAMENTO FISCAL E INDICADORES LEGAIS

	Finalidade
Despesa com Pessoal	Verificação dos limites da LRF
Aplicação em Educação	Cumprimento do mínimo constitucional
Aplicação em Saúde	Cumprimento do mínimo constitucional
Resultado Orçamentário	Equilíbrio fiscal
Endividamento Público	Controle da capacidade de endividamento

Esse monitoramento contribui diretamente para a manutenção do equilíbrio fiscal e para a prevenção de sanções por parte dos órgãos de controle externo.

3.5 Achados Relevantes e Medidas de Aperfeiçoamento

A atuação do Controle Interno permitiu identificar oportunidades de melhoria nos processos administrativos, destacando-se:

3.5.1 Achados Técnicos (caráter orientativo)

- Necessidade de aprimoramento na formalização de documentos preparatórios em processos administrativos;
- Pontos de melhoria nos procedimentos de controle de materiais e almoxarifado;
- Oportunidades de padronização em rotinas administrativas.

3.5.2 Medidas Recomendadas

- Implantação de checklists operacionais para processos de compras e contratações;
- Aperfeiçoamento da capacitação dos servidores envolvidos em rotinas administrativas;
- Fortalecimento dos controles internos setoriais;
- Padronização de fluxos processuais.

Importante destacar que tais apontamentos possuem caráter preventivo e orientativo, visando o aperfeiçoamento contínuo da gestão pública.

3.6 Avaliação do Sistema de Controle Interno

Com base na análise das atividades desenvolvidas e na estrutura existente, aponta que o Sistema de Controle Interno do Município de São José do Peixe apresentou, no exercício de 2025, funcionamento adequado e compatível com as exigências legais.

A atuação da Controladoria contribuiu significativamente para:

- Melhoria da qualidade dos processos administrativos;
- Redução de riscos operacionais;
- Fortalecimento da governança pública;
- Suporte técnico aos gestores;
- Regularidade na prestação de contas junto ao TCE/PI.

4.1 Considerações Finais

O Controle Interno consolidou-se como elemento estratégico na gestão municipal, atuando não apenas como órgão fiscalizador, mas como instrumento de apoio à tomada de decisão e de promoção da boa governança.

Recomenda-se a continuidade do fortalecimento institucional da Controladoria Geral do Município, com investimentos em capacitação técnica, ampliação de ferramentas de controle e integração sistêmica, assegurando maior eficiência, transparência e conformidade na administração pública.

5. GESTÃO PATRIMONIAL

A gestão patrimonial do Município, no exercício de 2025, foi orientada pela modernização dos procedimentos de controle, inventário físico-financeiro e adequada mensuração dos ativos imobilizados, em conformidade com as normas do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e da Instrução Normativa TCE/PI nº 05/2023.

5.1 Estrutura da Gestão Patrimonial

A estrutura administrativa responsável pela gestão patrimonial encontra-se devidamente institucionalizada, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 8- ESTRUTURA DA GESTÃO PATRIMONIAL

	Descrição
Setor Responsável	Departamento de Almoxarifado
Vinculação	Secretaria Municipal de Administração
Referencial Técnico	MCASP e IN TCE/PI nº 05/2023

5.2 Inventário de Bens

No exercício de 2025, foi realizado levantamento patrimonial completo, garantindo elevado grau de confiabilidade das Inventário físico concluído com **100% dos bens identificados e etiquetados**;

- Integração entre controle físico e sistema contábil (SLAFIC);

- Atualização cadastral detalhada por unidade administrativa;
- Controle integral da frota municipal, incluindo:
 - Veículos leves;
 - Ambulâncias;
- Ônibus escolares;
- Monitoramento sistemático de manutenção e utilização.

5.3 Avaliação, Reavaliação e Depreciação

A mensuração patrimonial seguiu critérios técnicos padronizados:

- **Método de depreciação:** cotas constantes (linear), conforme MCASP;
- **Reavaliação patrimonial:** realizada periodicamente para adequação ao valor justo;
- **Reconhecimento contábil:** alinhado às NBCASP e normas da STN;
- **Depreciação acumulada registrada:** R\$ 720.031,20 (redução do valor contábil dos bens móveis).

5.4 Controle e Movimentação de Bens

As movimentações patrimoniais ocorreram de forma regular e controlada:

Tabela 9- CONTROLE E MOVIMENTAÇÃO DE BENS

Tipo de Movimentação	Descrição
Incorporações	Aquisição de equipamentos, com destaque para Saúde e Educação
Transferências	Realocação interna de bens entre unidades administrativas

Tipo de Movimentação	Descrição
Baixas	Alienação de bens inservíveis mediante leilão público
Controle Operacional	Registro e rastreabilidade via sistema informatizado

5.5 Situação Patrimonial do Município

O diagnóstico patrimonial evidencia um acervo estruturado, com consistência entre registros físicos e contábeis.

5.5.1 Síntese Geral do Patrimônio

Tipo de Bem	Quantidade	Valor Atualizado (R\$)
Bens Móveis	1597	5.782.820,27
Bens Imóveis	56	13.357.012,57
Total Geral	1653	19.139.832,84

5.5.2 Distribuição Patrimonial

O gráfico abaixo demonstra a composição do patrimônio municipal por categoria:

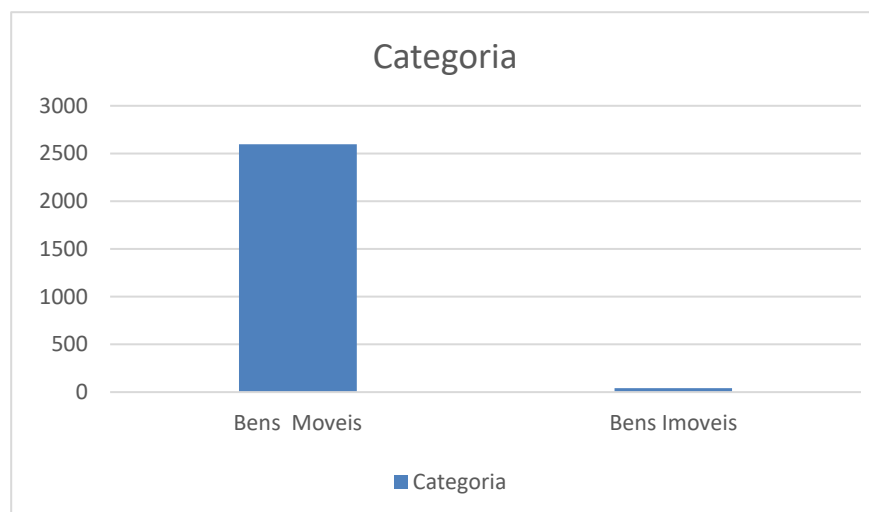


Figura 10- GRÁFICO DISTRIBUIÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL

Análise Técnica: Observa-se predominância dos bens imóveis, representando aproximadamente 69,78% do patrimônio total, enquanto os bens móveis correspondem a cerca de 30,22%. Esse cenário indica forte concentração de capital em ativos estruturais (prédios públicos, unidades administrativas, escolas e unidades de saúde), o que é compatível com a estrutura administrativa municipal.

5.5.3 Detalhamento dos Bens Móveis por Categoria

Tabela 10- DETALHAMENTO DOS BENS MOVEIS

Grupo Patrimonial	Quantidade	Valor Atualizado (R\$)
Equipamentos de Informática	111	138.552,35
Equipamentos Médicos/Odontológicos	69	109.136,30
Veículos	21	3.194.612,71
Mobiliário em Geral	1099	1.559.322,68
Outras Máquinas e Equipamentos	297	781.196,23

Destaque técnico: A frota de veículos representa o maior impacto financeiro dentro dos bens móveis, sendo responsável por parcela significativa do valor patrimonial, o que demanda atenção contínua quanto à manutenção, controle de uso e eventual renovação.

5.6 Conclusão Técnica da Gestão Patrimonial

A gestão patrimonial do exercício de 2025 demonstra evolução significativa nos mecanismos de controle, evidenciada pela realização de inventário integral, padronização de procedimentos e integração com o sistema contábil.

O município apresenta um patrimônio consistente, devidamente registrado e controlado, atendendo aos princípios da transparência, eficiência e responsabilidade na gestão pública. Destaca-se, ainda, a necessidade de continuidade das ações de reavaliação periódica, controle da depreciação e planejamento para substituição de ativos de maior desgaste, especialmente no que se refere à frota de veículos.

6 GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE PESSOAL

A gestão administrativa e de pessoal, no exercício de 2025, foi conduzida em estrita observância aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme estabelecido no art. 37 da Constituição Federal.

A atuação administrativa esteve voltada à racionalização dos recursos humanos, ao fortalecimento da estrutura organizacional e à manutenção do equilíbrio fiscal, especialmente no que se refere ao cumprimento dos limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).

6.5 Estrutura Administrativa

A estrutura administrativa municipal encontra-se organizada de forma funcional e hierarquizada, permitindo a adequada execução das políticas públicas e a prestação eficiente dos serviços à população.

A organização institucional contempla órgãos de assessoramento direto, unidades de controle e secretarias finalísticas, garantindo capilaridade administrativa e integração entre os setores.

6.5.1 Características da Estrutura Administrativa

- 6.5.1.1 Organização baseada em competências institucionais;
- 6.5.1.2 Segregação de funções administrativas, jurídicas e de controle;
- 6.5.1.3 Integração entre planejamento, execução e fiscalização;
- 6.5.1.4 Apoio técnico à tomada de decisão do Poder Executivo.

6.5.2 Estrutura Base da Administração Municipal

A estrutura evidencia a centralização estratégica no Chefe do Poder Executivo, com suporte direto de órgãos essenciais como a Controladoria e a Procuradoria, além da distribuição das funções operacionais entre secretarias responsáveis pelas áreas meio e finalísticas.

Destaca-se:

6.5.2.1 A presença da Controladoria Geral como órgão de controle e governança;

6.5.2.2 A Procuradoria como unidade de assessoramento jurídico;

6.5.2.3 Secretarias estruturantes (Administração e Finanças);

6.5.2.4 Secretarias finalísticas (Saúde, Educação e Assistência Social).

6.6 Gestão de Recursos Humanos

A política de gestão de pessoas no exercício de 2025 priorizou a valorização do servidor público efetivo, a profissionalização da administração e a redução de vínculos precários, em consonância com os princípios da estabilidade administrativa e da eficiência do serviço público.

Observa-se a predominância de servidores efetivos no quadro funcional, o que contribui para maior continuidade administrativa, segurança jurídica e qualidade na prestação dos serviços públicos.

Tabela 11- QUANTITATIVO DE SERVIDORES 12/2025.

Tipo de Vínculo	Quantidade	% do Total
Efetivos	182	65,94%
Comissionados	51	18,47%
Contratados	43	15,57%
Total Geral	276	100%

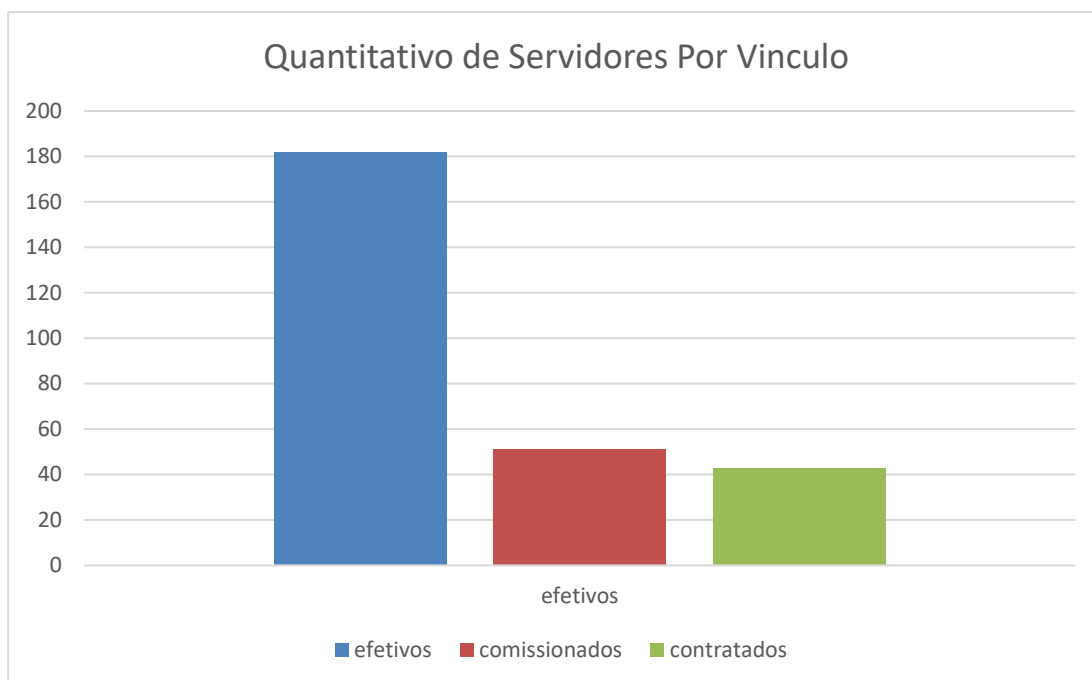


Figura 11- GRÁFICO COM QUANTITATIVO DE SERVIDORES POR VÍNCULO 12/2025.

A composição do quadro funcional demonstra:

- **Elevado índice de servidores efetivos (65,94%)**, indicando estabilidade institucional e redução de riscos administrativos;
- **Baixa dependência de cargos comissionados**, restritos a funções de direção, chefia e assessoramento;
- **Contratações temporárias** moderada evidenciando planejamento adequado da força de trabalho.

Esse cenário é considerado **tecnicamente positivo**, pois atende às boas práticas de gestão pública e às orientações dos órgãos de controle, reduzindo vulnerabilidades relacionadas à rotatividade de pessoal e à descontinuidade administrativa.

Gestão Fiscal de Pessoal

A administração municipal manteve controle rigoroso sobre as despesas com pessoal, observando os limites legais estabelecidos pela LRF, especialmente no que se refere ao comprometimento da Receita Corrente Líquida (RCL).

As ações de gestão incluíram:

- Monitoramento contínuo da folha de pagamento;
- Planejamento de despesas com pessoal;
- Controle de admissões e nomeações;
- Avaliação de impacto financeiro de novos vínculos.

6.7 Capacitação e Treinamento

Durante o exercício de 2025, o município promoveu diversas ações de capacitação voltadas ao aperfeiçoamento técnico dos servidores, incluindo treinamentos pedagógicos na Educação, protocolos de prevenção na Saúde e workshops sobre a Nova Lei de Licitações na Administração.

A estrutura administrativa e a política de gestão de pessoas adotada refletem um modelo de gestão comprometido com a eficiência, a responsabilidade fiscal e a continuidade dos serviços públicos.

As medidas de aperfeiçoamento contínuo será:

- Investimento em capacitação e qualificação dos servidores;
- Modernização dos processos administrativos;
- Implantação de ferramentas de gestão por desempenho;
- Fortalecimento do planejamento estratégico de pessoal;
- Realização de concurso publico, para substituição de servidores por contrato temporario.

6.8 Avaliação da Gestão Administrativa e de Pessoal

A gestão administrativa e de pessoal no exercício de 2025 demonstrou-se eficiente e alinhada às boas práticas da administração pública, com destaque para:

- Organização estrutural adequada;
- Predominância de servidores efetivos;
- Controle fiscal responsável;

- Integração entre setores administrativos;
- Apoio à execução das políticas públicas.

7 LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS PÚBLICAS

A gestão de licitações, contratos e compras públicas no exercício de 2025, foi conduzida em estrita observância às disposições da **Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos)**, bem como aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

As ações desenvolvidas priorizaram a ampliação da competitividade, a transparência dos processos e o fortalecimento dos mecanismos de controle, assegurando maior economicidade e segurança jurídica nas contratações públicas.

7.5 Modalidades de Licitação Utilizadas

O Município adotou, de forma estratégica, diferentes modalidades e procedimentos de contratação, conforme a natureza e a complexidade dos objetos contratados.

Tabela 12- MODALIDADES DE LICITAÇÃO

Modalidade	Fundamentação Legal	Aplicação
Pregão Eletrônico	Art.28, I e Lei nº 14.133/2021	Aquisição de bens e serviços comuns
Dispensa de Licitação	Art. 75 da Lei nº 14.133/2021	Pequenas valores e situações excepcionais
Inexigibilidade	Art. 74 da Lei nº 14.133/2021	Inviabilidade de competição
Chamada Pública	Legislação específica (ex: PNAE)	Aquisição de gêneros alimentícios e políticas públicas

Análise Técnica: Observa-se a predominância do Pregão Eletrônico, o que evidencia alinhamento com as boas práticas de governança e com a diretriz de ampliação da competitividade e transparência nas contratações públicas.

7.6 Processos Licitatórios Realizados

Abaixo, apresentamos o quantitativo e os valores estimados dos processos realizados em 2025:

Tabela 13- LICITAÇÕES REALIZADAS EM 2025

Modalidade	Quantidade	Valor Total Estimado (R\$)
Pregão Eletrônico	18	47.728.291,84
Dispensa de Licitação	17	723.576,59
Inexigibilidade	12	937.480,00
Chamada Pública	1	111.218,36
Adesão	4	5.417.325,00

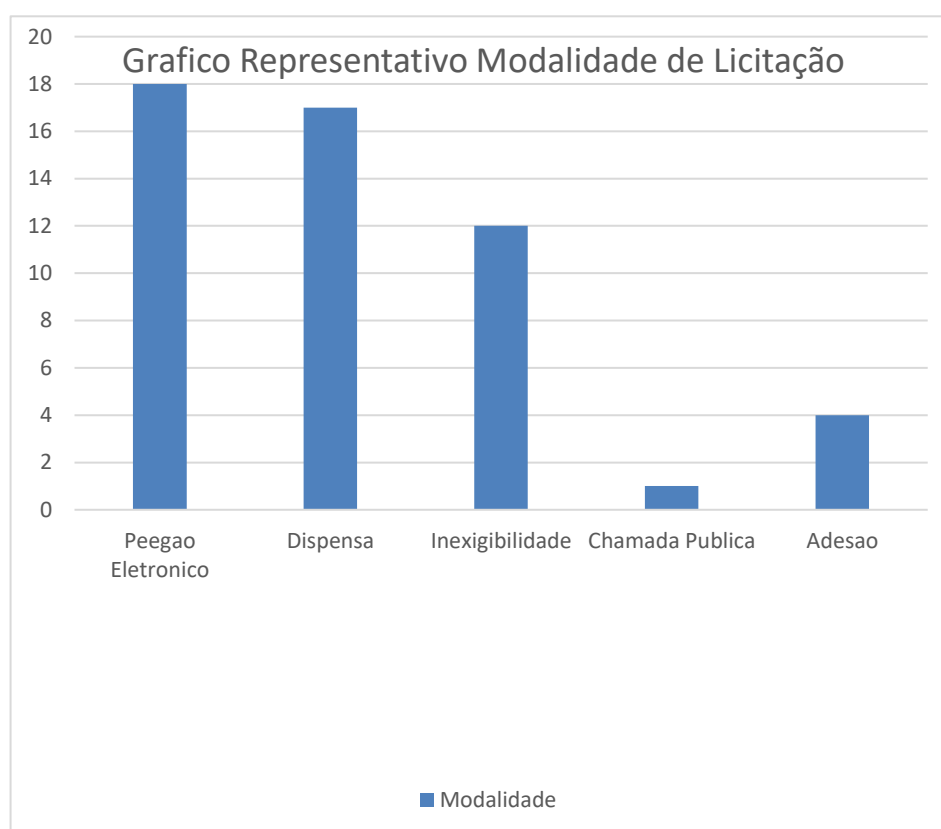


Figura 12 -GRÁFICO PROCESSOS LICITATÓRIOS POR MODALIDADE 2025.

7.7 Gestão e Fiscalização de Contratos

A gestão contratual foi conduzida com base em critérios técnicos, jurídicos e operacionais, garantindo o adequado acompanhamento da execução dos contratos administrativos.

7.7.1 Principais práticas adotadas:

7.7.1.1 Designação formal de fiscais de contrato, conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021;

7.7.1.2 Acompanhamento sistemático da execução contratual (objeto, prazos e qualidade);

7.7.1.3 Registro de ocorrências e controle de medições;

7.7.1.4 Avaliação de desempenho de fornecedores;

7.7.1.5 Controle de vigência e prazos contratuais.

7.7.2 Aditivos Contratuais

Os termos aditivos foram formalizados mediante:

7.7.2.1 Justificativa técnica e administrativa;

7.7.2.2 Análise jurídica prévia;

7.7.2.3 Observância dos limites legais;

7.7.2.4 Comprovação da vantajosidade para a Administração Pública.

7.8 Transparência, Controle e Conformidade

A gestão das contratações públicas observou rigorosamente os princípios da transparência e do controle social, com adoção das seguintes medidas:

Tabela 14 - ASPECTOS DA TRANSPARÊNCIA

Aspecto	Situação
Publicação de Editais	Realizada integralmente
Publicação de Contratos	Realizada integralmente
Portal da Transparência	Atualizado e acessível
Diário Oficial	Utilizado para atos oficiais

Aspecto	Situação
Sistema SAGRES/TCE-PI	Alimentação regular

7.8.1 Conformidade Legal

O Município atendeu às exigências dos órgãos de controle externo, especialmente:

- Envio tempestivo de dados ao **Sistema SAGRES Licitações**;
- Atendimento às normas do **Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE/PI)**;
- Observância aos dispositivos da **Lei nº 14.133/2021**;
- Compatibilidade com as diretrizes da **Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**.

7.9 Avaliação da Gestão de Compras Públicas

A gestão de licitações e contratos no exercício de 2025 demonstra:

- Estrutura organizada e funcional;
- Predominância de procedimentos competitivos;
- Regularidade nos processos administrativos;
- Controle efetivo da execução contratual;
- Transparência ativa das informações.

7.10 Considerações Finais

O desempenho do Município na área de licitações e contratos evidencia compromisso com a boa governança, a legalidade e a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Recomenda-se, como medidas de aperfeiçoamento contínuo:

- Ampliação do uso de ferramentas eletrônicas de contratação;
- Capacitação contínua dos agentes públicos envolvidos;
- Implantação de planejamento anual de contratações (PAC);
- Fortalecimento da gestão de riscos nas contratações públicas.

8 GESTÃO DE ALMOXARIFADO E FROTAS

A gestão de insumos e da frota municipal é estratégica para a continuidade dos serviços públicos essenciais.

8.5 Controle de Almoxarifado

- **Entrada e Saída:** Registro sistemático de todas as movimentações forma manual, acompanhando as requisições de cada órgão.
- **Estoque:** Realização de inventários rotativos para evitar perdas e garantir o suprimento das secretarias.

8.6 Gestão de Frotas

A gestão de frotas, no exercício de 2025, foi conduzida com foco na eficiência operacional, no atendimento às demandas das políticas públicas essenciais e no controle adequado dos bens móveis, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e continuidade dos serviços públicos.

A frota municipal é composta por veículos destinados prioritariamente às áreas de Educação, Saúde, Assistência Social e atividades administrativas, garantindo suporte logístico às ações governamentais.

8.6.1 Composição da Frota Municipal

A distribuição da frota própria do município encontra-se estruturada da seguinte forma:

Tabela 15- COMPOSIÇÃO DA FROTA MUNICIPAL.

Área / Unidade	Quantidade de Veículos
Educação Saúde	7
Unidade Mista de Saúde	5
Assistencia Social	5
Conselho Tutelar	4

8.6.2 Distribuição da Frota

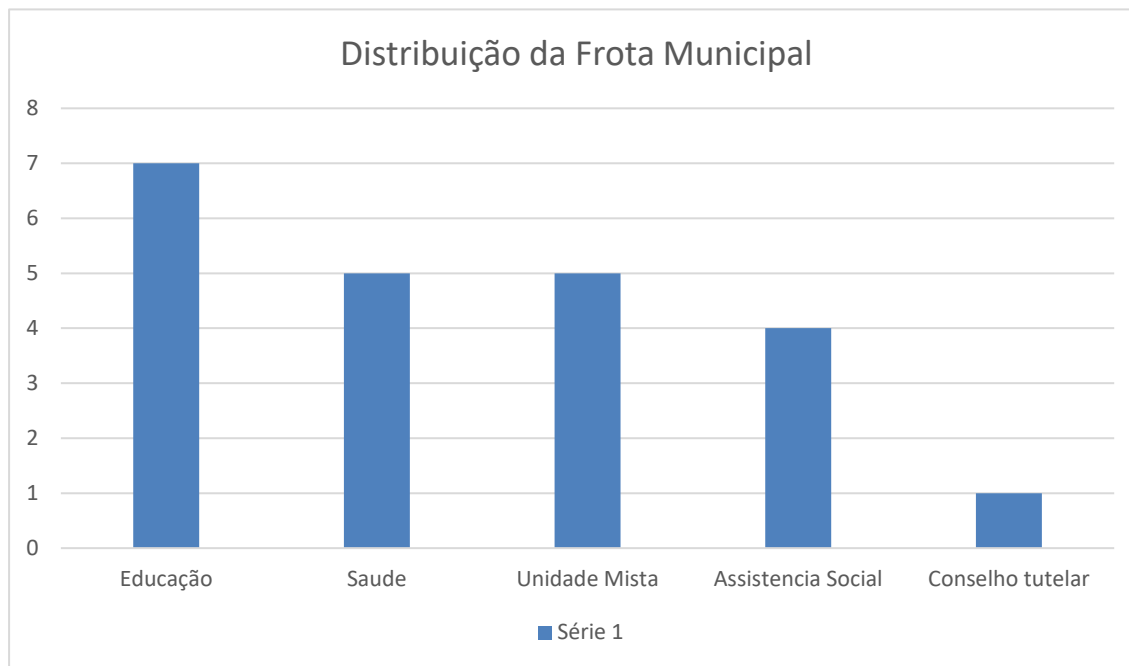


Figura 13 - GRÁFICO DISTRIBUIÇÃO DA FROTA MUNICIPAL DE 2025

A análise da composição da frota evidencia:

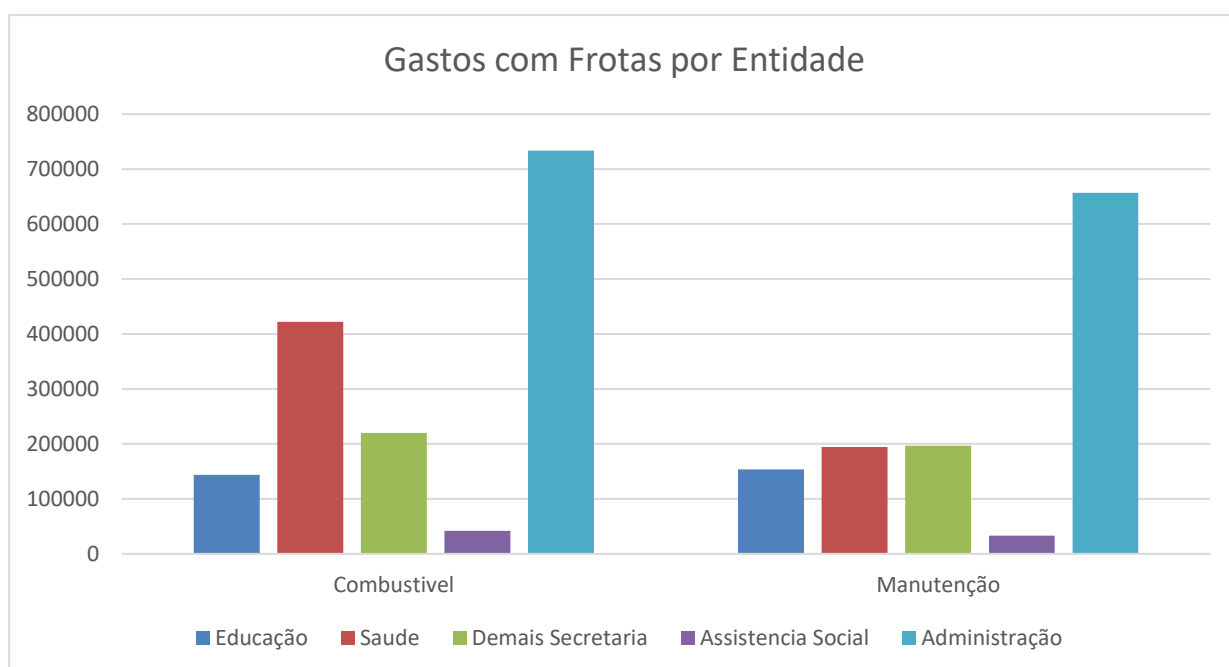
- **Predominância de veículos vinculados às áreas sociais**, especialmente Saúde e Educação, o que demonstra alinhamento com as prioridades constitucionais do município;
- **Participação relevante da Administração**, garantindo suporte às atividades operacionais e logísticas da gestão;

7.3. Manutenção e Consumo de Combustível:

Abaixo, detalhamos os gastos por entidade e categoria econômica:

Tabela 16 - MANUTENÇÃO E CONSUMO DE COMBUSTÍVEL

Entidade	Gasto Combustível (R\$)	Manutenção/Peças (R\$)
Educação	143.625,05	153.884,30
Saúde	422.119,96	194.209,55
Demais Secretarias	219.990,93	196.947,90
Assistência Social	41.750,81	33.069,49
Administração	733.303,11	656.493,02



9 GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

9.5 *Secretaria Municipal de Saúde – São José do Peixe/PI*

O presente Relatório de Gestão da Secretaria Municipal de Saúde de São José do Peixe - PI, referente ao exercício de 2025, apresenta de forma objetiva as principais ações, serviços e resultados desenvolvidos no período. O documento evidencia o profundo compromisso da gestão municipal com o fortalecimento da saúde pública e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), em total conformidade com as orientações do TCE/PI, a Constituição Federal e as Leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990.

Ao longo de 2025, a gestão concentrou esforços estratégicos na universalização do atendimento, garantindo de forma efetiva que os serviços de saúde chegassem a cada cidadão, tanto na zona urbana quanto nas comunidades da zona rural de todo o território sanjoense. Pautada na premissa de que a verdadeira saúde se faz com humanização, a secretaria acolheu as demandas locais levando em consideração a singularidade de cada paciente e o contexto social de cada família assistida. Com um foco rigoroso na saúde preventiva e no diagnóstico precoce, as ações priorizaram a descentralização do acesso, a promoção do bem-estar e a melhoria contínua da qualidade na atenção primária, assegurando uma assistência digna, individualizada e integral a todos os munícipes.

9.5.1 Finalidade e Competências da Secretaria

A Secretaria Municipal de Saúde constitui o órgão de execução superior responsável por planejar, coordenar, consolidar e fiscalizar as políticas públicas de saúde no âmbito municipal, atuando em estrita consonância com os preceitos constitucionais do Sistema Único de Saúde (SUS) e as normativas do Ministério da Saúde.

A atuação institucional é regida por dois pilares estratégicos inegociáveis:

- **Primazia da Medicina Preventiva:** Centralização de esforços na antecipação de agravos, vigilância epidemiológica contínua, imunização em massa e programas de educação em saúde, mitigando a necessidade de intervenções de alta complexidade e otimizando o gasto público.
- **Descentralização Absoluta e Capilaridade:** Distribuição planejada dos serviços de assistência até as regiões periféricas e áreas rurais mais remotas do município, eliminando barreiras geográficas e garantindo a presença do Estado onde ela se fizer necessária.

No cumprimento de sua finalidade, competem à Secretaria as seguintes atribuições rigorosas:

- **Gestão Estratégica da Atenção Básica:** Consolidação da Estratégia Saúde da Família (ESF) como a principal porta de entrada do sistema, fortalecendo o diagnóstico precoce e o acompanhamento longitudinal.

- **Vigilância Integral em Saúde:** Execução rigorosa das ações de vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental e da saúde do trabalhador para o controle efetivo de endemias e riscos biológicos.
- **Assistência Descentralizada e Equitativa:** Coordenação logística e operacional das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e postos avançados de atendimento, assegurando resolutividade médica nas localidades de difícil acesso.
- **Execução de Programas Nacionais e Estaduais:** Governança e aplicação fiscal eficiente de recursos vinculados a programas estratégicos de assistência farmacêutica, saúde materno-infantil.
- **Otimização de Indicadores e Metas:** Monitoramento contínuo dos indicadores pactuados junto aos órgãos de controle, visando a eficiência técnica e o alcance real das metas de cobertura populacional.

Em suma, a Secretaria Municipal de Saúde opera para assegurar o direito constitucional ao acesso universal, integral e equitativo. Suas ações priorizam a salvaguarda da vida por meio da prevenção ativa, a universalização do atendimento por meio da interiorização dos serviços e a proteção prioritária dos extratos populacionais em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

9.5.2 Ações Executadas em 2025

Durante o exercício de 2025, a Secretaria Municipal de Saúde concentrou seus esforços institucionais na execução de políticas públicas transversais, estritamente voltadas à promoção da saúde, à prevenção primária de doenças e ao fortalecimento estrutural da Atenção Primária à Saúde (APS). As diretrizes operacionais do período foram pautadas pela ampliação do acesso aos serviços públicos e pela elevação dos padrões de qualidade e resolutividade de toda a assistência prestada aos munícipes, observando rigorosamente os princípios de universalidade e equidade do SUS.

O plano de ação anual materializou-se por meio de intervenções estratégicas que integraram a assistência médica e sanitária ao território. Dentre as principais frentes de atuação, destacam-se a intensificação das campanhas de imunização em massa para a elevação das coberturas vacinais, a realização de ações educativas de caráter preventivo e o monitoramento longitudinal e sistemático de grupos prioritários — tais como gestantes, puérperas, crianças, idosos e portadores de patologias crônicas não transmissíveis. Além da criação do comitê municipal de vacinação extramuros e o decreto que institui a política de imunização do município.

Ademais, a gestão empenhou-se no acompanhamento rigoroso dos indicadores de saúde pactuados, bem como no provimento, capacitação e fixação de profissionais para o fortalecimento das equipes de Saúde da Família e de Saúde Bucal. Essas medidas foram fundamentais para consolidar o cuidado integral no âmbito comunitário e para conferir maior eficiência e capilaridade à Rede de Atenção à Saúde (RAS) do município.

No âmbito da assistência de baixa complexidade, a Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) do município teve como principal pilar operacional a Unidade Mista de Saúde Teresa Cristina, estruturada como Hospital de Pequeno Porte (HPP). A instituição consolidou-se como referência fundamental para o manejo primário, estabilização e primeiro atendimento de quadros clínicos agudos, operando em regime de plantão ininterrupto de 24 horas diárias, inclusive aos finais de semana e feriados, garantindo retaguarda assistencial contínua e descentralizada à população.

Ao longo do exercício de 2025, os fluxos de atendimento na unidade foram aperfeiçoados mediante a aplicação rigorosa do Protocolo de Acolhimento com Classificação de Risco, em estrita observância às Diretrizes da Política Nacional de Humanização (PNH). Esse ordenamento técnico assegurou a estratificação e a priorização imediata dos casos que demandavam pronta intervenção médica, organizando a demanda espontânea de forma segura, célere e eficiente dentro da capacidade instalada do HPP.

As ações e serviços de baixa complexidade desenvolvidos na Unidade Mista de Saúde Teresa Cristina compreenderam:

- **Pronto-Atendimento Médico e de Enfermagem 24h:** Estabilização imediata e primeiro manejo de pacientes em situação de urgência clínica ou traumática, contando com suporte de equipe multiprofissional em regime de plantão permanente.
- **Procedimentos Ambulatoriais de Baixa Complexidade:** Realização de intervenções de menor densidade tecnológica, tais como pequenas suturas, curativos complexos, imobilizações provisórias, administração de terapêutica injetável e oxigenoterapia assistida.
- **Apoio Diagnóstico e Terapêutico Descentralizado:** Disponibilização local de exames laboratoriais básicos de urgência e radiologia convencional, conferindo subsídio técnico imediato para a tomada de decisão clínica na unidade.
- **Articulação com o Complexo Regulador de Leitos:** Operacionalização de transferências assistidas para centros de média e alta complexidade de referência regional, garantindo a continuidade do cuidado de pacientes que extrapolassem o perfil assistencial de baixa complexidade ou necessitassem de leitos de terapia intensiva.
- **Leitos de Observação e Internação de Curta Permanência:** Manutenção de leitos de retaguarda destinados ao monitoramento clínico e evolução controlada de pacientes por curto prazo (até 24 horas), viabilizando a estabilização completa antes da alta médica ou do encaminhamento referenciado.

A atuação contínua da Unidade Mista de Saúde Teresa Cristina, enquanto Hospital de Pequeno Porte, demonstrou-se vital para absorver a demanda imediata do município. Sua capacidade resolutiva evitou o deslocamento desnecessário de pacientes e o consequente estrangulamento de hospitais regionais de maior porte, assegurando uma resposta descentralizada, humanizada e eficaz nas situações de urgência

enfrentadas pela comunidade.

Como demonstração de transparência e cumprimento das metas técnicas governamentais, os tópicos subsequentes discriminam, de forma pormenorizada e fundamentada em dados operacionais, as principais ações, programas e resultados consolidados ao longo do referido exercício.



8.1.3 Escovação Dentária Supervisionada em faixa etária escolar

Com o objetivo de fortalecer a promoção da saúde bucal e a prevenção de doenças odontológicas, o Município desenvolveu ações de **escovação dentária supervisionada** voltadas ao público escolar.

A atividade integrou as estratégias da atenção básica e teve como finalidade estimular hábitos adequados de higiene bucal entre crianças e adolescentes, contribuindo para a prevenção de cáries, doenças periodontais e outros agravos, seguindo também as diretrizes do programa saúde na escola.

As ações foram realizadas em parceria com as escolas da rede municipal de ensino e estadual, pois em São José do Peixe, toda rede de ensino é pactuada., com a participação das equipes de saúde bucal, que orientaram os estudantes sobre técnicas corretas de escovação, uso do creme dental fluoretado e a

importância da higiene bucal diária.

Também foram promovidas orientações educativas sobre alimentação saudável e cuidados com o objetivo de fortalecer a promoção da saúde bucal e a prevenção de doenças odontológicas, o Município desenvolveu ações de **escovação dentária supervisionada** voltadas ao público escolar.

A atividade integrou as estratégias da atenção básica e teve como finalidade estimular hábitos adequados de higiene bucal entre crianças e adolescentes, contribuindo para a prevenção de cáries, doenças periodontais e outros agravos, seguindo também as diretrizes do programa saúde na escola.

As ações foram realizadas em parceria com as escolas da rede municipal de ensino e estadual, pois em São José do Peixe, toda rede de ensino é pactuada., com a participação das equipes de saúde bucal, que orientaram os estudantes sobre técnicas corretas de escovação, uso do creme dental fluoretado e a importância da higiene bucal diária. Também foram promovidas orientações educativas sobre alimentação saudável e cuidados preventivos, além da realização de atualização vacinal e antropometria.

Ministério da Saúde no âmbito do Programa Saúde na Escola, que integra as políticas de saúde e educação.

Buscamos com a iniciativa contribuir para ampliar o alcance das ações preventivas, fortalecer a educação em saúde e promover a conscientização dos estudantes quanto à importância dos cuidados com a saúde bucal desde a infância, reforçando o compromisso da gestão com a qualidade de vida da população

Figura 18 - VACINAÇÃO CONTRA A INFLUENZA E VACINAÇÃO NAS ESCOLAS.



Com o objetivo de fortalecer a prevenção de doenças e ampliar a proteção da população contra infecções respiratórias, o Município desenvolveu ações de **vacinação contra a Influenza**, voltadas aos públicos prioritários definidos pelas políticas nacionais de imunização.

A iniciativa integrou as estratégias da atenção primária à saúde, com foco na redução de complicações, internações e óbitos relacionados às síndromes respiratórias, especialmente entre os grupos mais vulneráveis. As ações foram direcionadas principalmente à pessoa idosa, às gestantes, puérperas e ao público infantil nas escolas, considerados prioritários nas campanhas de imunização. As equipes da rede municipal de saúde promoveram mobilização nas unidades básicas de saúde e orientações à população, reforçando a importância da vacinação como medida segura e eficaz de prevenção.

A campanha está alinhada às diretrizes do Programa Nacional de Imunizações, coordenado pelo Ministério da Saúde, e integra os indicadores de acompanhamento da qualidade da atenção básica. No Município de São José do Peixe-PI, a ação contribuiu para a ampliação da cobertura vacinal e para o fortalecimento do cuidado integral à saúde, especialmente no acompanhamento da pessoa idosa, da saúde materna e do desenvolvimento infantil, reafirmando o compromisso da gestão com a prevenção de doenças e a promoção da saúde.

Com o objetivo de ampliar a cobertura vacinal e garantir o acesso da população aos serviços de imunização, o Município de São José do Peixe - PI realizou ações de busca ativa da vacina contra Influenza nas comunidades da zona rural. A iniciativa levou os serviços de saúde até as localidades mais distantes da sede municipal, assegurando que os grupos prioritários recebessem a imunização de forma segura e acessível.

As atividades foram desenvolvidas pelas equipes da atenção básica em parceria integral com os agentes comunitários de saúde (ACS). Estes profissionais desempenharam um papel fundamental na mobilização e na execução da estratégia de vacinação de porta em porta.

A ação chegou até as áreas mais isoladas do interior do município, a exemplo das comunidades de Tamboril e Mucaitá, localizadas a quase 50 quilômetros da sede urbana. O deslocamento das equipes garantiu a cobertura vacinal diretamente nas residências dos moradores dessas regiões.

O foco principal da ação foi o cuidado da pessoa idosa, o acompanhamento da gestante e do puerpério, bem como a proteção no desenvolvimento infantil, públicos considerados prioritários nas campanhas de imunização. A estratégia está alinhada às diretrizes do Programa Nacional de Imunizações (PNI), coordenado pelo Ministério da Saúde, que incentiva a realização de ações extramuros e de busca ativa como forma de ampliar a cobertura vacinal e reduzir as barreiras de acesso aos serviços de saúde.

No município de São José do Peixe, a realização da busca ativa de porta em porta na zona rural contribuiu para fortalecer as ações de cuidado integral à saúde. A iniciativa garantiu maior proteção aos grupos mais vulneráveis e promoveu a equidade no acesso às políticas públicas de imunização. A ação reafirma o compromisso da gestão municipal com a promoção da saúde e com a ampliação do alcance dos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) junto à população rural.

8.1.7 Saúde na Escola – PSE

No âmbito das ações de promoção da saúde e educação preventiva, foi realizada uma palestra educativa sobre gravidez na adolescência nas escolas da rede municipal de São José do Peixe, por meio das atividades do Programa Saúde na Escola (PSE). A iniciativa teve como objetivo orientar adolescentes sobre saúde sexual e reprodutiva, prevenção da gravidez precoce e importância do cuidado com a saúde da mulher.

Durante a atividade, profissionais da rede municipal de saúde abordaram os temas transversais do programa, que englobam as diretrizes prioritárias do Ministério da Saúde para a comunidade escolar:

- **Saúde sexual e reprodutiva**
- **Prevenção de IST/HIV/Aids**
- **Prevenção do uso de álcool, tabaco e outras drogas**
- **Promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos**
- **Prevenção das violências e dos acidentes**
- **Promoção da alimentação saudável e segurança alimentar**
- **Promoção da atividade física**
- **Saúde ambiental e sustentabilidade**
- **Saúde bucal**
- **Saúde ocular**
- **Saúde auditiva**
- **Direito sexual e reprodutivo e prevenção de gravidez precoce**
- **Verificação da situação vacinal**

As ações do PSE em São José do Peixe destacam-se pela atuação integrada, envolvendo não apenas as equipes da Atenção Primária à Saúde (APS), mas também a equipe multiprofissional e-Multi,

garantindo uma cobertura abrangente tanto na zona urbana quanto na zona rural do município.

As orientações também destacaram a importância do acompanhamento da saúde da mulher desde a adolescência, contribuindo para a prevenção de agravos e para o desenvolvimento de hábitos de autocuidado. A ação está alinhada às diretrizes do Ministério da Saúde e integra as estratégias de educação em saúde voltadas ao público jovem, fortalecendo o vínculo entre escola e rede de atenção básica. Além disso, contribui para o indicador relacionado ao cuidado da mulher na prevenção do câncer, ao incentivar a conscientização sobre a importância do acompanhamento regular da saúde feminina e da prevenção de doenças.

No município de São José do Peixe, a realização dessa atividade no ambiente escolar fortaleceu as ações educativas voltadas à juventude de todo o território, promovendo informação qualificada, prevenção de riscos e desenvolvimento de uma cultura de cuidado com a saúde desde as primeiras fases da vida. A iniciativa também reforça o compromisso da gestão municipal com a promoção da saúde e com a formação de cidadãos mais conscientes e informados.



CIA

8.1.8 Saúde na Escola – PSE (Indicador: Cuidado no Desenvolvimento Infantil)



SAÚDE DA MULHER

Com o objetivo de fortalecer as políticas públicas de saúde da mulher e ampliar as ações preventivas, o Município de São José do Peixe - PI desenvolveu atividades de acompanhamento e orientação voltadas ao cuidado integral da mulher, com foco na prevenção do câncer e no fortalecimento das ações interprofissionais da atenção primária. As ações foram executadas com a participação da equipe multiprofissional da atenção básica, por meio da eMulti, envolvendo profissionais de diferentes áreas da saúde em atividades educativas e orientações preventivas. Entre as principais ações desenvolvidas destacam-se o incentivo e a realização periódica de exames preventivos de citologia oncológica (Papanicolau), além de orientações essenciais sobre a prevenção do câncer de mama e do câncer do colo do útero e o acompanhamento clínico contínuo.

Indo além da assistência clínica convencional, o município também atua fortemente na promoção do bem-estar físico e mental da população feminina por meio do **Programa Bem-estar e Saúde**, que integra atividades educativas e práticas voltadas ao cuidado global da mente e do corpo. Essa atuação interprofissional proporcionou um atendimento mais integrado, humanizado e abrangente, ampliando o acesso das mulheres às ações preventivas e fortalecendo a atenção primária como porta de entrada do sistema de saúde.

As atividades estão alinhadas às diretrizes do Ministério da Saúde e às políticas nacionais de promoção da saúde da mulher no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). No Município de São José do Peixe - PI, a iniciativa contribuiu para fortalecer o cuidado preventivo, ampliar o acesso aos serviços de saúde e promover maior conscientização sobre o autocuidado, reafirmando o compromisso da gestão com a promoção da saúde, o equilíbrio integral e a qualidade de vida da população feminina.



União e Ação: São José do Peixe na Linha de Frente Contra a Dengue

Em São José do Peixe - PI, o combate à dengue não é um esforço isolado, mas sim uma rede de proteção ativa e integrada. Sob a liderança e diretrizes da Secretaria Municipal de Saúde, as ações contra o mosquito *Aedes aegypti* ocorrem de forma estritamente intersetorial, unindo o poder público e a comunidade em uma única causa.

Esta mobilização ganha força total com o apoio estratégico das Secretarias de Educação e de Meio Ambiente, que transformam a teoria em prática diária. A união desses setores viabiliza:

- **Conscientização nas escolas:** Alunos e educadores atuam como multiplicadores de informação sobre prevenção.
- **Limpeza urbana efetiva:** Mutirões cobrem os bairros para eliminar focos de reprodução do mosquito.
- **Coleta de lixo intensificada:** Remoção ágil de materiais que possam acumular água parada.

Além disso, o combate não para após os períodos chuvosos. O Setor de Endemias, por meio da atuação incisiva dos Agentes de Combate às Endemias (ACE), trabalha fortemente durante os 365 dias do ano, realizando o controle vetorial rigoroso e visitas domiciliares constantes. A saúde de São José do Peixe se defende com prevenção, educação e o empenho diário de cada cidadão e servidor.



8.1.12 CAMPANHA ANTIRRÁBICA ANIMAL

A atuação do município de São José do Peixe - PI na prevenção da raiva ocorre de forma contínua através do setor de endemias e vigilância sanitária, que sempre realiza as campanhas de imunização de cães e gatos em estrita concordância com as prerrogativas do Ministério da Saúde. O planejamento local visa atingir e manter a meta de cobertura vacinal de pelo menos 80% da população animal estimada, índice considerado ideal pelo governo federal para criar uma barreira imunológica eficaz contra o vírus. Toda a execução das etapas rurais e urbanas, bem como o consolidado de doses aplicadas, são monitorados e oficialmente lançados no SISRAIVA (Sistema de Informação em Saúde para Registro de Dados do Programa da Raiva). Os dados inseridos e disponibilizados para São José do Peixe - PI no sistema compreendem o quantitativo da população animal estimada (cães e gatos) para o ano vigente, o número absoluto de doses aplicadas detalhado por espécie, o percentual de cobertura vacinal atingido, as informações sobre os lotes de vacinas utilizados e o cronograma de execução das etapas rurais e urbanas, o que assegura a transparência, o controle epidemiológico do estado do Piauí e o repasse estratégico de insumos e novas doses para o município.

SAÚDE DO HOMEM

Em São José do Peixe - PI, as ações de cuidado com a saúde da população masculina acontecem de forma contínua durante todo o ano, indo muito além da campanha Novembro Azul. Esse atendimento rotineiro é viabilizado por meio da atuação integrada entre diferentes profissionais, contando com o apoio essencial da eMulti (Equipe Multiprofissional na Atenção Primária à Saúde), do serviço odontológico e do setor de imunização. Juntas, essas equipes realizam orientações educativas, palestras e atividades de conscientização sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce de doenças.

O trabalho abrange o acompanhamento clínico regular para o controle de doenças crônicas, cuidados com a saúde mental, incentivo a hábitos de vida saudáveis, tratamentos e avaliações bucais preventivas, além da atualização constante do cartão de vacina dos homens do município. As atividades estão alinhadas às diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, do Ministério da Saúde, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas de saúde no município e para a melhoria da qualidade de vida da população masculina de Sanjoeense.

CUIDADO DA GESTANTE, DO PUERPÉRIO E DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

(Indicador: Cuidado da Gestante e do
Puerpério e Cuidado no Desenvolvimento Infantil)

Durante o ano de 2025, a Secretaria Municipal de Saúde de **São José do Peixe - PI** expandiu de forma expressiva as estratégias dedicadas à assistência global da gestante, ao período puerperal e à vigilância do crescimento na infância, no contexto

da Atenção Primária. O propósito central das iniciativas foi consolidar o suporte pré-natal, assegurar o monitoramento qualificado após o parto e impulsionar a evolução saudável das crianças vinculadas ao SUS local. Entre as principais intervenções executadas, evidenciam-se os atendimentos pré-natais programados, as visitas domiciliares das equipes de Saúde da Família e as ações educativas sobre a maternidade. O município assegura o **acesso integral a todos os exames laboratoriais e testes rápidos** preconizados para o período gestacional.

Ademais, as grávidas identificadas em **condição de alto risco contam com um manejo clínico detalhado e pré-natal intensivo**, dispondo de **encaminhamentos ágeis e referenciados** para serviços especializados sempre que houver necessidade. As ações englobam ainda o **cuidado em saúde bucal** específico para esse público e o incentivo contínuo ao aleitamento materno exclusivo.

O cuidado com a infância inicia-se precocemente por meio do **programa Vínculo Mamãe-Bebê**. A partir da identificação da gestação e do rastreamento inicial pela equipe, a Atenção Primária atua diretamente no **fortalecimento dos laços afetivos e de cuidado entre mãe e filho** desde a concepção.

Paralelamente, os profissionais mantiveram a vigilância ativa das crianças, mensurando o estado nutricional, atualizando o esquema vacinal e instruindo os cuidadores sobre as fases do desenvolvimento infantojuvenil. Essas atividades integradas promovem o diagnóstico precoce de vulnerabilidades, viabilizando condutas terapêuticas em tempo oportuno.

Esse modelo de trabalho segue rigorosamente os preceitos da Rede Cegonha e da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança do Ministério da Saúde. O foco central permanece na redução dos indicadores de mortalidade materna e neonatal, consolidando o direito à saúde e qualificando a rede pública de São José do Peixe.

CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS – NOVOS INDICADORES DE SAÚDE



No exercício de 2025, a Secretaria Municipal de Saúde de **São José do Peixe - PI** promoveu ações de capacitação voltadas aos profissionais da rede municipal de saúde, com foco na atualização e qualificação das equipes diante dos novos indicadores de monitoramento e avaliação da Atenção Primária à Saúde. A iniciativa teve como objetivo fortalecer a organização dos serviços, aprimorar o acompanhamento dos indicadores assistenciais e garantir maior eficiência na execução das políticas públicas de saúde no âmbito municipal.

As atividades de capacitação contemplaram orientações técnicas sobre os novos parâmetros de avaliação utilizados pelo sistema de financiamento e monitoramento da atenção básica, bem como a atualização das equipes quanto aos processos de registro, acompanhamento e análise das informações no sistema de informação da saúde. Durante os encontros formativos, foram abordados temas relacionados ao acompanhamento de gestantes, saúde da criança, vacinação, prevenção de doenças crônicas, monitoramento de condições de saúde prioritárias e organização do cuidado na Atenção Primária.

A capacitação envolveu profissionais das equipes da Estratégia Saúde da Família, enfermeiros, médicos e demais trabalhadores da rede municipal, reforçando a importância do trabalho integrado e da correta alimentação dos sistemas de informação para o planejamento das ações de saúde. A iniciativa está alinhada às diretrizes do Programa Previne Brasil e às orientações estabelecidas pelo Ministério da Saúde para o acompanhamento.

Como diferencial estratégico, as capacitações no município são constantes e o treinamento é tratado como rotina consolidada dentro das equipes das zonas urbana e rural, que se reúnem mensalmente para avaliar e planejar suas atividades de forma conjunta. Além disso, o município integra formalmente a rede

de planificação da saúde por meio de uma pactuação com o **Hospital Israelita Albert Einstein**. Somado a esse esforço, os agentes comunitários de saúde receberam formação específica por meio do programa **Mais Saúde com Agente** que, em parceria com o Ministério da Saúde, concedeu o curso de formação técnica em Agente Comunitário de Saúde a todos os profissionais que ainda não possuíam essa titulação.

SAÚDE DIGITAL:

O Município consolidou-se como referência em saúde digital no estado do Piauí e em todo o território dos Rios Piauí/Itaueira por meio de programas inovadores de iniciativa própria. Ao integrar a telemedicina à rede pública, a gestão local transformou a tecnologia em uma ferramenta essencial para a universalização do acesso à saúde, levando mais dignidade aos cidadãos. Essa estratégia assegura comodidade e eficiência nos atendimentos, beneficiando diretamente os moradores das áreas rurais mais remotas e os pacientes acamados que enfrentavam dificuldades de locomoção.

Atualmente, a reestruturação dos serviços garante que 100% das Unidades Básicas de Saúde (UBS) contem com atendimento médico presencial contínuo, agora fortalecido pelo suporte tecnológico da plataforma de saúde digital. Como reforço aos cuidados de urgência e exames especializados, a população também dispõe do serviço de eletrocardiograma (ECG) disponível 24 horas por dia na Unidade Mista de Saúde Teresa Cristina. Essa combinação entre a presença física dos profissionais e a inovação digital modernizou o atendimento e expandiu a capacidade de salvar vidas no município.

REDE DE SAÚDE

ESTABELECIMENTO	LOCALIZAÇÃO	SERVIÇOS	TURNO
Unidade Mista de Saúde Teresa Cristina	Zona Urbana	Atendimento de Urgência e Emergência	24h
Unidade Básica de Saúde Djalma Nunes	Zona Urbana	Atendimentos e Serviços da Atenção Primária de Saúde	7h00 às 17h00
Unidade Básica de Saúde Valdemiro Jordão	Assentamento Mucaitá	Atendimentos e Serviços da Atenção Primária de Saúde	7h00 às 17h00
Unidade Básica de Saúde Anfrisio Veloso	Bairro Altamira	Atendimentos e Serviços da Atenção Primária de Saúde	7h00 às 17h00
Unidade Básica de Saúde Cicero Alves de Freitas	Povoado Tamboril	Atendimentos e Serviços da Atenção Primária de Saúde	7h00 às 17h00

Centro de Fisioterapia Dr. Celso Mendes Filho	Zona Urbana	Reabilitação Física e Motora	7h00 às 17h00
--	-------------	------------------------------	---------------

PROGRAMAS E AÇÕES.

Programas e Iniciativas de Gestão Própria

Paralelamente à rede padrão de atendimentos, a Secretaria Municipal de Saúde desenvolve programas de iniciativa própria. Essas ações são executadas integralmente com a mão de obra dos profissionais já integrados ao quadro do município, otimizando os recursos disponíveis e expandindo o alcance dos serviços.

Abaixo estão detalhados os principais programas em atividade:

- **Programa Sorria São José do Peixe:** Aperfeiçoou os processos de convocação, elaboração e entrega de próteses dentárias, agilizando a reabilitação oral dos pacientes.
- **Programa Fisiolar:** Oferece atendimento fisioterapêutico domiciliar contínuo para pacientes acamados ou com mobilidade severamente reduzida.
- **Programa Saúde Não Tem Hora:** Amplia o acesso aos serviços por meio de um sistema de rodízio quinzenal, estendendo o horário de funcionamento das Unidades Básicas de Saúde (UBS) para a oferta de atendimentos médicos, odontológicos e de enfermagem.
- **Programa Bem-Estar e Saúde:** Focado na saúde preventiva da mulher, oferece acompanhamento nutricional, incentivo à prática de atividades físicas e aplicação de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS).
- **Programa Saúde na Comunidade:** Garante a descentralização da assistência ao levar consultas médicas, atendimentos de enfermagem, serviços odontológicos, atualização vacinal e ações sociais diretamente às populações das áreas rurais e localidades mais distantes.

Cine Saúde: Promove a saúde mental e o bem-estar social por meio do lazer, utilizando o cinema e atividades de convivência comunitária como ferramentas de humanização e integração.

Em suma, a assistência à saúde em São José do Peixe consolida-se como um modelo de gestão eficiente, marcado pela descentralização, inclusão social e otimização de recursos próprios. A sinergia entre a rede de atendimento convencional e os programas inovadores criados pelo município que abrangem desde a reabilitação oral e fisioterapia domiciliar até a extensão de horários nas UBS e o acolhimento nas comunidades mais distantes reflete um compromisso genuíno com a humanização e a universalidade do SUS. Ao valorizar e engajar a mão de obra local para cobrir de forma preventiva e terapêutica as reais necessidades da população, a Secretaria Municipal de Saúde não apenas eleva

os indicadores de bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos, mas também projeta o município como uma referência em saúde pública proativa, integrada e acessível a todos.



Secretaria Municipal de Educação – São José do Peixe-PI

Conquistas, Reconhecimentos, Ações e Destaques da Educação Municipal em 2025

O ano de 2025 foi marcado por importantes avanços, conquistas, investimentos e experiências exitosas na educação municipal de São José do Peixe – PI. As ações desenvolvidas pela Secretaria

Municipal de Educação, em parceria com as equipes gestoras, professores, coordenadores pedagógicos, profissionais da educação, estudantes, famílias e comunidade, demonstram o compromisso permanente com a melhoria da qualidade do ensino, a aprendizagem dos estudantes, a valorização profissional e o fortalecimento das políticas públicas educacionais.

Os resultados alcançados ao longo do ano são frutos de um trabalho coletivo, planejado e acompanhado sistematicamente, envolvendo ações pedagógicas, administrativas, culturais, esportivas, ambientais e de inclusão.

1. Alfabetização, Fluência Leitora e Aprendizagem

Um dos principais destaques da educação municipal em 2025 foi o fortalecimento das ações voltadas à alfabetização e à aprendizagem dos estudantes.

Entre as principais ações e resultados, destacam-se:

- **4º lugar em Fluência Leitora na 10ª GRE**, evidenciando o desempenho alcançado pelos estudantes da rede municipal;
- avanços significativos nos resultados da **Fluência Leitora**, com evolução entre as avaliações de entrada e saída;
- execução do **PPAIC – Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa**, com acompanhamento sistemático das turmas do 1º e 2º ano;
- participação no **Seminário Municipal do PPAIC**;
- participação no **Seminário Estadual do PPAIC**, fortalecendo a articulação entre o município e a política estadual de alfabetização;
- acompanhamento e monitoramento realizado pelo **Coordenador Regional do PPAIC, Gabriel**, contribuindo para o fortalecimento das estratégias de alfabetização;
- adesão e desenvolvimento de ações do **RENALFA**, ampliando as estratégias de enfrentamento aos desafios da alfabetização;
- realização de **aulões preparatórios para o SAEPI e SAEB**, especialmente com estudantes do 5º e 9º anos;
- realização de **planejamentos bimestrais**, fortalecendo a organização do trabalho pedagógico e o acompanhamento da aprendizagem;
- acompanhamento pedagógico por meio de visitas técnicas, reuniões e monitoramento das unidades escolares.

Essas iniciativas contribuíram para consolidar uma cultura de acompanhamento dos resultados educacionais, permitindo identificar dificuldades, planejar intervenções e buscar estratégias para garantir a aprendizagem de cada estudante.

2. Formação Continuada e Valorização dos Profissionais da Educação

A formação continuada constituiu uma das prioridades da Secretaria Municipal de Educação em 2025, compreendendo que a qualificação permanente dos profissionais é fundamental para a melhoria da prática pedagógica.

Nesse eixo, foram desenvolvidas:

- **Jornada Pedagógica**, como momento de planejamento, acolhimento e organização do ano letivo;
- encontros e formações continuadas para professores, gestores e coordenadores;
- ações formativas relacionadas à alfabetização, fluência leitora, avaliação e recomposição das aprendizagens;

- participação nas ações do **PRO-LEEI**, fortalecendo a formação dos profissionais da Educação Infantil;
- ações relacionadas ao **PNEERQ**, promovendo equidade, valorização da diversidade e educação para as relações étnico-raciais;
- **comemoração do Dia dos Professores**, como forma de reconhecimento e valorização dos profissionais que contribuem diariamente para a educação municipal.

3. Projetos de Leitura, Cultura, Ciência e Identidade

A rede municipal desenvolveu projetos que buscaram ampliar as experiências dos estudantes para além da sala de aula, valorizando a leitura, a cultura, a ciência, a identidade local e o protagonismo estudantil.

Entre os destaques:

- desenvolvimento do **Projeto de Leitura**, a partir de obras da escritora **Kiusam de Oliveira**, incentivando o hábito da leitura, a reflexão, a valorização da diversidade e o protagonismo dos estudantes;
- desenvolvimento do **Projeto do Piauí**, valorizando a história, a cultura, a identidade e os saberes locais de São José do Peixe;
- realização do **Colóquio Educacional**, articulando conhecimentos e experiências relacionadas à educação e à realidade local;
- desenvolvimento de atividades relacionadas à **Etnomatemática**, aproximando os conhecimentos matemáticos dos saberes e práticas culturais;
- realização do **Projeto de Divulgação Científica Itinerante – CAFS/UFPI**, proporcionando aos estudantes contato com experiências científicas e ampliando as oportunidades de aprendizagem;
- realização da **Feira e atividades de divulgação científica**, incentivando a curiosidade, a investigação e o protagonismo estudantil.

4. Educação Infantil e Desenvolvimento das Crianças

A Educação Infantil também recebeu atenção especial por meio de ações pedagógicas, formativas e comemorativas.

Entre os destaques, estão:

- participação nas ações do **PRO-LEEI**;
- fortalecimento da formação continuada dos profissionais da Educação Infantil;
- realização da **Festa do ABC**, celebrando uma importante etapa da trajetória escolar das crianças;
- realização de atividades lúdicas, culturais e pedagógicas voltadas ao desenvolvimento integral dos estudantes;
- comemoração do **Dia das Crianças na Escola Municipal Juvení Madeira**, promovendo momentos de integração, convivência e valorização da infância.

5. Educação Inclusiva e Equidade

A Secretaria Municipal de Educação fortaleceu as ações voltadas à Educação Especial Inclusiva, buscando garantir o direito à aprendizagem e à participação de todos os estudantes.

Foram desenvolvidas ações de:

- acompanhamento dos estudantes público-alvo da Educação Especial;
- apoio às equipes escolares;
- orientação e acompanhamento pedagógico;
- fortalecimento das práticas inclusivas;
- desenvolvimento de ações relacionadas ao **PNEERQ**, promovendo equidade e valorização da diversidade;
- acompanhamento das necessidades educacionais dos estudantes e articulação entre gestão, equipe pedagógica, profissionais e famílias.

6. Participação da Família e da Comunidade Escolar

O fortalecimento da parceria entre escola, família e comunidade foi trabalhado como elemento essencial para o desenvolvimento dos estudantes.

Entre as ações realizadas, destacam-se:

- reuniões de pais e mestres;
- encontros com a comunidade escolar;
- palestras e ações educativas com participação do Conselho Tutelar e das forças policiais, abordando temas relacionados à proteção, segurança, direitos e responsabilidades;
- diálogo permanente entre gestores, professores, famílias e Secretaria Municipal de Educação;
- acompanhamento da frequência, participação e desenvolvimento dos estudantes.

7. Educação Ambiental e Participação Social

A educação ambiental também esteve presente nas ações da rede municipal.

Entre os principais destaques:

- realização da Semana do Meio Ambiente;
- participação da Escola Municipal Martinho de Sousa Mendes na IV Conferência Estadual do Meio Ambiente, em Teresina, ampliando a participação dos estudantes e da comunidade escolar nos debates relacionados às questões ambientais;
- desenvolvimento de atividades de conscientização e preservação ambiental;
- participação dos estudantes em ações de cidadania e responsabilidade socioambiental.

8. Esporte, Cultura e Integração

As atividades esportivas e culturais foram utilizadas como instrumentos de integração, convivência e desenvolvimento dos estudantes.

Destacam-se:

- participação nos JEPs – Jogos das Escolas Públicas Estaduais e Municipais, realizados em Floriano;
- realização de atividades esportivas e recreativas nas escolas;
- realização de gincanas educativas, incluindo ações voltadas à Consciência Negra;
- realização do Desfile Cívico de 7 de Setembro, fortalecendo o sentimento de pertencimento, cidadania e valorização da história;
- realização de atividades culturais e comemorativas ao longo do calendário escolar.

9. Valorização da História e da Identidade das Escolas

A valorização da história das instituições escolares também esteve presente no calendário da rede. Entre os destaques:

- aniversário da Escola Municipal Martinho de Sousa Mendes, valorizando sua trajetória e contribuição para a educação de São José do Peixe;
- atividades comemorativas e culturais desenvolvidas pelas escolas;
- fortalecimento da identidade e do sentimento de pertencimento da comunidade escolar.

10. Gestão Pedagógica, Monitoramento e Organização da Rede

A Secretaria Municipal de Educação manteve acompanhamento sistemático das escolas, buscando garantir organização, planejamento e execução das ações pedagógicas.

Nesse sentido, foram realizadas:

- planejamentos bimestrais;
- reuniões com gestores e coordenadores pedagógicos;
- visitas técnicas às unidades escolares;
- acompanhamento das ações pedagógicas;
- monitoramento dos programas educacionais;
- acompanhamento dos resultados de aprendizagem;
- reuniões de alinhamento e planejamento com as equipes escolares;
- fortalecimento da articulação entre a Secretaria Municipal de Educação e as unidades escolares.

11. Modernização e Organização Administrativa

Entre os avanços administrativos e tecnológicos, destaca-se a:

- implantação do Diário Online, representando um importante avanço na modernização dos registros escolares, na organização das informações e no acompanhamento pedagógico e administrativo da rede municipal.

A iniciativa contribuiu para tornar os processos mais organizados, eficientes e alinhados às novas demandas da gestão educacional.

12. Investimentos na Infraestrutura e no Transporte Escolar

A gestão municipal também realizou investimentos destinados à melhoria das condições oferecidas aos estudantes e profissionais.

Entre os principais destaques:

- aquisição de ônibus escolar com recursos próprios do município, ampliando as condições de segurança, conforto e qualidade do transporte dos estudantes;
- realização de melhorias na infraestrutura das unidades escolares;
- calçamento da área aberta da Escola Municipal Dom Raimundo, proporcionando melhores condições de utilização do espaço escolar;
- aquisição e disponibilização de equipamentos e materiais destinados às escolas, contribuindo para a melhoria dos ambientes de aprendizagem e das condições de trabalho.

13. Reconhecimentos e Conquistas

O ano de 2025 também foi marcado por reconhecimentos importantes para a educação municipal. Entre eles:

- **4º lugar em Fluência Leitora na 10ª GRE;**
- participação e reconhecimento nas ações relacionadas ao **PPAIC**;
- conquista do **Selo VAAR**, demonstrando o atendimento aos critérios estabelecidos no âmbito da política de melhoria da educação;
- participação em seminários, conferências, jogos, projetos e eventos educacionais em âmbito municipal, regional e estadual;
- fortalecimento da presença de São José do Peixe nos espaços de discussão e construção das políticas públicas educacionais.

14. Celebrações e Momentos de Integração

Além das ações pedagógicas e administrativas, a rede municipal promoveu momentos de celebração, integração e valorização da comunidade escolar.

Entre eles:

- Comemoração dia dos pais;
- comemoração do dia dos Professores;
- comemoração do dia das Crianças;
- gincanas e eventos culturais;
- comemorações e atividades realizadas pelas unidades escolares.
- formatura dos estudantes do **5º e 9º ano**;
- Festa do ABC;
- atividades de encerramento do ano letivo;

Considerações Finais

As ações realizadas em 2025 demonstram que a educação de São José do Peixe avançou em diferentes dimensões. Os resultados obtidos na alfabetização e na Fluência Leitora, os investimentos em infraestrutura e transporte escolar, a formação continuada dos profissionais, a modernização dos processos de gestão, os projetos de leitura, ciência, cultura e meio ambiente, bem como a participação em eventos regionais e estaduais, revelam uma rede municipal ativa, comprometida e em permanente processo de transformação.

O **4º lugar em Fluência Leitora na 10ª GRE**, o **Selo VAAR**, a participação em seminários, conferências, JEPIS e demais eventos educacionais constituem importantes reconhecimentos do trabalho desenvolvido ao longo do ano.

Mais do que números e premiações, cada conquista representa o esforço de professores, gestores, coordenadores, profissionais da educação, estudantes, famílias e da Secretaria Municipal de Educação.

Em 2025, São José do Peixe mostrou que investir em educação é investir em pessoas, fortalecer oportunidades e construir um futuro melhor para todos.

Educação se faz com compromisso, planejamento, valorização profissional, participação da comunidade e, sobretudo, com foco na aprendizagem e no desenvolvimento integral dos nossos estudantes.



9.6 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O presente relatório tem por finalidade apresentar, de forma sistematizada e institucional, as principais ações, programas e atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social de São José do Peixe/PI ao longo do exercício de 2025, evidenciando o cumprimento de suas competências legais no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), bem como o fortalecimento das políticas públicas de proteção social básica e especial no município.

As ações realizadas estiveram alinhadas aos princípios da proteção social, promoção da cidadania, inclusão social e garantia de direitos, com foco nos públicos prioritários, especialmente mulheres, crianças, adolescentes, idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade social.

FEVEREIRO – COMEMORAÇÃO DE CARNAVAL COM O BLOQUINHO DO SEMAS.



MARÇON - o mês de março, em alusão ao Dia Internacional da Mulher, a Secretaria Municipal de Assistência Social, em parceria com a gestão municipal, promoveu um encontro com o grupo de PAIF voltado à valorização, reconhecimento e fortalecimento do papel da mulher na sociedade. A ação proporcionou um espaço de acolhimento, escuta ativa e troca de experiências, promovendo reflexões acerca das conquistas sociais das mulheres e reforçando a importância de políticas públicas voltadas à equidade de gênero e ao empoderamento feminino.



ABRIL – CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (ABRIL AZUL)



Durante o mês de abril, foi desenvolvida a campanha “Abril Azul”, voltada à conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), iniciativa instituída internacionalmente pela Organização das Nações Unidas (ONU). A Secretaria de Assistência Social promoveu atividades educativas e palestra informativa direcionada aos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV. A ação teve como objetivo ampliar o conhecimento social acerca do TEA, combater o preconceito e fortalecer a inclusão de pessoas com autismo, assegurando o acesso aos direitos sociais e aos serviços públicos, conforme preconiza a legislação vigente.

MAIO – CAMPANHA MAIO LARANJA (COMBATE AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL)

DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES).

No mês de maio, foi realizada a campanha “Maio Laranja”, com destaque para a realização de caminhada de mobilização social, percorrendo as principais vias do município. A ação teve como foco a conscientização da população sobre a prevenção e o enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, reforçando a importância da denúncia e da atuação conjunta da sociedade e do poder público.



A iniciativa contou com a participação intersetorial de diversas secretarias municipais e órgãos de proteção, incluindo Educação, Segurança Pública, e Conselho Tutelar, evidenciando a integração das políticas públicas na proteção integral de crianças e adolescentes.

MAIO- CELEBRAÇÃO DOS DIAS DAS MÃES



A Secretaria Municipal de Assistência Social promoveu uma programação especial em comemoração ao Dia das Mães, proporcionando um momento de confraternização, valorização e

reconhecimento às mães do município. A ação contou com momentos de acolhimento, apresentações culturais, coffee break, sorteios e entrega de brindes, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários e promovendo a integração das famílias atendidas pela política de Assistência Social. O evento foi realizado em clima de alegria, carinho e celebração, reafirmando o compromisso da Secretaria com a promoção da convivência familiar e comunitária e com a valorização das mulheres e mães do município.

JUNHO – ARRAIÁ DA SEMAS

No mês de julho, foi promovido o “Arraiá da Semas”, evento de caráter sociocultural voltado à valorização e integração da população com os grupos atendidos pelo SCFV do município. A atividade proporcionou momentos de lazer, convivência comunitária e fortalecimento de vínculos, com realização de apresentações culturais, danças típicas e oferta de comidas tradicionais.



A iniciativa reforçou o compromisso da gestão municipal com o bem-estar e a inclusão social dos usuários.

AGOSTO – CAMPANHA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Durante o mês de agosto, foi realizada ação educativa voltada ao enfrentamento da violência contra a mulher, por meio de roda de uma palestra conduzida por profissionais da área de segurança pública e assistência social.



O encontro abordou aspectos relacionados à prevenção, identificação e enfrentamento da violência, promovendo orientação, acolhimento e fortalecimento das mulheres participantes. A ação reafirmou o compromisso institucional com a defesa dos direitos das mulheres, destacando a importância da rede de proteção e do acesso a mecanismos legais de defesa e suporte.

AGOSTO DOURADO- MÊS DE INCENTIVO AO ALEITAMENTO MATERNO

Em alusão ao Agosto Dourado – Mês de Incentivo ao Aleitamento Materno, o Programa Criança Feliz realizou uma atividade com o grupo de gestantes acompanhadas pelo programa, promovendo um momento de acolhimento, orientação e troca de experiências. Durante o encontro, foram abordados temas relacionados à importância do aleitamento materno, seus benefícios para a saúde e o desenvolvimento do bebê, além de orientações sobre os cuidados durante a gestação e os primeiros meses de vida. A ação teve como objetivo fortalecer os conhecimentos das gestantes, incentivar a amamentação e contribuir para a construção de vínculos afetivos e para uma maternidade mais segura e saudável.



**SETEMBRO- SETEMBRO AMARELO –
MÊS DE PREVENÇÃO AO SUICÍDIO E
VALORIZAÇÃO DA VIDA.**

Em alusão ao Setembro Amarelo – Mês de Prevenção ao Suicídio e Valorização da Vida, a Secretaria Municipal de Assistência Social realizou uma ação com o grupo do PAIF e os servidores, promovendo um momento de diálogo, acolhimento e reflexão sobre a importância da saúde emocional e da valorização da vida. Durante a atividade, foram abordados temas como a importância da escuta, do apoio mútuo, do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e da busca por ajuda diante de situações de sofrimento emocional. A iniciativa teve como objetivo sensibilizar os participantes, fortalecer a rede de apoio e incentivar atitudes de cuidado, empatia e atenção ao próximo.



OUTUBRO- DIA DA PESSOA IDOSA

Em celebração ao Dia da Pessoa Idosa, a Secretaria Municipal de Assistência Social realizou uma atividade especial com o grupo de pessoas idosas, proporcionando um momento de confraternização, alegria e valorização. A ação contou com atividades de integração, descontração e fortalecimento dos vínculos, promovendo a participação e a convivência entre os idosos. O momento teve como objetivo reconhecer a importância da pessoa idosa na sociedade, estimular a autoestima, a socialização e a convivência comunitária, além de proporcionar momentos de lazer e bem-estar aos participantes.

OUTUBRO- DIAS DAS CRIANÇAS

Em comemoração ao Dia das Crianças, a Secretaria Municipal de Assistência Social realizou uma atividade especial destinada às crianças atendidas pelos serviços e programas socioassistenciais do município. A ação proporcionou um momento de alegria, diversão, integração e convivência, com atividades recreativas e momentos de lazer, promovendo a participação e a socialização entre as crianças. A iniciativa teve como objetivo fortalecer os vínculos familiares e comunitários, garantir espaços de convivência e proporcionar às crianças uma experiência de carinho, acolhimento e valorização, reafirmando o compromisso da Assistência Social com a proteção e o desenvolvimento integral da infância.



NOVEMBRO- ENTREGA DE BENEFICIOS EVENTUAIS.

BENEFÍCIOS EVENTUAIS – ENTREGA DE ENXOVAIS PARA GESTANTES

No âmbito da política de assistência social, destacam-se as ações relacionadas à concessão de benefícios eventuais, com ênfase na entrega de enxovais para gestantes em situação de vulnerabilidade social. A iniciativa visa garantir apoio às futuras mães, assegurando condições mínimas de cuidado e dignidade no período gestacional e pós-parto, contribuindo para a proteção social e fortalecimento dos vínculos familiares.



As ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social no exercício de 2025 demonstram o comprometimento da gestão com a promoção da cidadania, a garantia de direitos e o fortalecimento das políticas públicas sociais.

Por meio de atividades intersetoriais, campanhas educativas, eventos institucionais e concessão de benefícios socioassistenciais, o município avançou na consolidação de uma rede de proteção social mais eficiente, humanizada e inclusiva.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS E CULTURAIS 2025

Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Lazer

Introdução

A Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Juventude e Lazer desenvolveu ao longo do ano diversas atividades voltadas ao esporte e a cultura do município, assim incentivando, apoiando e colaborando, tanto a pratica esportiva como na cultural do município.

❖ PRINCIPAIS ATIVIDADES ESPORTIVAS

❖ O Município realizou a IV Copa do Peixe, tradicional campeonato municipal de futebol amador.

A 4º Copa do Peixe de Futebol Amador, é um importante momento de valorização do esporte e integração da comunidade. A competição reuni equipes, atletas e torcedores em uma grande celebração do futebol amador, fortalecendo o espirito esportivo e a união entre os participantes. A competição também contribui para incentivar a pratica esportiva, revelar talentos e proporcionar aos atletas a oportunidade de demonstrar suas habilidades, sempre valorizando o respeito, a disciplina, e o espirito de equipe. No decorrer da competição aumenta a circulação de pessoas, na oportunidade os ambulantes aproveitam o movimento para comercializar bebidas, lanches, comidas típicas e outros produtos, garantindo umarenda extra

para as famílias.



❖ **Realizamos o IV campeonato municipal de futsal de veteranos, tradicional campeonato de futsal que realizamos no município**

O campeonato de futsal de veteranos é um importante momento de valorização do esporte e de integração da comunidade, a competição reúne atletas veteranos, equipes e torcedores, em uma grande celebração do futsal local, fortalecendo o espírito esportivo e a união entre os participantes. Mais que uma disputa, o campeonato representa um espaço de encontro, lazer, confraternização para as famílias e para a população, cada partida é marcada pela emoção, pela experiência dos jogadores e pela paixão dos torcedores.

- A competição também contribui para incentivar a prática esportiva entre os veteranos, promover a saúde e o bem estar, além de proporcionar aos atletas, oportunidade de demonstrar suas habilidades.



- ❖ Na oportunidade realizamos o IV campeonato de futsal de base, nas categorias sub 14 e 16, assim incentivando, apoiando as categorias de base, a fim de formar cidadãos e dar oportunidade de se destacarem e ao mesmo tempo ingressarem no caminho do futebol, podendo alguns deles se tornarem jogadores profissionais. A competição também contribui para incentivar a prática esportiva, revelar talentos e proporcionar aos atletas a oportunidade de demonstrar suas habilidades, sempre valorizando o respeito, a disciplina, e o espírito de equipe.



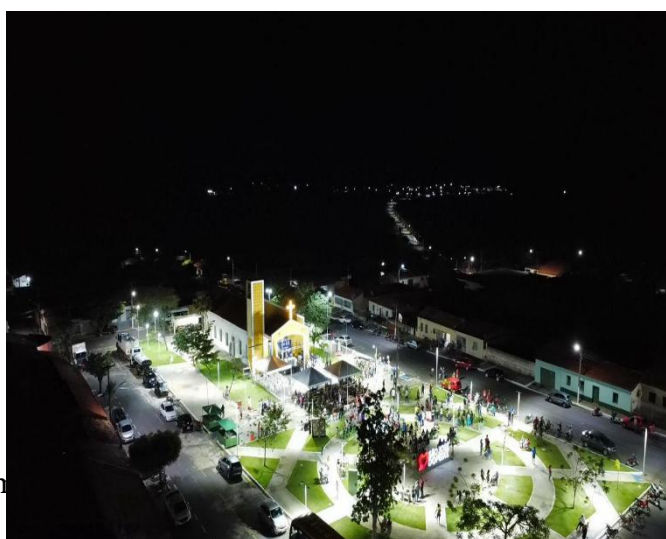
❖ **F** **r corrido**

- A realização da 1ª Corrida de Rua de São José do Peixe/PI tem como finalidade promover a prática esportiva e incentivar hábitos de vida saudáveis entre a população. O evento busca fortalecer os vínculos esportivos e estimular a integração social e contribuir para o bem-estar físico e mental dos participantes. Além disso, iniciativas como esta fomentam o turismo local e movimentam a economia da região, tornando-se relevantes não apenas no aspecto esportivo, mas também social e cultural.



❖ PRINCIPAIS ATIVIDADES CULTURAIS

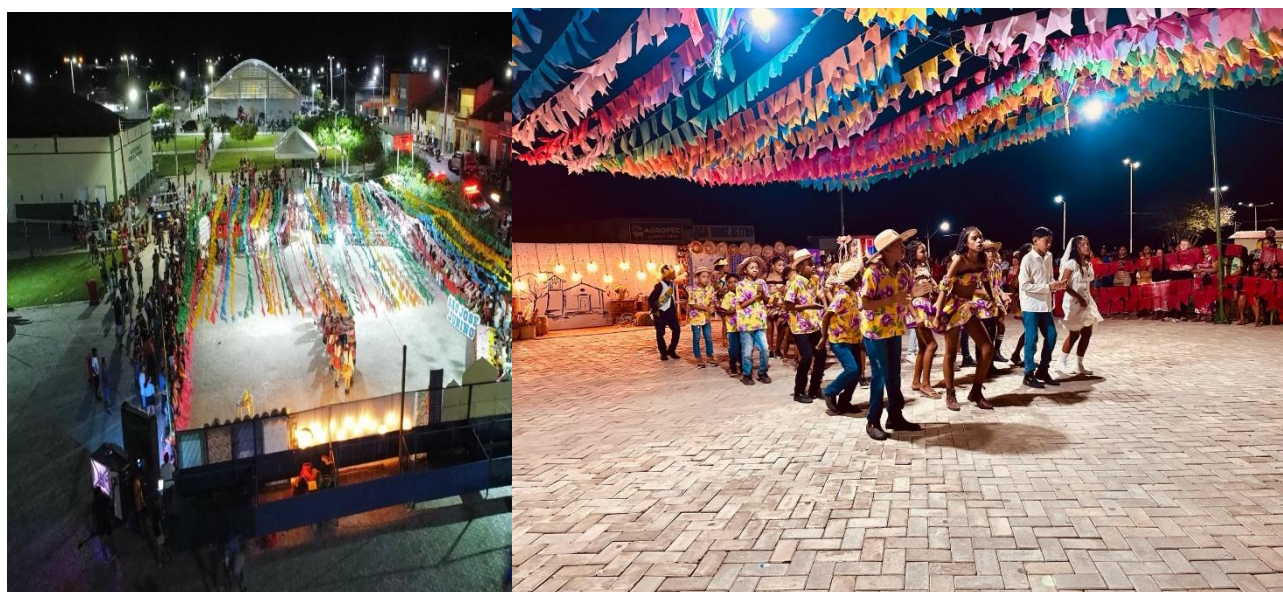
- ❖ Realizamos juntamente com a paróquia o tradicional festejo de São José
- ✓ O Festejo é um evento que tem o relevante papel de valorizar e manter vivas as tradições culturais e religiosas. Tanto para as pessoas que vivem na cidade quanto demais filhos ausentes do município, que comparecem em grande número para participar das festividades e das programações que ocorrem nesse período comemorativo. Com isso, ocorre um importante incremento da economia local, além de propiciar atividades de interação entre os munícipes

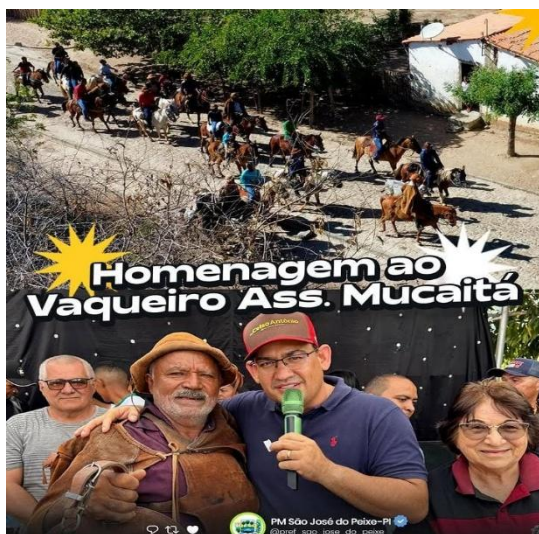


- ✓ A homenagem ao Vaqueiro é um evento que tem o relevante papel de valorizar e manter vivas as tradições culturais do sertão nordestino e a cultura regional. As pessoas que residem tanto na sede quanto na zona rural, bem como moradores de regiões e distritos vizinhos visitam a cidade de São José de Peixe interessadas nas festividades e nas programações que ocorrem nesse período. Com isso, ocorre um importante incremento da economia local, além de propiciar atividades de interação entre os munícipes



- ❖ Em parceria com a secretaria de assistência social realizamos a tradicional festividade juninas do município.
- ✓ O São José Junino é um evento realizado pela prefeitura municipal juntamente com as escolas, as famílias e grupos de programas sociais, reforçando a cultura popular do município, a festa cultural tem apresentações de quadrilhas e grupos culturais.





RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DE 2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

INTRODUÇÃO

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente desempenha um papel estratégico na formulação, coordenação e execução de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável. Comprometida com a preservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida da população, a secretaria atua de forma intersetorial para conciliar o crescimento econômico com a conservação ambiental. Este documento apresenta o conjunto de atividades realizadas pela pasta, destacando as ações de fiscalização, licenciamento, educação ambiental e conservação da biodiversidade, essenciais para a construção de um município ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações,

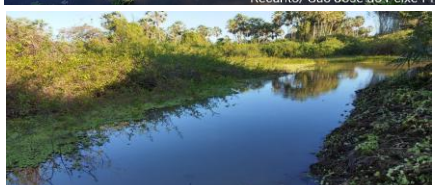
DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES:

As nascentes são de grande importância ecológica e ambiental, e por isso torna-se necessário realizar ações de identificação, fiscalização e monitoramento a existência destas, como também a eficácia e eficiência da preservação desses ecossistemas (FOCHI et al., 2015). Sabe-se que as nascentes tem grande importância e inclusive sua preservação é colocada na Lei federal nº. 12.651/12 (Código Florestal), no qual as áreas ao entorno das nascentes, em aproximadamente uma distância de 50 metros no mínimo, neste raio devem ser ocupadas por vegetação de espécie nativa e mantidas preservadas.

No presente relatório apresentamos 3 (três) ações realizadas nas nascentes do município de São José do Peixe – PI como parte das ações realizadas do Execução de ações de proteção das nascentes: 1 Desobstrução olho d'água (extrema); 2 Cercamento e Plantio de mudas;

Diagnóstico e descrição da área

Busca por identificação de nascente localizada na sede do município. No local verificou-se pouca presença de vegetação típica.



BRIGADA PUBLICA MUNICIPAL DE COMABTE A INCENDIOS FLORESTAIS

A secretaria municipal de meio ambiente de São José do Peixe realizou uma palestra educativa com os produtores rurais do povoado Tamboril

O objetivo da atividade é levar informações que serão necessárias no cotidiano dos pequenos produtores rurais, bem como a população do povoado, de forma a esclarecer que cuidar do meio ambiente e da própria saúde é uma responsabilidade da sociedade em geral com apoio da Secretaria de meio ambiente.



BRIGADA MUNICIPAL DE INCENDIO FLORESTAL



FISCALIZAÇÃO DA CAÇA

Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria de Meio Ambiente e em parceria com a Polícia Militar, está realizando fiscalizações para combater crimes ambientais, com foco na prevenção e repressão de atividades ilegais, caças a animais silvestres. O trabalho educativo é essencial no enfrentamento a esses crimes, pois contribui para ampliar a conscientização da população e aumentar o número de denúncias.

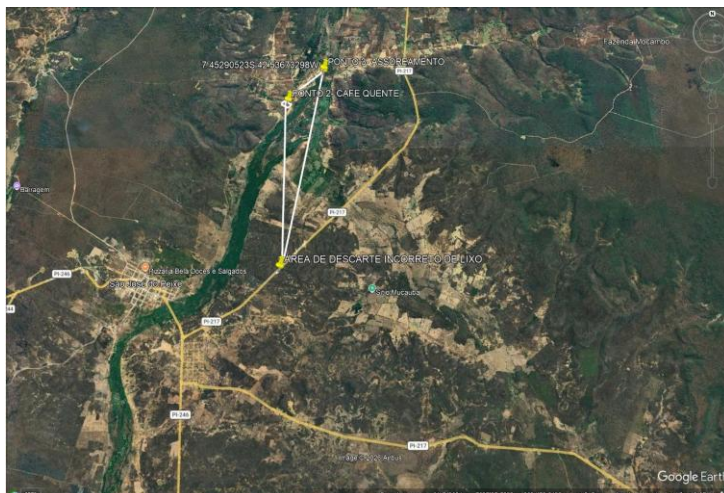
Estamos desenvolvendo programas de sensibilização por meio de palestras em escolas e comunidades rurais, abordando temas como a preservação ambiental, a importância da fauna e da flora, a proteção das áreas de preservação e a divulgação de campanhas nas redes sociais e em veículos de comunicação sobre crimes ambientais. Entre os assuntos tratados, destacam-se a questão da piracema — já encerrada —, as práticas ambientais corretas e a importância da conservação do meio ambiente.

Além disso, estamos intensificando a divulgação do nosso canal de denúncias em toda a área de atuação, o que já tem gerado resultados muito positivos.



IDENTIFICAÇÃO E MONITORAMENTO DE ÁREAS DEGRADADAS

O processo de degradação das terras é considerado um problema global. Na região semiárida os problemas econômicos e sociais são recorrentes, com danos ambientais impactantes e degradantes, causando enormes prejuízos econômicos aos municípios e principalmente ao meio ambiente (MMA, 2007). Grande parte dos problemas de degradação ambiental, das terras nordestinas, segundo Mantovani et al. (1989), relaciona-se com a ausência de uma cultura de ocupação de espaços, desrespeitando as riquezas e diversidades características dos diversos ecossistemas.



Análise do Solo



Reflorestamento



RELATÓRIO DE GESTÃO

INFRAESTRUTURA E OBRAS - 2025

A Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura de São José do Peixe - PI é responsável pela execução, manutenção e melhoria da infraestrutura pública municipal, com atuação nas áreas urbana e rural.

No exercício de 2025, a Secretaria concentrou suas ações em obras de Reforma e Ampliação das Praças Centrais, Construção de Campo Society com Grama Sintética e Melhorias na iluminação pública, com foco na melhoria da conservação do patrimônio público, incentivos ao esporte e lazer, infraestrutura urbanística e modernização do sistema de iluminação pública.

Este relatório apresenta as principais obras, serviços e intervenções realizadas ao longo do exercício, bem como os resultados e investimentos executados.

As intervenções contribuíram para melhores condições de trafegabilidade, incentivos ao esporte e lazer de crianças, jovens e adultos e principalmente na renovação dos espaços públicos para garantir mais segurança, conforto e lazer à comunidade

Também foram realizados serviços de manutenção estrutural, reparos elétricos e hidrossanitários e adequações físicas, assegurando maior funcionalidade e conservação do patrimônio municipal.

REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS PRAÇAS PÚBLICAS

As reformas, revitalizações e ampliações das Praças Públicas proporcionaram mais uma opção de lazer para a população, criando mais pontos de referência local que sinalizam a paisagem do município e da natureza, dando identidade para a região e evidenciando suas características com principais objetivos:

-  Revitalização e ampliação da cidade tornando-a mais atrativa;
-  Dar identidade para a região e evidenciar suas características;
-  Dotar o município com uma melhor área de lazer, proporcionando inclusive o desenvolvimento da região.

As Praças contempladas com a reforma e ampliação foram:

-  **Praça Helvídio Nunes**





CONSTRUÇÃO DE CAMPO SOCIETY COM GRAMA SINTÉTICA

A obra objetivou a melhoria das condições de lazer para os jovens desse município, proporcionando locais apropriados para o desenvolvimento do esporte como opção de lazer e continuidade do projeto educacional desenvolvido nas escolas do município.

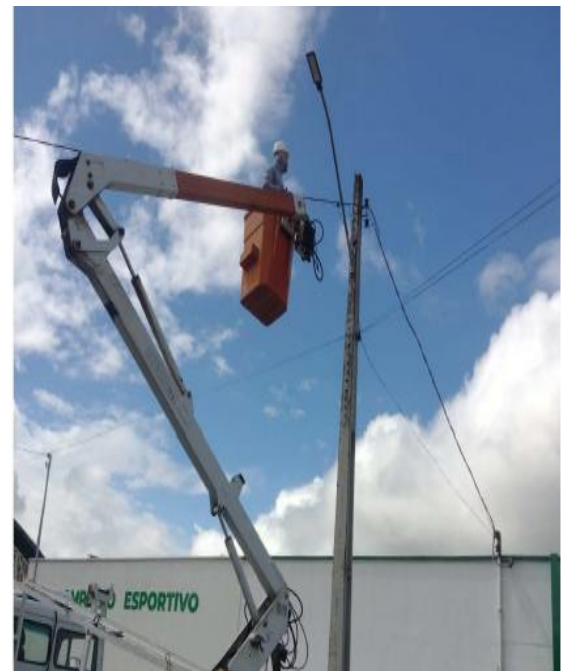
Construção do Campo Society





Obras de Iluminação Pública

As obras de iluminação pública têm como objetivo principal garantir a segurança, a visibilidade e o bem-estar da população nos espaços urbanos durante a noite. Elas facilitam o trânsito de pessoas e carros, ajudam a prevenir crimes e tornam as ruas mais agradáveis.



Essas intervenções refletem o compromisso da gestão municipal com o desenvolvimento urbano sustentável e com a melhoria contínua dos serviços públicos prestados à população.



10 TRANSPARÊNCIA, CONTROLE SOCIAL E TECNOLOGIA

No exercício de 2025, a gestão da transparência e do controle social no Município foi orientada pelo fortalecimento do acesso à informação, ampliação dos canais de comunicação com a sociedade e modernização dos instrumentos de gestão pública, em conformidade com a **Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI)** e demais normativos aplicáveis.

Para melhor visualização das ações e instrumentos disponibilizados, apresentam-se os quadros a seguir.

10.5 Portal da Transparência

O Portal da Transparência constitui o principal instrumento de divulgação ativa das informações públicas, assegurando ao cidadão acesso amplo e facilitado aos dados da gestão municipal.

TABELA 21- CANAIS OFICIAIS DE TRANSPARÊNCIA

Canal	Endereço
Portal da Transparência	https://transparencia.saojosedopeixe.pi.gov.br/saojosedopeixe

10.5.1 Conteúdos Disponibilizados

O portal disponibiliza informações públicas estruturadas e atualizadas, conforme quadro abaixo.

TABELA 22- CONTEÚDOS DISPONIBILIZADOS NO PORTAL

Área	Informações Disponíveis
Orçamento	Execução orçamentária e financeira
Despesas	Despesas públicas detalhadas
Receitas	Receitas arrecadadas
Licitações	Licitações e contratos administrativos
Pessoal	Informações de servidores e folha

Área	Informações Disponíveis
Gestão	Programas, ações e projetos governamentais
Patrimônio	Dados patrimoniais e administrativos

10.5.2 Cumprimento da LAI

O Município mantém seção específica destinada ao cumprimento da Lei de Acesso à Informação.

TABELA 23 - ITENS DE CONFORMIDADE COM A LAI

Requisito LAI	Situação
Informações institucionais	Disponível
Estrutura organizacional	Disponível
Perguntas frequentes	Disponível
Solicitação de informações	Disponível
Dados acessíveis	Disponível

A disponibilização das informações em meio eletrônico atende ao princípio da transparência ativa, contribuindo para o fortalecimento do controle social e para o atendimento às exigências dos órgãos de controle, especialmente o TCE/PI.

10.6 Ouvidoria e Canais de Comunicação

A Ouvidoria Municipal constitui importante instrumento de interlocução entre a Administração Pública e a sociedade, funcionando como canal direto e permanente de comunicação com os cidadãos, assegurando espaço para o registro de manifestações, tais como sugestões, reclamações, denúncias, elogios e solicitações de informação.

Sua atuação fortalece os princípios da transparência, da participação popular e do controle social, permitindo que a gestão municipal acompanhe as demandas da população e adote medidas voltadas à melhoria contínua dos serviços públicos ofertados.



10.6.1 Canais Disponíveis

Tabela 24 - CANAIS DISPONÍVEIS

	Informação
CNPJ	06.554.000/0001-10
E-mail	ouvidoriasaojosedopeixe@gmail.com
Telefone/WhatsApp	89-99427-8748
Atendimento Presencial	07h00 às 13h30

10.6.2 Desempenho Institucional e Diretrizes Futuras

A manutenção de canais ativos e acessíveis de comunicação demonstra o compromisso da gestão municipal com a escuta qualificada da população, a transparência administrativa e o aperfeiçoamento contínuo da prestação dos serviços públicos.

A Ouvidoria vem exercendo papel relevante no acolhimento das demandas sociais, contribuindo para a identificação de necessidades prioritárias da comunidade e para o fortalecimento da relação entre Poder Público e cidadão.

Como diretriz estratégica para os próximos exercícios, a Administração Municipal estabelece metas progressivas para o aprimoramento do atendimento, com foco na celeridade das respostas, ampliação do acesso aos canais de comunicação e elevação do índice de resolutividade das manifestações recebidas.

Metas projetadas para exercícios futuros:

- **2026:** atingir 80% de resolutividade e resposta tempestiva;
- **2027:** alcançar 90% de eficiência no atendimento;
- **2028:** consolidar índice mínimo de 95% de satisfação e retorno das demandas.

Ações estratégicas previstas:



- aperfeiçoamento dos fluxos internos de atendimento;
- ampliação dos canais digitais de comunicação;
- monitoramento periódico das manifestações;
- integração com o Controle Interno e demais secretarias;
- acompanhamento por indicadores de desempenho.

10.7 Modernização Administrativa e Tecnologia

A modernização administrativa no exercício de 2025 foi orientada pela adoção de sistemas informatizados e ferramentas tecnológicas voltadas à melhoria da gestão pública, à transparência e ao controle das informações.

Principais Diretrizes

- Digitalização de processos administrativos;
- Integração entre setores por meio de sistemas eletrônicos;
- Utilização de sistemas contábeis e de gestão (SIAFIC);
- Disponibilização de informações em ambiente online;
- Apoio à tomada de decisão com base em dados.

Sistemas e Ferramentas Utilizadas

Embora não detalhados nominalmente, observa-se a utilização de sistemas essenciais à gestão pública, tais como:

- Sistema de contabilidade e execução orçamentária;
- Sistema de gestão de licitações e contratos;
- Sistema de patrimônio e almoxarifado;
- Portal da Transparência integrado;
- Sistema de Folha de Pagamento;
- Sistema de Compras ;
- Sistema Tributário Municipal;
- Ferramenta de envio de dados E-Social;
- Ferramentas de envio de dados ao TCE/PI (SAGRES).

Análise Técnica

A adoção de ferramentas tecnológicas contribui diretamente para:

- Aumento da eficiência administrativa;
- Redução de erros operacionais;



- Maior controle sobre os atos de gestão;
- Ampliação da transparência pública;
- Atendimento às exigências legais e normativas.

10.8 Avaliação da Transparência e Controle Social

A gestão municipal apresenta avanços relevantes na área de transparência e controle social, com destaque para os seguintes aspectos:

TABELA 25 - AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Aspecto Avaliado	Situação
Portal da Transparência ativo	Implementado
Informações disponibilizadas conforme a LAI	Atendido
Canais de comunicação com a população	Em funcionamento
Sistemas informatizados de gestão	Implementados

Os avanços observados reforçam o compromisso da administração com a publicidade dos atos públicos, o acesso à informação e o fortalecimento do controle social.

10.9 Diretrizes de Aperfeiçoamento e Melhoria Contínua

Com o objetivo de fortalecer a governança pública e ampliar a eficiência dos mecanismos de transparência, recomendam-se as seguintes medidas de aperfeiçoamento:

TABELA 26- MEDIDAS RECOMENDADAS

Medida	Objetivo
Regulamentação formal da Ouvidoria Municipal	Fortalecer a participação social
Ampliação dos serviços digitais ao cidadão	Melhorar o acesso aos serviços públicos
Capacitação dos servidores	Modernizar o atendimento e o registro das demandas
Monitoramento contínuo das informações	Garantir qualidade e atualização dos dados



Essas diretrizes evidenciam o compromisso da Municípalidade de São José do Peixe com a melhoria contínua da transparência pública, da participação social e da modernização administrativa.

PRINCIPAIS RESULTADOS E INDICADORES DA GESTÃO

O presente capítulo tem por finalidade apresentar a síntese dos principais resultados alcançados pela Administração Municipal no exercício de 2025, bem como os indicadores de desempenho utilizados para mensurar a efetividade das ações desenvolvidas, em consonância com os objetivos estratégicos e metas estabelecidas. A análise dos resultados evidencia não apenas o esforço da gestão no

exercício corrente, mas também a **evolução institucional em relação ao exercício de 2024**, demonstrando avanços consistentes na prestação dos serviços públicos, no fortalecimento da governança e na melhoria dos processos administrativos, com foco na eficiência, responsabilidade fiscal e atendimento às demandas da população.



10.10 Síntese dos Avanços
Em comparação ao ano de 2024, a gestão municipal apresentou avanços relevantes em diversas áreas estratégicas, destacando-se:

- **Fortalecimento da gestão administrativa,** com maior padronização de processos, ampliação dos mecanismos de controle interno e melhoria na organização institucional;
- **Ampliação da transparência pública,** com incremento na divulgação de informações, realização sistemática de audiências públicas e fortalecimento do controle social;
- **Evolução na prestação dos serviços de saúde,** com aumento da cobertura da atenção básica e intensificação das ações preventivas,
-
-
-

refletindo melhoria no acesso da população;

- **Avanços na área educacional,** com ampliação das ações de formação continuada e melhoria gradual dos indicadores de desempenho escolar;

- **Crescimento dos investimentos em**

infraestrutura urbana e rural, com maior volume de obras executadas e melhoria na mobilidade e acesso a serviços essenciais;

- **Fortalecimento das políticas de assistência social,** com ampliação do número de atendimentos e maior alcance às famílias em situação de vulnerabilidade;

10.11

A avaliação da gestão municipal foi realizada com base em indicadores que permitem mensurar, de forma objetiva, os resultados alcançados e sua evolução em relação ao exercício anterior.

Os indicadores foram acompanhados de forma sistemática ao longo de 2025, subsidiando a tomada de decisões e o aprimoramento das políticas públicas.

Para melhor visualização, apresenta-se o quadro síntese a seguir.

TABELA 27- PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO DA GESTÃO MUNICIPAL

Indicador	Avaliação 2025	Evolução em relação a 2024
Índice de Transparência Pública	Ampliação da divulgação de dados	Evolução positiva
Cobertura da Atenção Básica em Saúde	Maior acesso aos serviços essenciais	Crescimento



Indicador	Avaliação 2025	Evolução em relação a 2024
Indicadores educacionais	Melhoria gradual do desempenho	Evolução gradual
Execução orçamentária e financeira	Maior equilíbrio fiscal	Melhoria
Execução de obras públicas	Aumento de obras iniciadas e concluídas	Crescimento
Indicadores ambientais	Avanço nas ações de coleta e conscientização	Em consolidação

O monitoramento contínuo desses indicadores permitiu avaliar o desempenho da gestão, comparar a evolução em relação ao exercício de 2024 e direcionar ajustes estratégicos para o aperfeiçoamento das políticas públicas.

10.12 Análise Comparativa

A análise comparativa entre os exercícios de 2024 e 2025 evidencia trajetória de crescimento institucional e melhoria da gestão pública municipal.

Os resultados demonstram evolução consistente na organização administrativa, no monitoramento por indicadores e na orientação da gestão por resultados.

Para melhor visualização, apresenta-se o quadro comparativo a seguir.

TABELA 28- ANÁLISE COMPARATIVA 2024 X 2025

Eixo Avaliado	Situação Comparativa
Gestão administrativa e transparência	Evolução positiva

Eixo Avaliado	Situação Comparativa
Saúde e educação	Melhoria gradual
Infraestrutura e obras	Ampliação dos investimentos
Gestão fiscal	Maior equilíbrio e eficiência
Governança institucional	Fortalecimento

Apesar dos avanços, ainda permanecem desafios relacionados à consolidação de séries históricas e à integração plena dos sistemas de informação, fatores que impactam a profundidade das análises gerenciais.

Nesse sentido, a gestão vem adotando medidas de fortalecimento do monitoramento e da qualidade das informações estratégicas.

11 DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES

A análise das ações executadas em 2025 permitiu identificar desafios que impactam a eficiência administrativa e a efetividade das políticas públicas.

O reconhecimento desses pontos críticos é essencial para o aperfeiçoamento contínuo da gestão municipal.

11.5 Pontos Críticos Identificados

TABELA 29- PRINCIPAIS DESAFIOS DA GESTÃO MUNICIPAL

	Desafio Identificado
Administração	Padronização de processos e integração entre setores
Tecnologia	Baixa digitalização e informatização
Saúde	Ampliação do acesso e melhoria da atenção básica
Obras	Fiscalização, prazos e qualidade das entregas
Meio ambiente	Conscientização ambiental e resíduos
Educação	Formação continuada dos profissionais
Receita	Limitações na arrecadação própria

Área	Desafio Identificado
Sistemas	Integração e confiabilidade dos dados

11.6 Propostas de Melhoria

Com base nos desafios identificados, apresentam-se as recomendações estratégicas para o exercício subsequente.

TABELA 30- RECOMENDAÇÕES DE APERFEIÇOAMENTO

	Proposta de Melhoria
Processos	dronização administrativa e redução de retrabalho Informatização e
Digitalização	integração de sistemas
Saúde	Expansão da atenção básica e telemedicina
Obras	Monitoramento e fiscalização por indicadores
Meio ambiente	Programas permanentes de educação ambiental
Educação	Capacitação continuada dos profissionais Modernização da
Tributação	gestão tributária
Tecnologia	Sistemas integrados para tomada de decisão

A identificação dos desafios e a definição de medidas corretivas evidenciam o compromisso da gestão municipal com a melhoria contínua, a eficiência administrativa e a melhor utilização dos recursos públicos.

Essa estrutura fortalece a governança institucional e contribui para a melhoria dos serviços prestados à população.

**12 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Relatório de Gestão do exercício de 2025 do Município de São José do Peixe-PI evidencia o esforço contínuo da Administração Municipal na condução responsável dos recursos públicos, na implementação das políticas públicas e no atendimento às demandas da população, em consonância com os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

De forma geral, a avaliação da gestão demonstra avanços significativos no fortalecimento da governança pública, na organização administrativa e na execução das ações planejadas, com destaque para a ampliação dos serviços essenciais, melhoria dos processos internos e maior alinhamento entre planejamento e execução orçamentária. Observa-se, ainda, o compromisso com a transparência dos atos administrativos e com o controle social, elementos fundamentais para a consolidação de uma gestão pública responsável e participativa.

Os resultados apresentados refletem a atuação integrada das diversas secretarias municipais, bem como o empenho dos servidores públicos na busca por maior eficiência e qualidade na prestação dos serviços. Apesar dos avanços alcançados, reconhece-se a existência de desafios estruturais e operacionais que demandam atenção contínua e aperfeiçoamento das estratégias adotadas.

Nesse contexto, a gestão municipal reafirma seu compromisso com a melhoria contínua dos serviços públicos, por meio do aprimoramento dos mecanismos de planejamento, monitoramento e avaliação, da modernização administrativa e do fortalecimento dos sistemas de controle interno.

Por fim, o presente relatório consolida as ações do exercício e se constitui como instrumento de transparência, prestação de contas e apoio à tomada de decisões, contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão pública e o bem-estar da população.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOSÉ DO PEIXE

APÊNDICES

Apêndice A – Demonstrativos Orçamentários Consolidados (RREO e RGF)

Apêndice B – Relação Sintética de Bens Patrimoniais **Apêndice C** –

Relação Consolidada da Frota Municipal **Apêndice D** – Demonstrativo

Analítico de Licitações e Contratos **Apêndice E** – Indicadores da

Saúde por Unidade

Apêndice F – Indicadores Educacionais da Rede Municipal

Apêndice G – Registro Fotográfico das Ações Institucionais

Apêndice H – Matriz de Riscos Completa

Apêndice I – Plano de Ação 2026

ESTADO DO PIAUÍ

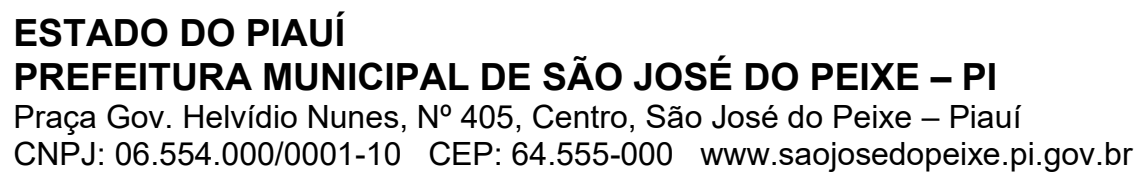
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE – PI

Praça Gov. Helvídio Nunes, Nº 405, Centro, São José do Peixe – Piauí

CNPJ: 06.554.000/0001-10 CEP: 64.555-000 www.saojosedopeixe.pi.gov.br



ANEXOS



Eixo Estratégico	Objetivo Estratégico (KPI)	Indicador	Unidade de Medida	Meta Anual (2025)	Instrumento de Planejamento o Vinculado
	Desenvolver uma Gestão Pública				
Gestão Pública	Eficiente e Transparente	Índice de Transparência Pública		Percentual (%)	≥ 85% PPA / LDO / LOA
Gestão Pública	Desenvolver uma Gestão Pública Eficiente e Transparente	Percentual de Processos Digitalizados	Percentual (%)	≥ 70%	PPA / LOA
Desenvolvimento	Promover o Desenvolvimento	Taxa de Geração de Emprego			
Econômico e Social	Econômico e Social	Local	Percentual (%)	≥ 5%	PPA / LDO
Desenvolvimento	Sustentável Promover o Desenvolvimento	Número de Incentivos a		≥ 50	
Econômico e Social	Econômico e Social Sustentável	Empreendedores	Quantidade	ações/ano	LOA
Qualidade de Vida	Melhorar a Qualidade de Vida	Cobertura da Atenção Básica em			
	Qualidade de	Vida			Meio Ambiente

dos Cidadãos	Saúde	Percentual (%)	≥ 95% PPA / LOA			
Melhorar a Qualidade de Vida	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)	Índice	≥ Meta MEC PPA / LDO			
dos Cidadãos	Percentual de Coleta de Resíduos Sólidos	Percentual (%)	≥ 90% PPA / LOA			
Proteger o Meio Ambiente e Promover a Sustentabilidade	Ações de Educação Ambiental		≥ 12			
Proteger o Meio Ambiente e	Promover a Sustentabilidade	Realizadas	Quantidade e	ações/ano	LOA	
Meio Ambiente						
Patrimônio Cultural	PPA	Proteger o Patrimônio Cultural e	Número de Ações de	Quantidade	≥ 10	



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE – PI

Praça Gov. Helvídio Nunes, Nº 405, Centro, São José do Peixe – Piauí

CNPJ: 06.554.000/0001-10 CEP: 64.555-000 www.saojosedopeixe.pi.gov.br

	Histórico	Preservação Cultural		ações/ano	
Segurança Pública	Fortalecer a Segurança Pública do Município	Índice de Redução de Ocorrências	Percentual (%)	≥ 10% redução	PPA / LDO
Infraestrutura	Desenvolver a Infraestrutura	Percentual de Vias			
Infraestrutura	Urbana e Rural	Recuperadas/Pavimentadas	Percentual (%)	≥ 20%	LOA
	Desenvolver a Infraestrutura			≥ 15	
	Urbana e Rural	Número de Obras Concluídas	Quantidade	obras/ano	PPA / LOA



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE – PI

Praça Gov. Helvídio Nunes, Nº 405, Centro, São José do Peixe – Piauí

CNPJ: 06.554.000/0001-10 CEP: 64.555-000 www.saojosedopeixe.pi.gov.br

Tabela 3 – Metas Municipais, Indicadores e Prazos

Meta	Descrição da Meta	Indicador de Desempenho	Unidade de Medida	Linha de Base (Estimada)	Meta de Evolução	Prazo (Médio Prazo)	Instrumento Vinculado
Meta 1	Reduzir o tempo de resposta aos pedidos dos cidadãos	Tempo médio de resposta a demandas	Dias	10 dias	Redução de 20%	Até 2026	PPA / LDO
Meta 2	Aumentar a transparência nos processos de licitação e contratação	Índice de Transparência em Licitações	Percentual (%)	70%	Aumento de 25%	Até 2026	PPA / LOA
Meta 3	Reduzir a taxa de mortalidade infantil	Taxa de mortalidade infantil	Óbitos por mil nascidos vivos	15%	Redução de 15%	Até 2026	PPA / LOA
Meta 4	Aumentar a cobertura de serviços de saúde	Cobertura da Atenção Básica	Percentual (%)	80%	Aumento de 15%	Até 2026	PPA / LOA
Meta 5	Aumentar a coleta seletiva de resíduos	Percentual de resíduos reciclados/coletados seletivamente	Percentual (%)	10%	Aumento de 20%	Até 2026	PPA / LOA
Meta 6	Implementar programa de apoio à inovação e empreendedorismo	Programa implantado e em execução	Status (Sim/Não) + Nº de ações	Não existente	Implantação + ≥ 10 ações/ano	Até 2026	PPA

Tabela 4 – Matriz de Riscos e Ações de Mitigação

Área	Risco Identificado	Causa Provável	Impacto Potencial	Ação de Mitigação
Administração	Processos judiciais contra o município	Fragilidade em controles administrativos e cumprimento normativo	Impacto financeiro e comprometimento orçamentário	Acompanhamento contínuo dos processos administrativos e jurídicos, com fortalecimento dos controles internos e prevenção de irregularidades
Administração	Atraso em obras e reformas	Falhas na fiscalização contratual e execução inadequada	Prejuízo à prestação de serviços e aumento de custos	Fiscalização contínua das obras, acompanhamento físico-financeiro e rigor no cumprimento contratual
Meio Ambiente	Baixa conscientização ambiental	Ausência de programas educativos contínuos	Degradação ambiental e impactos à saúde pública	Intensificação de programas de educação ambiental junto à população
Meio Ambiente	Pressão por desenvolvimento sem sustentabilidade	Crescimento econômico desordenado	Danos ambientais irreversíveis	Implementação de políticas de desenvolvimento sustentável
Meio Ambiente	Degradação de recursos naturais e mudanças climáticas	Uso inadequado dos recursos naturais	Comprometimento das gerações futuras	Fortalecimento da fiscalização ambiental e implementação da Política Municipal de Combate às Mudanças Climáticas
Meio Ambiente	Falta de acesso aos serviços de saúde	Limitações estruturais e de cobertura	Agravamento de doenças e aumento da demanda hospitalar	Expansão da rede de atenção básica e implementação de programas de saúde itinerantes
Saúde	Doenças sensíveis à atenção básica	Baixa cobertura e acompanhamento insuficiente	Internações evitáveis e aumento de custos	Fortalecimento da atenção primária e acompanhamento de doenças crônicas
Saúde				



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE – PI

Praça Gov. Helvídio Nunes, Nº 405, Centro, São José do Peixe – Piauí

CNPJ: 06.554.000/0001-10 CEP: 64.555-000 www.saojosedopeixe.pi.gov.br

Área	Risco Identificado	Causa Provável	Impacto Potencial	Ação de Mitigação
Saúde	Mortalidade materno-assistenciais e infantil	Fragilidade no pré-natal e	Impacto social e indicadores assistência ao parto	Implementação de protocolos negativos de saúde
Saúde		qualificação do atendimento		
Saúde	Incidência de dengue e arboviroses	Condições ambientais e falhas no controle vetorial	larvicidas e Surtos epidemiológicos	Controle de vetores, uso de campanhas preventivas
Saúde	Falta de informatização do e SUS	Sistemas desintegrados e baixa capacitação	Ineficiência no atendimento e gestão de dados	Integração dos sistemas locais ao SUS capacitação de profissionais
Educação	Escassez de profissionais telemedicina e médicos provimento	Dificuldade de provimento e	Redução da oferta de fixação	Ampliação do atendimento via consultas estratégias de
	Deficiência na formação de professores (5º ao 9º ano)	Ausência de capacitação continuada	Baixo desempenho educacional	Implementação de plano de formação continuada com apoio técnico e uso de plataformas educacionais

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JAN/2025 A DEZ/2025

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")													R\$ 1	
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)												TOTAL (últimos 12 meses) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	JAN/2025	FEV/2025	MAR/2025	ABR/2025	MAI/2025	JUN/2025	JUL/2025	AGO/2025	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	974.359,62	994.571,46	1.017.372,99	1.025.379,81	1.011.900,88	1.043.073,79	1.428.845,24	1.048.346,71	1.049.086,70	1.055.215,77	1.076.949,58	1.670.956,59	13.396.059,14	0,00
Pessoal Ativo	974.359,62	994.571,46	1.017.372,99	1.025.379,81	1.011.900,88	1.043.073,79	1.428.845,24	1.048.346,71	1.049.086,70	1.055.215,77	1.076.949,58	1.670.956,59	13.396.059,14	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	837.528,86	898.932,34	924.191,39	916.369,00	903.864,75	933.286,79	1.316.759,45	937.370,24	931.750,35	937.673,98	949.986,08	1.469.154,00	11.956.867,23	0,00
Obrigações Patronais	136.830,76	95.639,12	93.181,60	109.010,81	108.036,13	109.787,00	112.085,79	110.976,47	117.336,35	117.541,79	126.963,50	201.802,59	1.439.191,91	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1º do art. 19 da LRF)	224.210,35	111.788,16	102.879,46	102.527,66	85.036,26	93.585,73	126.760,85	82.117,77	88.951,96	90.960,89	98.378,78	151.394,93	1.358.592,80	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	14.000,00	16.750,00	14.200,00	14.000,00	0,00	2.928,44	6.072,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67.950,90	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	124.156,29	10.001,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	134.158,19	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §11)	66.417,56	66.640,20	70.283,40	70.131,60	66.640,20	71.042,40	101.073,50	68.664,20	72.358,00	71.346,00	69.979,80	110.029,70	904.606,56	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	19.636,50	18.396,06	18.396,06	18.396,06	18.396,06	19.614,89	19.614,89	13.453,57	16.593,96	19.614,89	28.398,98	41.365,23	251.877,15	0,00
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	750.149,27	882.783,30	914.493,53	922.852,15	926.864,62	949.488,06	1.302.084,39	966.228,94	960.134,74	964.254,88	978.570,80	1.519.561,66	12.037.466,34	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													32.385.154,66	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)													1.700.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)													164.000,00	
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)													440.220,00	
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais													0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)													30.080.934,66	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III a + III b)													12.037.466,34	40,02
LIMITE MÁXIMO (VII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)													18.048.560,80	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (VIII) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)													17.146.132,76	57,00
LIMITE DE ALERTA (IX) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)													16.243.704,72	54,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JAN/2025 A DEZ/2025

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (art. 15 da LC 178/2021)												
PARÂMETROS PARA REDUÇÃO DO EXCEDENTE DE DTP (art. 15 da LC 178/2021)								Percentual				
Limite Máximo (VII) (%) (LRF, art. 20)								0,00				
DTP em 2021 (X) (%)								0,00				
Excedente em 2021 (XI) = (X - VII) (%)								0,00				
Redutor anual (XII) = (0,10 x XI) (%)								0,00				
TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL (art. 15 da LC 178/2	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP (art. 15 da LC 178/2021)											
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
% DTP (VI/V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE CONFORME ART. 15 DA LC 178/2021 (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota:

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64

2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Constituição Federal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2025 A DEZEMBRO/2025

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

RS 1

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	648.483,58	533.122,15	351.447,05	185.798,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	620.483,58	505.122,15	323.447,05	157.798,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de dívidas	620.483,58	505.122,15	323.447,05	157.798,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	620.483,58	505.122,15	323.447,05	157.798,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	28.000,00	28.000,00	28.000,00	28.000,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	-1.796.248,36	-1.880.029,78	-1.909.740,36	-1.948.978,71
Disponibilidade de Caixa	-1.796.248,36	-1.880.029,78	-1.909.740,36	-1.948.978,71
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	17.521,10	17.021,10	17.021,10	15.809,09
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.778.727,26	1.863.008,68	1.892.719,26	1.933.169,62
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA² (DCL) (III) = (I - II)	2.444.731,94	2.413.151,93	2.261.187,41	2.134.776,71
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	27.545.921,67	29.049.348,56	30.394.676,69	32.385.154,66
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	0,00	0,00	1.100.000,00	1.700.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	27.545.921,67	29.049.348,56	29.294.676,69	30.685.154,66
% da DC sobre a RCL (I/VI)	2,35	1,84	1,20	0,61
% da DCL sobre a RCL (III/VI)	8,88	8,31	7,72	6,96
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <120%>	33.055.106,00	34.859.218,27	35.153.612,03	36.822.185,59
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <108%>	29.749.595,40	31.373.296,44	31.638.250,83	33.139.967,03
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00

CELSO ANTÔNIO MENDES COIMBRA
000.058.973-00
PREFEITO MUNICIPAL

JUREMMA BARBOSA JOSINO DA SILVA
050.366.603-31
SECRETÁRIA DE FINANÇAS

UIATAN URSULINO FALCÃO COIMBRA
665.480.203-91
CONTADOR - PI 6767/O-6

JOSIMÁRIA DE LIMA SOUSA AVELINO
600.015.663-42
CONTROLADORA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2025 A DEZEMBRO/2025

RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) RS 1

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	27.545.921,67	29.049.348,56	30.394.676,69	32.385.154,66
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	0,00	0,00	1.100.000,00	1.700.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	27.545.921,67	29.049.348,56	29.294.676,69	30.685.154,66
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <22%>	6.060.102,77	6.390.856,68	6.444.828,87	6.750.734,03
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <19,8%>	5.454.092,49	5.751.771,01	5.800.345,98	6.075.660,62

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2025		
		1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2025 A DEZEMBRO/2025

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

RS 1

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação 1 (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação 1 (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	32.385.154,66	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 1º, art. 166-A da CF) (V)	1.700.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	30.685.154,66	0,00
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	4.909.624,75	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <14.4%>	4.418.662,27	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.147.960,83	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO/2025 A DEZEMBRO/2025

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")											R\$ 1
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Após a Inscrição em Restos a Pagar Não Processados)	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras						
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício								
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)=(a-(b+c+d+e)-f)	(h)		(i) = (g - h)	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	2.870.675,06	0,00	15.809,09	0,00	0,00	0,00	2.854.865,97	0,00	0,00	2.854.865,97	
Recursos Não Vinculados de Impostos	2.499.730,03	0,00	15.809,09	0,00	0,00	0,00	2.483.920,94	0,00	0,00	2.483.920,94	
Outros Recursos não Vinculados	370.945,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	370.945,03	0,00	0,00	370.945,03	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (EXCETO AO RPPS) (II)	1.421.171,62	0,00	0,00	0,00	185.279,18	0,00	1.235.892,44	0,00	0,00	1.235.892,44	
Recursos Vinculados à Educação	4.823,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.823,87	0,00	0,00	4.823,87	
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Vinculados à Educação	4.823,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.823,87	0,00	0,00	4.823,87	
Recursos Vinculados à Saúde	1.088.118,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.088.118,25	0,00	0,00	1.088.118,25	
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS	927.785,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	927.785,26	0,00	0,00	927.785,26	
Outros Recursos Vinculados à Saúde	160.332,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160.332,99	0,00	0,00	160.332,99	
Recursos Vinculados à Assistência Social	284.953,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	284.953,72	0,00	0,00	284.953,72	
Recursos Vinculados à Previdência Social (EXCETO RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	6.640,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.640,89	0,00	0,00	6.640,89	
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres (exceto Edu	5.114,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.114,20	0,00	0,00	5.114,20	
Outras Vinculações Decorrentes de Transferências	1.526,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.526,69	0,00	0,00	1.526,69	
Demais Vinculações Legais	10.519,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.519,32	0,00	0,00	10.519,32	
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Vinculados a Fundos (exceto Educação, Saúde, Assistência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Vinculações Legais	10.519,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.519,32	0,00	0,00	10.519,32	
Recursos Extraorçamentários	26.115,57	0,00	0,00	0,00	185.279,18	0,00	-159.163,61	0,00	0,00	-159.163,61	
Outras Vinculações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS AO RPPS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previd	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeir	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (IV) = (I + II + III)	4.291.846,68	0,00	15.809,09	0,00	185.279,18	0,00	4.090.758,41	0,00	0,00	4.090.758,41	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2025 A DEZEMBRO/2025

LRF, art. 48 – Anexo 6

R\$ 1

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR
Receita Corrente líquida		32.385.154,66
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		30.685.154,66
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		30.080.934,66

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	12.037.466,34	40,02
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	18.048.560,80	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	17.146.132,76	57,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	16.243.704,72	54,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	2.134.776,71	6,96
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	36.822.185,59	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	6.750.734,03	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	4.909.624,75	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.147.960,83	7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	4.090.758,41

RECEITAS	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	INICIAL	ATUALIZADA	BIMESTRE	%	JAN A DEZ	%	A REALIZAR
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	33.125.000,00	33.125.000,00	6.045.067,61	18,25	33.596.415,90	101,42	-471.415,90
RECEITAS CORRENTES	29.047.250,00	29.047.250,00	6.045.067,61	20,81	32.385.154,66	111,49	-3.337.904,66
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	738.475,00	738.475,00	221.462,78	29,99	1.014.680,57	137,40	-276.205,57
Impostos	730.075,00	730.075,00	221.462,78	30,33	1.014.680,57	138,98	-284.605,57
Taxas	8.400,00	8.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.400,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	231.250,00	231.250,00	277.816,14	120,14	451.966,78	195,45	-220.716,78
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	231.250,00	231.250,00	277.816,14	120,14	451.966,78	195,45	-220.716,78
RECEITA PATRIMONIAL	152.769,20	152.769,20	71.123,48	46,56	342.570,35	224,24	-189.801,15
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	152.769,20	152.769,20	71.123,48	46,56	342.570,35	224,24	-189.801,15
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.400,00	1.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.400,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.400,00	1.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.400,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	27.920.555,80	27.920.555,80	5.474.665,21	19,61	30.575.936,96	109,51	-2.655.381,16
Transferências da União e de suas Entidades	20.443.955,80	20.443.955,80	4.226.462,03	20,67	23.150.561,04	113,24	-2.706.605,24
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	3.130.350,00	3.130.350,00	532.890,78	17,02	3.452.166,36	110,28	-321.816,36
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	4.346.250,00	4.346.250,00	715.312,40	16,46	3.973.209,56	91,42	373.040,44
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.800,00	2.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.800,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	2.800,00	2.800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.800,00
RECEITAS DE CAPITAL	4.077.750,00	4.077.750,00	0,00	0,00	1.211.261,24	29,70	2.866.488,76
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.077.750,00	4.077.750,00	0,00	0,00	1.211.261,24	29,70	2.866.488,76
Transferências da União e de suas Entidades	4.057.750,00	4.057.750,00	0,00	0,00	344.515,00	8,49	3.713.235,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	74.746,24	373,73	-54.746,24
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Tranferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	792.000,00	0,00	-792.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	33.125.000,00	33.125.000,00	6.045.067,61	18,25	33.596.415,90	101,42	-471.415,90
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

RS 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A DEZ	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	33.125.000,00	33.125.000,00	6.045.067,61	18,25	33.596.415,90	101,42	-471.415,90
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	33.125.000,00	33.125.000,00	6.045.067,61	18,25	33.596.415,90	101,42	-471.415,90
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais (CC 5.2.2.1.3.01.00)		0,00			0,00		

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

R\$ 1

DESPESAS	DOTACAO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
			BIMESTRE	JAN A DEZ		BIMESTRE	JAN A DEZ			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	33.125.000,00	37.408.830,22	6.379.769,83	30.847.697,04	6.561.133,18	6.406.710,89	30.847.697,04	6.561.133,18	30.831.887,95	0,00
DESPESAS CORRENTES	30.238.750,00	33.811.863,42	5.929.726,26	28.457.978,35	5.353.885,07	5.956.667,32	28.457.978,35	5.353.885,07	28.442.169,26	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.916.125,00	15.326.900,00	2.738.159,18	13.396.059,14	1.930.840,86	2.747.906,17	13.396.059,14	1.930.840,86	13.396.059,14	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.000,00	4.600,00	0,00	0,00	4.600,00	0,00	0,00	4.600,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.317.625,00	18.480.363,42	3.191.567,08	15.061.919,21	3.418.444,21	3.208.761,15	15.061.919,21	3.418.444,21	15.046.110,12	0,00
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	13.317.625,00	18.480.363,42	3.191.567,08	15.061.919,21	3.418.444,21	3.208.761,15	15.061.919,21	3.418.444,21	15.046.110,12	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	2.261.250,00	3.596.966,80	450.043,57	2.389.718,69	1.207.248,11	450.043,57	2.389.718,69	1.207.248,11	2.389.718,69	0,00
INVESTIMENTOS	2.118.125,00	3.113.841,80	357.283,91	1.927.033,11	1.186.808,69	357.283,91	1.927.033,11	1.186.808,69	1.927.033,11	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	143.125,00	483.125,00	92.759,66	462.685,58	20.439,42	92.759,66	462.685,58	20.439,42	462.685,58	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	625.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	33.125.000,00	37.408.830,22	6.379.769,83	30.847.697,04	6.561.133,18	6.406.710,89	30.847.697,04	6.561.133,18	30.831.887,95	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	33.125.000,00	37.408.830,22	6.379.769,83	30.847.697,04	6.561.133,18	6.406.710,89	30.847.697,04	6.561.133,18	30.831.887,95	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				2.748.718,86			2.748.718,86		2.764.527,95	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	33.125.000,00	37.408.830,22	6.379.769,83	33.596.415,90		6.406.710,89	33.596.415,90		33.596.415,90	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)											RS 1
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A DEZ	%		BIMESTRE	JAN A DEZ	%		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	33.125.000,00	37.408.830,22	6.379.769,83	30.847.697,04	100,00	6.561.133,18	6.406.710,89	30.847.697,04	100,00	6.561.133,18	0,00
Legislativa	1.250.000,00	1.289.800,00	218.088,27	1.233.747,08	4,00	56.052,92	218.088,27	1.233.747,08	4,00	56.052,92	0,00
Ação Legislativa	1.250.000,00	1.289.800,00	218.088,27	1.233.747,08	4,00	56.052,92	218.088,27	1.233.747,08	4,00	56.052,92	0,00
Administração	5.870.545,00	6.788.658,52	1.344.000,17	6.027.911,28	19,54	760.747,24	1.365.919,43	6.027.911,28	19,54	760.747,24	0,00
Administração Financeira	207.500,00	152.750,00	14.058,68	80.162,76	0,26	72.587,24	14.058,68	80.162,76	0,26	72.587,24	0,00
Controle Interno	70.500,00	54.750,00	6.985,44	36.527,59	0,12	18.222,41	7.119,58	36.527,59	0,12	18.222,41	0,00
Formação de Recursos Humanos	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	5.590.045,00	6.581.158,52	1.322.956,05	5.911.220,93	19,16	669.937,59	1.344.741,17	5.911.220,93	19,16	669.937,59	0,00
Segurança Pública	68.750,00	22.783,20	0,00	0,00	0,00	22.783,20	0,00	0,00	0,00	22.783,20	0,00
Defesa Civil	68.750,00	22.783,20	0,00	0,00	0,00	22.783,20	0,00	0,00	0,00	22.783,20	0,00
Assistência Social	1.265.750,00	1.541.725,00	263.206,66	1.247.829,39	4,05	293.895,61	263.206,66	1.247.829,39	4,05	293.895,61	0,00
Assistência ao Idoso	3.750,00	3.750,00	0,00	0,00	0,00	3.750,00	0,00	0,00	0,00	3.750,00	0,00
Assistência ao Portador de Deficiência	6.250,00	6.250,00	0,00	0,00	0,00	6.250,00	0,00	0,00	0,00	6.250,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	361.750,00	363.250,00	53.291,79	283.169,80	0,92	80.080,20	53.291,79	283.169,80	0,92	80.080,20	0,00
Assistência Comunitária	744.000,00	1.168.475,00	209.914,87	964.659,59	3,13	203.815,41	209.914,87	964.659,59	3,13	203.815,41	0,00
Demais Subfunções	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	9.874.080,00	10.683.205,00	1.621.217,23	8.481.213,45	27,49	2.201.991,55	1.626.049,03	8.481.213,45	27,49	2.201.991,55	0,00
Atenção Básica	7.718.205,00	8.581.380,00	1.235.702,53	6.541.473,24	21,21	2.039.906,76	1.240.534,33	6.541.473,24	21,21	2.039.906,76	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.955.000,00	1.875.750,00	343.085,50	1.743.585,41	5,65	132.164,59	343.085,50	1.743.585,41	5,65	132.164,59	0,00
Vigilância Sanitária	11.250,00	7.500,00	0,00	1.325,80	0,00	6.174,20	0,00	1.325,80	0,00	6.174,20	0,00
Vigilância Epidemiológica	189.625,00	218.575,00	42.429,20	194.829,00	0,63	23.746,00	42.429,20	194.829,00	0,63	23.746,00	0,00
Educação	9.472.500,00	11.901.566,80	2.277.955,11	10.620.300,69	34,43	1.281.266,11	2.278.145,11	10.620.300,69	34,43	1.281.266,11	0,00
Ensino Fundamental	8.140.000,00	10.512.550,00	2.128.941,93	9.773.236,08	31,68	739.313,92	2.129.131,93	9.773.236,08	31,68	739.313,92	0,00
Ensino Superior	3.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	1.240.000,00	1.372.666,80	149.013,18	846.038,61	2,74	526.628,19	149.013,18	846.038,61	2,74	526.628,19	0,00
Educação de Jovens e Adultos	26.250,00	7.750,00	0,00	1.026,00	0,00	6.724,00	0,00	1.026,00	0,00	6.724,00	0,00
Educação Especial	25.000,00	8.600,00	0,00	0,00	0,00	8.600,00	0,00	0,00	0,00	8.600,00	0,00
Demais Subfunções	37.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	236.250,00	211.200,00	59.650,00	171.505,60	0,56	39.694,40	59.650,00	171.505,60	0,56	39.694,40	0,00
Difusão Cultural	236.250,00	211.200,00	59.650,00	171.505,60	0,56	39.694,40	59.650,00	171.505,60	0,56	39.694,40	0,00
Urbanismo	1.866.875,00	1.711.325,00	75.610,85	708.353,98	2,30	1.002.971,02	75.610,85	708.353,98	2,30	1.002.971,02	0,00
Infra-Estrutura Urbana	1.816.875,00	1.661.325,00	75.610,85	708.353,98	2,30	952.971,02	75.610,85	708.353,98	2,30	952.971,02	0,00
Serviços Urbanos	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00
Habitação	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	1.426.500,00	1.513.980,22	249.662,65	913.126,83	2,96	600.853,39	249.662,65	913.126,83	2,96	600.853,39	0,00
Saneamento Básico Rural	6.250,00	6.250,00	0,00	0,00	0,00	6.250,00	0,00	0,00	0,00	6.250,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	1.420.250,00	1.507.730,22	249.662,65	913.126,83	2,96	594.603,39	249.662,65	913.126,83	2,96	594.603,39	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.50.29.1371], PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A DEZ	%		BIMESTRE	JAN A DEZ	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
Gestão Ambiental	113.750,00	202.500,00	33.346,16	172.578,80	0,56	29.921,20	33.346,16	172.578,80	0,56	29.921,20	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	107.500,00	202.500,00	33.346,16	172.578,80	0,56	29.921,20	33.346,16	172.578,80	0,56	29.921,20	0,00
Recursos Hídricos	6.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	216.250,00	456.886,48	45.735,35	407.256,89	1,32	49.629,59	45.735,35	407.256,89	1,32	49.629,59	0,00
Abastecimento	197.500,00	418.636,48	33.770,85	395.292,39	1,28	23.344,09	33.770,85	395.292,39	1,28	23.344,09	0,00
Extensão Rural	6.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	7.500,00	35.750,00	11.964,50	11.964,50	0,04	23.785,50	11.964,50	11.964,50	0,04	23.785,50	0,00
Demais Subfunções	5.000,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00
Energia	245.000,00	13.750,00	0,00	0,00	0,00	13.750,00	0,00	0,00	0,00	13.750,00	0,00
Energia Elétrica	245.000,00	13.750,00	0,00	0,00	0,00	13.750,00	0,00	0,00	0,00	13.750,00	0,00
Transporte	300.000,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00	125.000,00	0,00
Transporte Rodoviário	300.000,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00	125.000,00	0,00
Desporto e Lazer	255.000,00	932.700,00	191.297,38	863.873,05	2,80	68.826,95	191.297,38	863.873,05	2,80	68.826,95	0,00
Desporto Comunitário	255.000,00	932.700,00	191.297,38	863.873,05	2,80	68.826,95	191.297,38	863.873,05	2,80	68.826,95	0,00
Encargos Especiais	13.750,00	13.750,00	0,00	0,00	0,00	13.750,00	0,00	0,00	0,00	13.750,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	13.750,00	13.750,00	0,00	0,00	0,00	13.750,00	0,00	0,00	0,00	13.750,00	0,00
Reserva de Contingência	625.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Subfunções	625.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	33.125.000,00	37.408.830,22	6.379.769,83	30.847.697,04	100,00	6.561.133,18	6.406.710,89	30.847.697,04	100,00	6.561.133,18	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN/2025 A DEZ/2025

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R\$ 1

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	JAN/2025	FEV/2025	MAR/2025	ABR/2025	MAI/2025	JUN/2025	JUL/2025	AGO/2025	SET/2025	OUT/2025	NOV/2025	DEZ/2025		
RECEITAS CORRENTES (I)	3.201.888,80	2.860.732,47	2.234.417,79	2.600.170,05	2.731.892,78	2.887.801,46	3.697.761,14	2.535.216,53	3.571.408,75	2.441.089,59	2.697.986,55	3.932.561,43	35.392.927,34	31.372.150,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	66.576,26	65.591,76	57.179,84	171.182,94	181.099,33	55.568,97	53.519,91	46.030,18	39.025,51	57.443,09	47.265,94	174.196,84	1.014.680,57	738.475,00
IPTU	9.786,40	14.086,29	11.041,74	11.593,80	8.131,14	6.280,31	9.170,78	5.145,46	5.067,34	7.347,20	7.895,42	0,00	95.545,88	187.500,00
ISS	9.523,68	6.706,66	4.607,29	3.679,19	4.106,04	3.777,19	3.860,51	363,90	4.550,18	4.369,73	200,00	34.159,29	79.903,66	325.000,00
ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.075,31	21.075,31	21.000,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	47.266,18	44.798,81	41.530,81	155.909,95	168.862,15	45.511,47	40.488,62	40.520,82	29.407,99	45.726,16	39.170,52	118.962,24	818.155,72	204.975,00
Contribuições	25.148,58	23.234,58	17.744,20	20.286,49	16.629,51	14.852,59	15.415,60	13.167,46	17.880,90	9.790,73	16.593,77	261.222,37	451.966,78	231.250,00
Receita Patrimonial	16.501,01	20.467,50	19.195,54	21.541,00	25.408,43	22.722,83	33.609,97	21.871,64	41.063,62	49.065,33	31.860,69	39.262,79	342.570,35	152.769,20
Rendimentos de Aplicação Financeira	16.501,01	20.467,50	19.195,54	21.541,00	25.408,43	22.722,83	33.609,97	21.871,64	41.063,62	49.065,33	31.860,69	39.262,79	342.570,35	152.769,20
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.400,00
Transferências Correntes	3.093.662,95	2.751.438,63	2.140.298,21	2.387.159,62	2.508.755,51	2.794.657,07	3.595.215,66	2.454.147,25	3.473.438,72	2.324.790,44	2.602.266,15	3.457.879,43	33.583.709,64	30.245.455,80
Cota-Parte do FPM	1.248.540,14	1.675.396,72	1.103.325,81	1.120.461,08	1.428.598,32	1.467.366,76	1.542.294,24	1.188.423,10	1.508.155,60	1.011.466,98	1.374.927,27	2.214.145,23	16.883.101,25	13.833.655,80
Cota-Parte do ICMS	189.683,17	184.624,83	175.827,14	200.510,75	199.620,52	215.196,92	224.508,76	228.481,34	240.259,71	212.439,37	226.262,62	243.553,91	2.540.969,04	1.750.000,00
Cota-Parte do IPVA	9.726,84	10.998,23	5.560,20	3.828,61	1.626,47	2.791,45	1.457,78	501,46	911,77	0,00	0,00	0,00	37.402,81	75.600,00
Cota-Parte do ITR	0,00	50,60	1.133,43	37,54	6,33	24,14	0,00	103,95	2.375,00	3.857,18	564,63	0,00	8.152,80	9.800,00
Transferências da LC 61/1989	33,21	37,60	40,95	38,44	37,34	42,51	36,48	40,29	42,74	40,97	40,50	49,06	480,09	1.400,00
Transferências do FUNDEB	942.976,71	555.192,73	449.487,23	583.014,40	556.403,85	585.246,15	498.942,23	552.953,29	473.722,23	521.815,20	556.379,82	547.472,00	6.823.605,84	7.475.000,00
Outras Transferências Correntes	702.702,88	325.137,92	404.923,45	479.268,80	322.462,68	523.989,14	1.327.976,17	483.643,82	1.247.971,67	575.170,74	444.091,31	452.659,23	7.289.997,81	7.100.000,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.800,00
DEDUÇÕES (II)	249.707,99	335.089,42	220.891,81	224.099,68	285.720,89	293.478,15	180.152,88	237.705,37	192.381,33	203.064,79	275.098,35	310.382,02	3.007.772,68	2.324.900,00
Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do Fundeb	249.707,99	335.089,42	220.891,81	224.099,68	285.720,89	293.478,15	180.152,88	237.705,37	192.381,33	203.064,79	275.098,35	310.382,02	3.007.772,68	2.324.900,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.952.180,81	2.525.643,05	2.013.525,98	2.376.070,37	2.446.171,89	2.594.323,31	3.517.608,26	2.297.511,16	3.379.027,42	2.238.024,80	2.422.888,20	3.622.179,41	32.385.154,66	29.047.250,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00	200.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	1.700.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	2.952.180,81	2.525.643,05	2.013.525,98	2.376.070,37	2.446.171,89	2.594.323,31	2.617.608,26	2.097.511,16	2.779.027,42	2.238.024,80	2.422.888,20	3.622.179,41	30.685.154,66	29.047.250,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	164.000,00	0,00	164.000,00	0,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VII)	33.396,00	33.396,00	33.396,00	33.396,00	33.396,00	33.396,00	33.396,00	33.396,00	39.468,00	33.396,00	33.396,00	66.792,00	440.220,00	965.250,00
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	2.918.784,81	2.492.247,05	1.980.129,98	2.342.674,37	2.412.775,89	2.560.927,31	2.584.212,26	2.064.115,16	2.739.559,42	2.204.628,80	2.225.492,20	3.555.387,41	30.080.934,66	28.082.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

1 de 4

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) R\$ 1

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00
Receita de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.50.29.1371], PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

2 de 4

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II)			R\$ 1				
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
VALOR					0,00		
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS					PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
VALOR					0,00		
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS					APORTES REALIZADOS		
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar					0,00		
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos					0,00		
Outros Aportes para o RPPS					0,00		
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro					0,00		
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)					SALDO ATUAL		
Caixa e Equivalentes de Caixa					0,00		
Investimentos e Aplicações					0,00		
Outros Bens e Direitos					0,00		
FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)							
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)				PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)		
RECEITAS CORRENTES (VII)				0,00	0,00		
Receita de Contribuições dos Segurados				0,00	0,00		
Ativo				0,00	0,00		
Inativo				0,00	0,00		
Pensionista				0,00	0,00		
Receita de Contribuições Patronais				0,00	0,00		
Ativo				0,00	0,00		
Inativo				0,00	0,00		
Pensionista				0,00	0,00		
Receita Patrimonial				0,00	0,00		
Receitas Imobiliárias				0,00	0,00		
Receitas de Valores Mobiliários				0,00	0,00		
Outras Receitas Patrimoniais				0,00	0,00		
Receita de Serviços				0,00	0,00		
Outras Receitas Correntes				0,00	0,00		
Compensação Financeira entre os Regimes				0,00	0,00		
Demais Receitas Correntes				0,00	0,00		

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

3 de 4

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II)		RS 1
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Benefícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
--	--------------------

Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Receitas Correntes	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃOOP RPPS (XII)	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS
DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

4 de 4

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) R\$ 1

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Despesas Correntes (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII) + (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII-XV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	SALDO ATUAL
---	-------------

Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIO MANTIDOS PELO TESOURO		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS ATÉ O BIMESTRE (b)
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (e)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS NO EXERCÍCIO (g)
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a)
		Jan a Dez/2025
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	29.047.250,00	32.385.154,66
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	738.475,00	1.014.680,57
IPTU	187.500,00	95.545,88
ISS	325.000,00	79.903,66
ITBI	21.000,00	21.075,31
IRRF	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	204.975,00	818.155,72
Contribuições	231.250,00	451.966,78
Receita Patrimonial	152.769,20	342.570,35
Aplicações Financeiras (II)	152.769,20	342.570,35
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	27.920.555,80	30.575.936,96
Cota Parte do FPM	11.876.115,80	13.876.959,06
Cota Parte do ICMS	1.400.000,00	2.540.969,04
Cota Parte do IPVA	60.480,00	37.402,81
Cota Parte do ITR	7.840,00	6.522,31
Transferências da LC 61/1989	1.120,00	480,09
Transferências do FUNDEB	7.475.000,00	6.823.605,84
Outras Transferências Correntes	7.100.000,00	7.289.997,81
Demais Receitas Correntes	4.200,00	0,00
Outras Receitas Financeiras (III)	1.400,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	2.800,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	28.893.080,80	32.042.584,31
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	4.077.750,00	1.211.261,24
Operações de Crédito (VIII)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IX)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	4.077.750,00	1.211.261,24
Convênios	395.000,00	74.746,24
Outras Transferências de Capital	3.682.750,00	1.136.515,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	4.077.750,00	1.211.261,24
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	0,00	0,00
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	32.970.830,80	33.253.845,55
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	32.970.830,80	33.253.845,55

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	33.811.863,42	28.457.978,35	28.457.978,35	28.442.169,26	500,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	15.326.900,00	13.396.059,14	13.396.059,14	13.396.059,14	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	4.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	18.480.363,42	15.061.919,21	15.061.919,21	15.046.110,12	500,00	0,00	0,00
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	18.480.363,42	15.061.919,21	15.061.919,21	15.046.110,12	500,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	33.807.263,42	28.457.978,35	28.457.978,35	28.442.169,26	500,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	3.596.966,80	2.389.718,69	2.389.718,69	2.389.718,69	0,00	0,00	0,00
Investimentos	3.113.841,80	1.927.033,11	1.927.033,11	1.927.033,11	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito(XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XXVII)	483.125,00	462.685,58	462.685,58	462.685,58	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	3.113.841,80	1.927.033,11	1.927.033,11	1.927.033,11	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	36.921.105,22	30.385.011,46	30.385.011,46	30.369.202,37	500,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	36.921.105,22	30.385.011,46	30.385.011,46	30.369.202,37	500,00	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]							2.884.143,18
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIIc)]							2.884.143,18

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

JUROS NOMINAIS	Jan a Dez/2025
	VALOR INCORRIDO
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS ATIVOS (Exceto RPPS) (XXXVI)	342.570,35
JUROS, ENCARGOS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS PASSIVOS (Exceto RPPS) (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	3.226.713,53

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2024 (a)	Jan a Dez/2025 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XL)	-1.796.248,36	-1.948.978,71
Disponibilidade de Caixa	-1.796.248,36	-1.948.978,71
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	17.521,10	15.809,09
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.778.727,26	1.933.169,62
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	1.796.248,36	1.948.978,71
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		-152.730,35
AJUSTE METODOLÓGICO	Jan a Dez/2025	
VARIAÇÃO DO SALDO DE RPP (XLIV) = (XLIIb - XLIIa)		-1.712,01
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)		0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)		0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)		0,00
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)		0,00
OUTROS AJUSTES (XLXIX)		0,00
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV - XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]		-154.442,36
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)		-497.012,71
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais		0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1

PODER / ORGÃO		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L = (e + k)
		Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	
		Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2024 (b)				Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2024 (g)					
02	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	17.521,10	500,00	17.021,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	PODER EXECUTIVO	0,00	17.521,10	500,00	17.021,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0203	SECRETARIA MUN.DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	0,00	15.821,10	500,00	15.321,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0208	SECRETARIA MUN.DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	1.700,00	0,00	1.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	PODER EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL (III) = (I + II)	0,00	17.521,10	500,00	17.021,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS (Art. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A DEZ
1- RECEITA DE IMPOSTOS	533.500,00	196.524,85
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	187.500,00	95.545,88
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	21.000,00	21.075,31
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	325.000,00	79.903,66
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	15.670.455,80	19.470.105,99
2.1- Cota-Parte FPM	13.833.655,80	16.883.101,25
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea B	13.358.655,80	16.883.101,25
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea D e E	475.000,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	1.750.000,00	2.540.969,04
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	1.400,00	480,09
2.4- Cota-Parte ITR	9.800,00	8.152,80
2.5- Cota-Parte IPVA	75.600,00	37.402,81
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	16.203.955,80	19.666.630,84
4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))1	2.324.900,00	3.007.772,68
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	1.011.897,79	1.022.636,51

FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A DEZ
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	7.500.000,00	6.858.138,75
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	4.371.250,00	4.007.742,47
6.1.1- Principal	4.346.250,00	3.973.209,56
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	25.000,00	34.532,91
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	1.923.750,00	1.423.027,99
6.2.1- Principal	1.923.750,00	1.423.027,99
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	1.202.500,00	1.179.449,29
6.3.1- Principal	1.202.500,00	1.179.449,29
6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	2.500,00	247.919,00
6.4.1- Principal	2.500,00	247.919,00
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 - 4)	2.021.350,00	965.436,88

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)				VALOR		
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT				529,42		
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR				529,42		
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS				0,00		
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)				6.858.668,17		
DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A DEZ (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A DEZ (e)	DESPESAS PAGAS JAN A DEZ (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	7.974.816,80	6.969.731,92	6.969.731,92	6.969.731,92	0,00	
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	5.749.200,00	5.189.970,33	5.189.970,33	5.189.970,33	0,00	
10.1.1- Educação Infantil	755.550,00	529.080,96	529.080,96	529.080,96	0,00	
10.1.2- Ensino Fundamental	4.989.900,00	4.660.889,37	4.660.889,37	4.660.889,37	0,00	
10.1.3- Educação de Jovens e Adultos	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.1.4- Educação Especial	1.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.1.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.2- OUTRAS DESPESAS	2.225.616,80	1.779.761,59	1.779.761,59	1.779.761,59	0,00	
10.2.1- Educação Infantil	615.866,80	316.957,65	316.957,65	316.957,65	0,00	
10.2.2- Ensino Fundamental	1.597.150,00	1.461.777,94	1.461.777,94	1.461.777,94	0,00	
10.2.3- Educação de Jovens e Adultos	5.250,00	1.026,00	1.026,00	1.026,00	0,00	
10.2.4- Educação Especial	7.350,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.2.5- Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.2.6- Transporte (Escolar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.2.7- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS JAN A DEZ (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A DEZ (e)	DESPESAS PAGAS JAN A DEZ (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (sem disponibilidade de caixa) (h)	DESPESAS LIQUIDADAS/EMPENHADAS EM VALOR SUP. AO TOTAL DAS RECEITAS RECEB. NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	6.969.731,92	6.969.731,92	6.969.731,92	0,00	0,00	111.593,17
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	5.018.793,12	5.018.793,12	5.018.793,12	0,00	0,00	1.011.050,65
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	1.104.900,19	1.104.900,19	1.104.900,19	0,00	0,00	0,00
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	846.038,61	846.038,61	846.038,61	0,00	0,00	0,00
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	5.189.970,33	5.189.970,33	5.189.970,33	0,00	0,00	0,00
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	846.038,61	846.038,61	846.038,61	0,00	0,00	0,00
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL	218.133,40	218.133,40	218.133,40	0,00	0,00	0,00
INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal2	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO10 (m)		
15- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	4.627.153,83	5.189.970,33	5.189.970,33	78,51		
16- Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (INDICADOR IEI)	589.724,65	846.038,61	846.038,61	71,73		
17- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesa de Capital	176.917,39	218.133,40	218.133,40	18,49		
INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máx. de 10% de Superávit)3	VALOR MÁX. PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCED. AO MÁX. PERMIT.(q)	% NÃO APLICADO (r)	
18- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	685.813,88	0,00	0,00	0,00	0,00	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE

AS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RS 1

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72)

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)3	Valor de Superávit Permitido no Exercício Anterior (s)	Valor não Aplicado No Exercício Anterior (t)	Valor de Superávit Aplicado até o 1º Quadrimestre (u)	Valor Aplicado Após o 1º Quadrimestre (v)	Valor Total de Sup. Não Aplicado Até o Final do Exercício (w)	Valor de Superávit Permitido no Ex. Ant. não Aplicado no Exercício Atual (x)
--	---	--	--	--	--	---

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A DEZ (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A DEZ (e)	DESPESAS PAGAS JAN A DEZ (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por área de Atuação)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A DEZ (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A DEZ (e)	DESPESAS PAGAS JAN A DEZ (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)

APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL	VALOR
---	-------

22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)	2.973.564,14
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)	3.007.772,68
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)	0,00
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19.1(x)	0,00
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS4	0,00
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L30.1(af))	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)	5.981.336,82

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

Página 4 de 5

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72)

R\$ 1

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL2 e 5			VALOR EXIGIDO (z)	VALOR APLICADO (aa)	% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS			4.916.657,71	5.981.336,82	30,41
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE8	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.1- Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.2- Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
30.3- Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO			PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO			3.819.000,00	542.594,48	
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA			3.812.750,00	542.594,48	
31.1.1- Salário-Educação			100.000,00	333.625,66	
31.1.2- PDDE			25.000,00	0,00	
31.1.3- PNAE			112.500,00	157.824,00	
31.1.4- PNATE			12.500,00	51.144,82	
31.1.5- Outras Transferências do FNDE			3.562.750,00	0,00	
31.2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS			6.250,00	0,00	
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO			0,00	0,00	
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO			0,00	0,00	
31.5- RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB			0,00	0,00	
31.6- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO			0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)6	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A DEZ (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A DEZ (e)	DESPESAS PAGAS JAN A DEZ (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	803.900,00	677.004,63	677.004,63	677.004,63	0,00
32.1- Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.2- Ensino Fundamental	803.900,00	677.004,63	677.004,63	677.004,63	0,00
32.3- Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.4- Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.5- Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.6- Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.7- Educação Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
32.8- Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A DEZ (d)	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A DEZ (e)	DESPESAS PAGAS JAN A DEZ (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	11.901.566,80	10.620.300,69	10.620.300,69	10.620.300,69	0,00

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

R\$ 1

- 2) Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspondem ao disposto na legislação.
- 3) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
- 4) 3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: “Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.” utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.”
- 4) Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- 5) Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
- 6) As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.
- 7) Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.
- 8) Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.
- 9) Nesta coluna não devem ser informados valores inferiores a 0 (zero).
- 10) Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.
- 11) Até o atingimento das metas do Plano Nacional de Educação, nos termos do art. 212-A, XV da Constituição e observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A DEZ (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A DEZ (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	3.596.966,80	2.389.718,69	1.207.248,11
Investimentos	3.113.841,80	1.927.033,11	1.186.808,69
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	483.125,00	462.685,58	20.439,42
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	3.596.966,80	2.389.718,69	1.207.248,11
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	3.596.966,80 <(d - a)>	2.389.718,69 <(e - b)>	1.207.248,11 <(f - c)>

Notas:
1 < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>
2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PERÍODO: Janeiro a Dezembro

RREO – ANEXO 11(LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1

RECEITAS					PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO A REALIZAR				
					(a)	(b)	(c) = (a-b)				
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)					0,00	0,00	0,00				
Receita de Alienação de Bens Móveis					0,00	0,00	0,00				
Receita de Alienação de Bens Imóveis					0,00	0,00	0,00				
Receita de Alienação de Bens Intangíveis					0,00	0,00	0,00				
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras					0,00	0,00	0,00				
DESPESAS					DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR	SALDO
					(d)	(e)		(f)		(g)	(h) = (d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO APLICAR					2024 (i)	2025 (j) = (Ib – (IIIf+ IIg))		SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)			
VALOR (III)					0,00	0,00		0,00			

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)

RS 1

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS				PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS			
				INICIAL	ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)		(%) (b/a)x100	
RECEITA DE IMPOSTOS (I)				533.500,00	533.500,00	196.524,85		36,84	
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU				187.500,00	187.500,00	95.545,88		50,96	
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI				21.000,00	21.000,00	21.075,31		100,36	
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS				325.000,00	325.000,00	79.903,66		24,59	
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF				0,00	0,00	0,00		0,00	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)				15.195.455,80	15.195.455,80	19.470.105,99		128,13	
Cota-Parte FPM				13.358.655,80	13.358.655,80	16.883.101,25		126,38	
Cota-Parte ITR				9.800,00	9.800,00	8.152,80		83,19	
Cota-Parte IPVA				75.600,00	75.600,00	37.402,81		49,47	
Cota-Parte ICMS				1.750.000,00	1.750.000,00	2.540.969,04		145,20	
Cota-Parte IPI-Exportação				1.400,00	1.400,00	480,09		34,29	
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais				0,00	0,00	0,00		0,00	
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)				15.728.955,80	15.728.955,80	19.666.630,84		125,03	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	4.231.830,00	5.273.655,00	4.347.202,17	82,43	4.347.202,17	82,43	4.347.202,17	82,43	0,00
Despesas Correntes	4.116.830,00	5.171.155,00	4.316.972,57	83,48	4.316.972,57	83,48	4.316.972,57	83,48	0,00
Despesas de Capital	115.000,00	102.500,00	30.229,60	29,49	30.229,60	29,49	30.229,60	29,49	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	933.750,00	926.250,00	872.068,83	94,15	872.068,83	94,15	872.068,83	94,15	0,00
Despesas Correntes	932.500,00	926.250,00	872.068,83	94,15	872.068,83	94,15	872.068,83	94,15	0,00
Despesas de Capital	1.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	5.165.580,00	6.199.905,00	5.219.271,00	84,18	5.219.271,00	84,18	5.219.271,00	84,18	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)

R\$ 1

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")					0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)					0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)					0,00

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (no Exercício atual) (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2025 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2024 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	3.682.250,00	3.682.250,00	3.507.507,61	95,25
Proveniente da União	3.656.000,00	3.656.000,00	3.431.877,38	93,87
Proveniente dos Estados	26.250,00	26.250,00	75.630,23	288,12
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	97.500,00	97.500,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	3.779.750,00	3.779.750,00	3.507.507,61	92,80

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO XII (LC nº 141/2012 art.35)

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	3.486.375,00	3.307.725,00	2.194.271,07	66,34	2.194.271,07	66,34	2.194.271,07	66,34	0,00
Despesas Correntes	3.252.625,00	3.131.725,00	2.040.647,79	65,16	2.040.647,79	65,16	2.040.647,79	65,16	0,00
Despesas de Capital	233.750,00	176.000,00	153.623,28	87,29	153.623,28	87,29	153.623,28	87,29	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	1.021.250,00	949.500,00	871.516,58	91,79	871.516,58	91,79	871.516,58	91,79	0,00
Despesas Correntes	943.750,00	949.500,00	871.516,58	91,79	871.516,58	91,79	871.516,58	91,79	0,00
Despesas de Capital	77.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	11.250,00	7.500,00	1.325,80	17,68	1.325,80	17,68	1.325,80	17,68	0,00
Despesas Correntes	10.000,00	7.500,00	1.325,80	17,68	1.325,80	17,68	1.325,80	17,68	0,00
Despesas de Capital	1.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	189.625,00	218.575,00	194.829,00	89,14	194.829,00	89,14	194.829,00	89,14	0,00
Despesas Correntes	188.375,00	217.325,00	194.829,00	89,65	194.829,00	89,65	194.829,00	89,65	0,00
Despesas de Capital	1.250,00	1.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	4.708.500,00	4.483.300,00	3.261.942,45	72,76	3.261.942,45	72,76	3.261.942,45	72,76	0,00

PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

R\$ 1

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	7.718.205,00	8.581.380,00	6.541.473,24	76,23	6.541.473,24	76,23	6.541.473,24	76,23	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	1.955.000,00	1.875.750,00	1.743.585,41	92,95	1.743.585,41	92,95	1.743.585,41	92,95	0,00
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	11.250,00	7.500,00	1.325,80	17,68	1.325,80	17,68	1.325,80	17,68	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	189.625,00	218.575,00	194.829,00	89,14	194.829,00	89,14	194.829,00	89,14	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	9.874.080,00	10.683.205,00	8.481.213,45	79,39	8.481.213,45	79,39	8.481.213,45	79,39	0,00

7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PUBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFEUADOS EM 2025		SALDO TOTAL (b)
		NO BIMESTRE (d)	JAN A DEZ (c)	
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

ESPECIFICAÇÃO	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (II.1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (II.2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE = (I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

1 de 2

PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

LRF, Art. 48 – Anexo 14

R\$ 1

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO				Até o Bimestre
RECEITAS				
Previsão Inicial				33.125.000,00
Previsão Atualizada				33.125.000,00
Receitas Realizadas				33.596.415,90
Déficit Orçamentário				0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)				0,00
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS				Até o Bimestre
DESPESAS				
Dotação Inicial				33.125.000,00
Créditos Adicionais				4.283.830,22
Dotação Atualizada				37.408.830,22
Despesas Empenhadas				30.847.697,04
Despesas Liquidadas				30.847.697,04
Despesas Pagas				30.831.887,95
Superávit Orçamentário				2.748.718,86
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO				Até o Bimestre
Despesas Empenhadas				30.847.697,04
Despesas Liquidadas				30.847.697,04
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida				32.385.154,66
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento				30.685.154,66
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal				30.080.934,66
RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas				0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas				0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas				0,00
Despesas Previdenciárias Pagas				0,00
Resultado Previdenciário				0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas				0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas				0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas				0,00
Despesas Previdenciárias Pagas				0,00
Resultado Previdenciário				0,00
RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO	Resultado Apurado até o Bimestre	% em Relação à Meta
		(a)	(b)	(b/a)
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha		0,00	2.884.143,18	0,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha		0,00	-152.730,35	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2 de 2

PERÍODO: Janeiro a Dezembro 2025/BIMESTRE Novembro - Dezembro

LRF, Art. 48 – Anexo 14

R\$ 1

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	17.521,10	17.021,10	500,00	0,00
Poder Executivo	17.521,10	17.021,10	500,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	17.521,10	17.021,10	500,00	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	5.981.336,82	25,00	30,41
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	5.189.970,33	70,00	78,51
Percentual da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	846.038,61	50,00	71,73
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	218.133,40	15,00	18,49

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	2.389.718,69	1.207.248,11

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício em Referência	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	5.219.271,00	15,00	26,54

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00

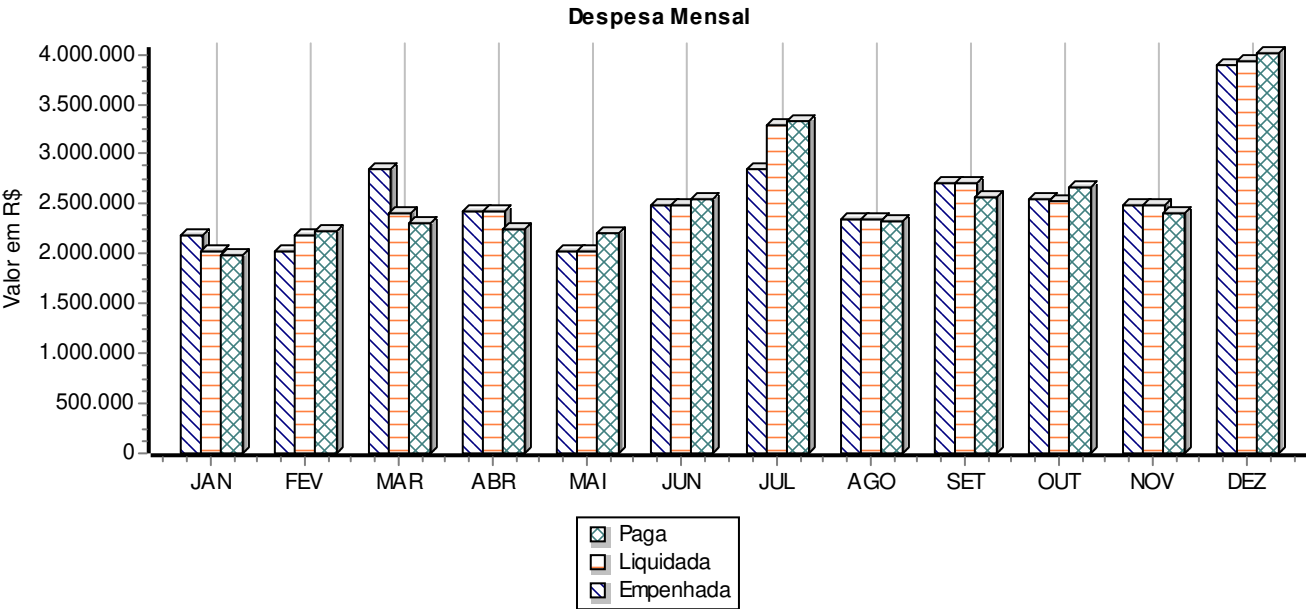
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE

PRAÇA HELVIDIO NUNES, 405

06554000/0001-10

Exercício: 2025

DESPESA MENSAL
CONSOLIDADO



MES	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA
JAN	2.194.793,81	2.028.891,46	1.983.822,14
FEV	2.022.163,39	2.183.233,94	2.226.251,78
MAR	2.839.646,79	2.403.379,99	2.302.857,26
ABR	2.421.976,57	2.419.631,57	2.243.914,01
MAI	2.029.932,46	2.021.123,47	2.211.753,41
JUN	2.495.705,70	2.497.112,70	2.539.837,66
JUL	2.855.808,33	3.292.075,13	3.333.914,37
AGO	2.341.438,95	2.341.248,95	2.334.271,59
SET	2.718.113,88	2.718.113,88	2.564.747,79
OUT	2.548.347,33	2.536.175,06	2.670.733,60
NOV	2.480.248,74	2.480.912,65	2.407.412,95
DEZ	3.899.521,09	3.925.798,24	4.012.371,39
TOTAL	30.847.697,04	30.847.697,04	30.831.887,95

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE

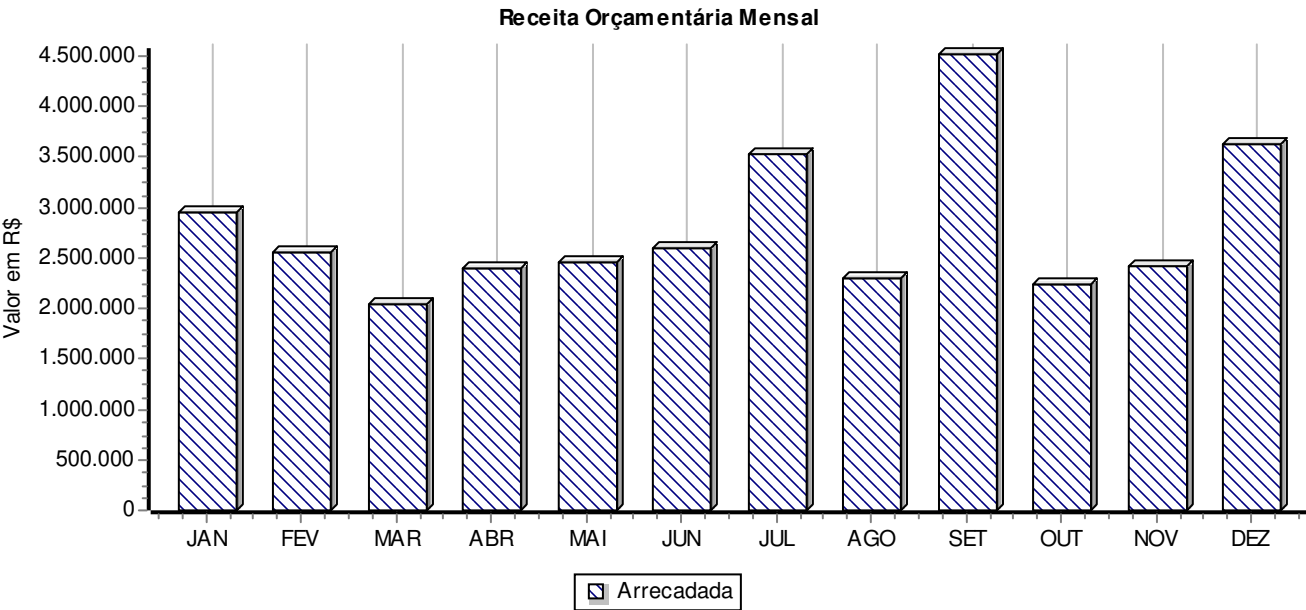
PRAÇA HELVIDIO NUNES, 405

06554000/0001-10

Exercício:

RECEITA MENSAL
CONSOLIDADO

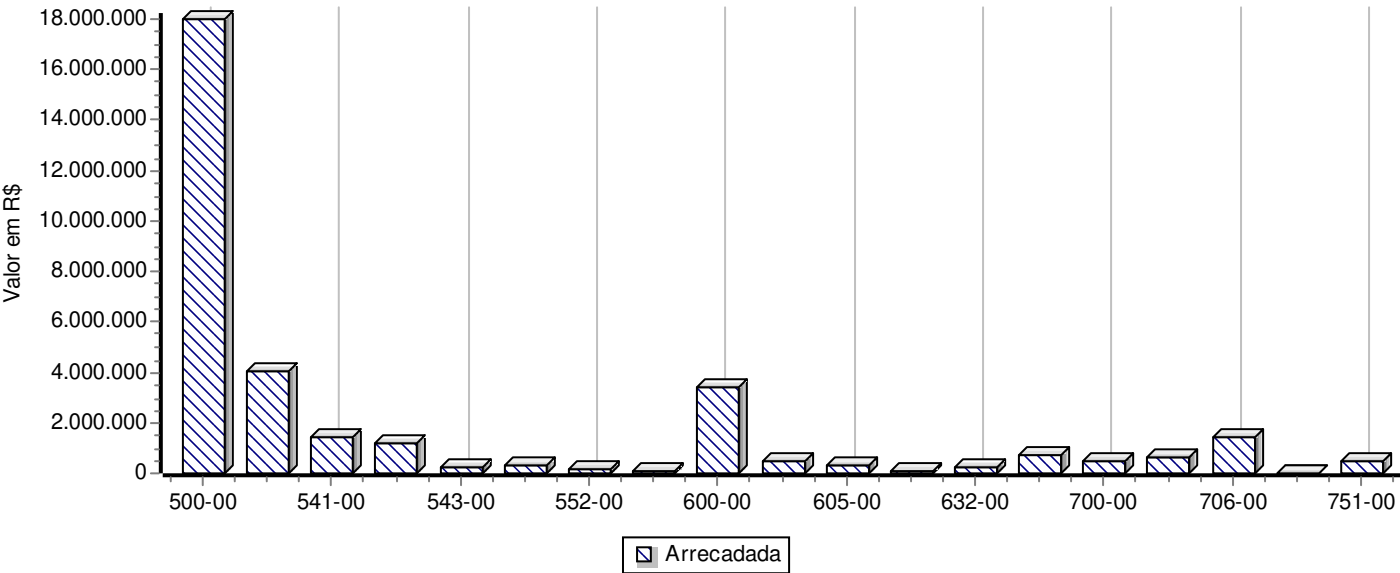
. . . .



MES	ARRECADADA
JAN	2.952.180,81
FEV	2.551.868,02
MAR	2.047.427,58
ABR	2.390.690,04
MAI	2.446.171,89
JUN	2.594.323,31
JUL	3.517.608,26
AGO	2.297.511,16
SET	4.515.542,42
OUT	2.238.024,80
NOV	2.422.888,20
DEZ	3.622.179,41
TOTAL	33.596.415,90

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE
PRAÇA HELVIDIO NUNES, 405
06554000/0001-10 Exercício: 2025
RECEITA MENSAL POR FONTE DE RECURSO
CONSOLIDADO

Receita Orçamentária Mensal por Fonte de Recurso



FONTE DE RECURSO	ARRECADADA
500-00Recursos Ordinarios	17.992.341,59
540-00Recursos Ordinarios	4.007.742,47
541-00Recursos Ordinarios	1.423.027,99
542-00Recursos Ordinarios	1.179.449,29
543-00Recursos Ordinarios	247.919,00
550-00Recursos Ordinarios	333.625,66
552-00Recursos Ordinarios	157.824,00
553-00Recursos Ordinarios	51.144,82
600-00Recursos Ordinarios	3.444.987,36
604-00Recursos Ordinarios	440.220,00
605-00Recursos Ordinarios	346.670,02
621-00Recursos Ordinarios	74.746,24
632-00Recursos Ordinarios	214.187,33
660-00Recursos Ordinarios	683.767,64
700-00Recursos Ordinarios	494.784,63
701-00Recursos Ordinarios	647.975,58
706-00Recursos Ordinarios	1.392.000,00
750-00Recursos Ordinarios	12.035,50
751-00Recursos Ordinarios	451.966,78
TOTAL	33.596.415,90

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE

PRAÇA HELVIDIO NUNES, 405
06554000/0001-10 Exercício: 2025

CONSOLIDADO

LISTAGEM DE EMPENHOS - PERÍODO: 01/01/2025 a 31/12/2025 | SITUAÇÃO EM: 31/12/2025

Emp.	Tipo	Data	Ficha	Vinculo	Fonte	Ent.	Unid.Orç.	Funcional	Categoria	Fornecedor	Empenhado	Reforçado	Anulado	Liquidado	À Liquidar	Pago	À Pagar
Unidade			010100				CÂMARA MUNICIPAL				1.233.747,08	0,00	0,00	1.233.747,08	0,00	1.233.747,08	0,00
Unidade			020100				GABINETE DO PREFEITO				228.813,37	0,00	0,00	228.813,37	0,00	228.813,37	0,00
Unidade			020200				CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO				36.527,59	0,00	0,00	36.527,59	0,00	36.527,59	0,00
Unidade			020300				SECRETARIA MUN.DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO				5.650.515,55	0,00	46.096,51	5.604.419,04	0,00	5.588.609,95	15.809,09
Unidade			020400				SEC.MUN.DE AGRIC., PECUÁRIA, ABAST.E DEFESA CIVIL				407.256,89	0,00	0,00	407.256,89	0,00	407.256,89	0,00
Unidade			020501				EDUCAÇÃO - OUTROS PROGRAMAS				3.859.463,67	0,00	37.389,30	3.822.074,37	0,00	3.822.074,37	0,00
Unidade			020502				EDUCAÇÃO - OUTROS PROGRAMAS DO FUNDEB				1.785.132,89	0,00	5.371,30	1.779.761,59	0,00	1.779.761,59	0,00
Unidade			020503				EDUCAÇÃO - REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO - FUNDEB				5.189.970,33	0,00	0,00	5.189.970,33	0,00	5.189.970,33	0,00
Unidade			020601				FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS				6.514.459,07	0,00	16.658,91	6.497.800,16	0,00	6.497.800,16	0,00
Unidade			020602				SAÚDE - OUTROS PROGRAMAS				247.051,88	0,00	5.514,00	241.537,88	0,00	241.537,88	0,00
Unidade			020603				UNIDADE MISTA DE SAÚDE				1.742.085,96	0,00	210,55	1.741.875,41	0,00	1.741.875,41	0,00
Unidade			020700				SECRETARIA MUN.DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				1.621.480,81	0,00	0,00	1.621.480,81	0,00	1.621.480,81	0,00
Unidade			020801				FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FMAS				1.183.983,55	0,00	3.851,00	1.180.132,55	0,00	1.180.132,55	0,00
Unidade			020802				ASSISTÊNCIA - OUTROS PROGRAMAS				67.696,84	0,00	0,00	67.696,84	0,00	67.696,84	0,00
Unidade			020900				SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS				80.162,76	0,00	0,00	80.162,76	0,00	80.162,76	0,00
Unidade			021000				SECRETARIA MUN.DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER				863.873,05	0,00	0,00	863.873,05	0,00	863.873,05	0,00
Unidade			021100				SEC.MUN.DO MEIO AMBIENTE E DE RECURSOS HÍDRICOS				172.578,80	0,00	0,00	172.578,80	0,00	172.578,80	0,00
Unidade			021200				SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO				77.988,52	0,00	0,00	77.988,52	0,00	77.988,52	0,00
Total:											30.962.788,61	0,00	115.091,57	30.847.697,04	0,00	30.831.887,95	15.809,09

CONSOLIDADO

06554000/0001-10

Exercício: 2025

CONSOLIDADO

Mês	Comportamento Orçamentário				Comportamento Financeiro					
	Receita	Despesa	Déficit / Superávit		Ativo Financeiro (Extra Orçamentário)	Passivo Financeiro (Extra Orçamentário)	Déficit / Superávit			
			Valor	Acumulado						
Janeiro	2.952.180,81	2.194.793,81	757.387,00	S	757.387,00	S	907.489,88	839.189,64	68.300,24	S
Fevereiro	2.551.868,02	2.022.163,39	529.704,63	S	1.287.091,63	S	797.066,30	790.060,21	7.006,09	S
Março	2.047.427,58	2.839.646,79	792.219,21	D	494.872,42	S	665.428,95	647.133,10	18.295,85	S
Abril	2.390.690,04	2.421.976,57	31.286,53	D	463.585,89	S	920.445,64	922.553,81	2.108,17	D
Maiο	2.446.171,89	2.029.932,46	416.239,43	S	879.825,32	S	795.010,05	786.937,68	8.072,37	S
Junho	2.594.323,31	2.495.705,70	98.617,61	S	978.442,93	S	864.409,49	865.036,42	626,93	D
Julho	3.517.608,26	2.855.808,33	661.799,93	S	1.640.242,86	S	1.018.798,99	1.012.504,72	6.294,27	S
Agosto	2.297.511,16	2.341.438,95	43.927,79	D	1.596.315,07	S	836.415,89	827.010,32	9.405,57	S
Setembro	4.515.542,42	2.718.113,88	1.797.428,54	S	3.393.743,61	S	748.298,22	729.337,82	18.960,40	S
Outubro	2.238.024,80	2.548.347,33	310.322,53	D	3.083.421,08	S	736.211,46	728.887,00	7.324,46	S
Novembro	2.422.888,20	2.480.248,74	57.360,54	D	3.026.060,54	S	809.452,14	748.176,49	61.275,65	S
Dezembro	3.622.179,41	3.899.521,09	277.341,68	D	2.748.718,86	S	1.054.328,59	1.144.007,53	89.678,94	D
Total	33.596.415,90	30.847.697,04	2.748.718,86	S	2.748.718,86	S	10.153.355,60	10.040.834,74	112.520,86	S